



REVISTA
EXTENSÃO EM
AÇÃO

SAÚDE
EDUCAÇÃO
ARTE E CULTURA
DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
COMUNICAÇÃO
MEIO AMBIENTE
TRABALHO

V.2

N.18

ISSN: 2316-400X
JUL./DEZ. 2019

REVISTA  EXTENSÃO EM
AÇÃO

EXPEDIENTE

Editoria-Chefe

Andréa Silvia Walter de Aguiar, Universidade Federal do Ceará

Editoria de Seção

Andréa Silvia Walter de Aguiar, Universidade Federal do Ceará

Aline de Oliveira Viana, Universidade Federal do Ceará

Mírian Narjara Pires Rocha, Universidade Federal do Ceará

Editores-Gerentes

Aline de Oliveira Viana, Universidade Federal do Ceará

Mírian Narjara Pires Rocha, Universidade Federal do Ceará

Conselho Editorial

Andréa Silvia Walter de Aguiar, Universidade Federal do Ceará

Antonia Lis de M^a Martins Torres, Universidade Federal do Ceará

Antônio Paulo de Hollanda Cavalcante, Universidade Federal do Ceará

Beatriz Gondim Matos, Universidade Federal do Ceará

Carlos Almir Monteiro de Holanda, Universidade Federal do Ceará

Clarice Zientarski, Universidade Federal do Ceará

Deisimer Goczevski, Universidade Federal do Ceará

Eduardo Girão Santiago, Universidade Federal do Ceará

Felipe Braga Albuquerque, Universidade Federal do Ceará

Guilherme Diniz Irffi, Universidade Federal do Ceará

Henrique Sérgio Beltrão de Castro, Universidade Federal do Ceará

Juliana Barroso de Melo, Universidade Federal do Ceará

Kamila Vieira de Mendonça, Universidade Federal do Ceará

Maria Isabel F.Lima Ciasca, Universidade Federal do Ceará

Márcia Vidal Nunes, Universidade Federal do Ceará

Marco Túlio Ferreira da Costa, Universidade Federal do Ceará

Marcos Ronaldo Albertin, Universidade Federal do Ceará

Marisete Dantas de Aquino, Universidade Federal do Ceará

Neide Fernandes M.Veras, Universidade Federal do Ceará

Robéria Rodrigues Lopes, Universidade Federal do Ceará

Ronaldo Stefanutti, Universidade Federal do Ceará

Vitor Monteiro Duarte, Universidade Federal do Ceará

Walda Viana B.de Moura, Universidade Federal do Ceará

Editores de Textos

Aline Nara Severiano, Universidade Federal do Ceará

Ana Karine Mariano Pereira, Universidade Federal do Ceará

Ítalo Machado Santos Lima, Universidade Federal do Ceará

Editor de Layout

Victor Oliveira de Castro

NOMINATA DE AVALIADORES DA 18ª EDIÇÃO, VOLUME 2, ANO 2019

Adryane Gorayeb Nogueira Caetano, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ana Cláudia Uchôa Araújo, Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Anderson Weiny Barbalho, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Andréia Fontenele Sampaio, Escola de Saúde Pública do Ceará (Esp/CE)

Antônia Rozimar Machado e Rocha, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Clarice Zientarski, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Deyse Mara Soares, Universidade Federal de Alagoas (Ufal)

Eládio Pessoa de Andrade Filho, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Erica Atem Gonçalves de Araujo Costa, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Francisco Ariclene Oliveira, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Isadora Marques Barbosa, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Karla Nayara de Sousa Cajuí, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Lara Capelo Cavalcante, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Marcos Ronaldo Albertin, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Pamella Beserra de Melo, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Renan Moreira Nogueira, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Renata Asfor Rocha Martins, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Sabrina de Souza Gurgel, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Sidney Guerra Reginaldo, Universidade Federal do Ceará (UFC)

Tiago Fernando Gomes Barbosa, Universidade Estadual do Ceará (Uece)

SUMÁRIO

DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

- 1. GESTÃO PARTICIPATIVA DE POLÍTICAS URBANAS:
ATUAÇÃO DO CAJU NA REGULAMENTAÇÃO DAS ZEIS EM FORTALEZA
PARTICIPATIVE MANAGEMENT OF URBAN POLICIES: MONITORING BY
CAJU OF ZEIS REGULATION IN FORTALEZA**
OLIVEIRA, B.S.; RIBEIRO, D. F. & PEREIRA, M. F. R. 10-24

EDUCAÇÃO

- 2. 50 ANOS DA EXTENSÃO NA UFC: AVANÇOS E DESAFIOS
50 YEARS OF EXTENSION AT UFC: IMPROVEMENTS AND CHALLENGES**
SOUZA, M. M.; RIBEIRO, A. P. de M.; MACHADO, M. M. T., ALVES, L. L. & SAMPAIO, A. L. 25-38
- 3. AÇÃO ESCOLA DA TERRA: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO-
PESQUISA-EXTENSÃO
EARTH SCHOOL PROGRAM: THE INSEPARABILITY BETWEEN EDUCATION-
RESEARCH-EXTENSION**
ZIENTARSKI, C.; MENEZES, H.C.M. & PINTO F.V.A 39-48
- 4. AVALIAÇÃO DO CURSO DE PANIFICAÇÃO OFERTADO PELO PROGRAMA DE
EXTENSÃO GASTRONOMIA SOCIAL
EVALUATION OF THE BAKERY COURSE OFFERED BY THE SOCIAL
GASTRONOMY EXTENSION PROGRAM**
FERREIRA, E.T., BASTOS, M.S., T.GARCEZ, C.N.A., MOTA, R.N., AMARAL, Q.G.5 & COSTA, E.A. 49-59
- 5. FEIRAS MÓVEIS: SISTEMAS DE CUSTEIO E A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO
MOBILE FAIRS: COSTS SYSTEMS AND VALORIZATION OF WORK**
OLIVEIRA, N. M.; CAVALCANTE, L. C. & CASTRO E SILVA, L. M. R. 60-74

MEIO AMBIENTE

- 6. FEIRANTE EMPREENDEDOR: MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO NO USO DO
ESPAÇO PÚBLICO
ENTREPRENEUR FAIRANT: ENVIRONMENT AND BALANCED IN THE USE OF
PUBLIC SPACE**
BRITO, S.S.C., FERREIRA, K. S. & CAVALCANTE, L.C. 75-88

SAÚDE

- 7. ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO: UM ATO DE AMOR E DE EXTENSÃO!
EXCLUSIVE MATERNAL BREASTFEEDING: AN ACT OF LOVE AND
EXTENSION!**
FARO, S. M. de L., SILVA, M. J. F., GONÇALVES, B. H., SILVA, A.B.F. & VALLINOTO, I. M.V. C. 89-99
- 8. CUIDADO EDUCATIVO COM DIABÉTICOS INSULINODEPENDENTES:
POSSIBILIDADES TERAPÊUTICAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE
EDUCATIONAL CARE WITH INSULINODEPENDENT DIABETICS: THERAPEUTIC
POSSIBILITIES IN PRIMARY HEALTH CARE**
CARDOSO, E. L. S.; TAVARES, B. L. O.; BARROS, I. N. M.; SANTOS, E. F. A. & PONTES, A. R. B. 100-109
- 9. MORTALIDADE INFANTIL NO NORDESTE BRASILEIRO: 2000 A 2014
CHILD MORTALITY IN THE NORTHEAST OF BRAZIL: FROM 2000 TO 2014**
LIMA, A.S.R.; COELHO, M.M.F.; SILVA, C.F. & MENEZES, L.C.G. 110-125

TRABALHO

- 10. FEIRANTE EMPREENDEDOR: EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
À IGUALDADE DE GÊNERO ENTRE HOMENS E MULHERES
ENTERPRISING MARKETER: EFFECTIVENESS OF FUNDAMENTAL RIGHTS
TO GENDER EQUALITY BETWEEN MEN AND WOMEN
CAVALCANTE, L.C.; FERREIRA, K.S. & MOTA, S.H.M.**

126-141

O compromisso de formar pessoas socialmente responsáveis

A Revista Extensão em Ação, da Universidade Federal do Ceará, é uma publicação científica mantida pela Pró-Reitoria de Extensão desde 2011 no formato eletrônico. A revista é direcionada à teoria e às práticas extensionistas, planejadas a partir da necessidade de compreender a extensão universitária como atividade acadêmica, que possibilita a interligação das práticas de ensino e pesquisa com as demandas da população.

É uma revista com divulgação científica nacional voltada às ações de extensão, em que se agrega os manuscritos de diferentes áreas do conhecimento, elaborados por servidores docentes e técnico-administrativos e discentes no meio acadêmico. Tem, ainda, como finalidade enaltecer as atividades culturais e científicas direcionadas à extensão universitária, estimulando a troca de experiências para além da Universidade, abrangendo com sinergismo tanto a comunidade acadêmica quanto a sociedade, privilegiando as trocas de saberes e fazeres, em consonância com os desejos, na atualidade, por uma construção dialógica. Nossos projetos de extensão vêm alcançando surpreendentes resultados nos últimos anos pela sua atuação como estratégia de aproximar o estudante com a realidade vivida pelas comunidades.

A Revista compila artigos que conduzem uma reflexão crítica a respeito da importância da prática extensionista, tornando-se uma fonte para compartilhamento das experiências vivenciadas, ampliando o debate acerca da importância da extensão na formação acadêmica, em perfeita sintonia com as demandas sociais. Esta edição traz trabalhos originais nas mais diversas áreas temáticas, como: a) trabalho – feirante empreendedor (efetivação dos direitos fundamentais à igualdade de gênero entre homens e mulheres); b) saúde – mortalidade infantil no Nordeste Brasileiro (panorama compreendendo 2000-2014); cuidado educativo com diabéticos insulino-dependentes (possibilidades terapêuticas na atenção primária em saúde); aleitamento materno exclusivo (um ato de amor e extensão); c) educação – avaliação do curso de panificação presente na ação de extensão “gastronomia social”; escola da terra: a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão; “feiras móveis” (sistemas de custeio e a valorização do trabalho); d) meio ambiente – feirante empreendedor, num ambiente ecologicamente equilibrado; direitos humanos e justiça – gestão participativa de políticas urbanas (o Centro de Assessoria Jurídica Universitária – CAJU – na regulamentação das ZEIS) e, finalmente, avanços e desafios nos 50 anos da Extensão.

Desejo enfatizar o que o nosso reitor, Cândido Albuquerque, em reunião do Grupo de Líderes Empresariais do Ceará destacou: “Os senhores talvez não tenham noção das ilhas de excelência que nós temos na UFC. A sociedade talvez nem saiba a qualidade dos nossos pesquisadores (incluímos aqui os extensionistas). Nós precisamos mostrar isso. E nosso intuito, agora, é implementar algumas mudanças para ampliar ainda mais essa interlocução e conquistar uma maior sustentabilidade para a nossa Universidade”.

Desta maneira, a Revista Extensão em Ação tem grande preocupação na qualidade de artigos que são publicados, juntamente com um núcleo editorial muito bem qualificado, somando-se aos esforços de toda a administração da UFC para manter o compromisso de formar pessoas socialmente responsáveis, com vistas a garantir sua participação de maneira forte na interlocução com a Sociedade, com vivências que integram o ensino, a pesquisa e a extensão.

Professora Elizabeth De Francesco Daher, D.Sc.

Pró-reitora de Extensão da Universidade Federal do Ceará – UFC

GESTÃO PARTICIPATIVA DE POLÍTICAS URBANAS: ATUAÇÃO DO CAJU NA REGULAMENTAÇÃO DAS ZEIS EM FORTALEZA

OLIVEIRA, B.S.¹; RIBEIRO, D. F.² & PEREIRA, M. F. R.³

¹Graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do Centro de Assessoria Jurídica Universitária (CAJU) entre 2016 e 2018. E-mail: bdesousaoliveira@gmail.com; ²Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do Centro de Assessoria Jurídica Universitária (CAJU) entre 2016 e 2018. E-mail: davila.ribeiro10@gmail.com; ³Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: marciofrpereira@gmail.com.

DOI: <https://doi.org/10.32356/exta.v2.n18.33570> - Artigo submetido em 02/09/2018

RESUMO

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) foram introduzidas, em Fortaleza, pelo Plano Diretor Participativo de 2009. Apesar de passados aproximadamente 10 anos, as ZEIS ainda não foram efetivadas. Nesse contexto, o presente trabalho visa discorrer sobre a atuação do Centro de Assessoria Jurídica Universitária (CAJU) no processo de implementação das ZEIS na cidade e de eleição de seus Conselhos Gestores, que se iniciou no segundo semestre de 2018. Enquanto instrumento que busca garantir o cumprimento da função social da propriedade e a gestão democrática da cidade, as ZEIS necessitam de Conselhos Gestores, instâncias de natureza consultiva e deliberativa que visam a democratização, a publicização e o acompanhamento, por parte da comunidade, dos processos decisórios e ações voltadas a seus territórios. O acompanhamento das ZEIS e da

criação de seus Conselhos Gestores, pelo CAJU, enquanto Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP), tem se dado a partir da defesa de que as comunidades devem ser protagonistas das lutas pela efetivação das políticas públicas; cabendo aos estudantes fortalecer tais sujeitos, funcionando como um canal de diálogo entre comunidade e poder público e atuando para que o entendimento acerca dos normativos da política urbana e sua importância prática esteja acessível às comunidades. O objetivo do presente trabalho, portanto, é apresentar como ocorreu a atuação do CAJU, enquanto Extensão Universitária, no processo de implementação das ZEIS em Fortaleza. Para isso, o presente trabalho utilizou como metodologia a análise documental, sobretudo de atas de reuniões e encontros em que o CAJU esteve presente, e revisão bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Política Urbana. Participação Popular. ZEIS. CAJU. Assistência de Enfermagem.

PARTICIPATIVE MANAGEMENT OF URBAN POLICIES: MONITORING BY CAJU OF ZEIS REGULATION IN FORTALEZA

ABSTRACT

The Special Areas of Social Interest (ZEIS) were introduced in Fortaleza by the Participative Master Plan of 2009. Although approximately 10 years have passed, the ZEIS have not been implemented yet. In this context, this paper aims to discuss the work of the University Legal Advisory Center (CAJU) in the process of implementing the ZEIS in the city and the election of its Managing Councils, which began in the second half of 2018. As an instrument that seeks to ensure the fulfillment of the social function of the property and the democratic management of the city, the ZEIS need Management Councils, advisory and deliberative bodies that aim at the democratization, publicity and monitoring by the community of the decision-making processes and actions in their territories. The monitoring of the ZEIS and the creation of its Managing Councils by the CAJU, as a

University Legal Advisory Committee for the Popular (AJUP), has been based on the defense that communities must be protagonists of the struggles for the implementation of public policies. It is up to the students to strengthen these subjects, functioning as a channel of dialogue between community and public power and acting to the understanding about the norms of urban politics and its practical importance be accessible to the communities. The objective of this work, therefore, is to present how the CAJU monitoring occurred, as a university extension, in the implementation of ZEIS in Fortaleza. For this, the present work used as methodology the documentary analysis, in particular minutes of meetings in which CAJU was present, also literature review.

KEYWORDS: Urban Policy. Popular Participation. ZEIS. CAJU.

1 INTRODUÇÃO

A Extensão é um dos aspectos integrantes do que se denomina tripé universitário, cumprindo tanto o papel de aproximar a Universidade da Sociedade como o de complementar a formação do estudante, juntamente com o ensino e a pesquisa. No presente trabalho irá ser analisada a atuação do projeto “Acompanhamento e Controle Social da Política Urbana de Fortaleza”, integrante do Programa Centro de Assessoria Jurídica Universitária (CAJU).

O CAJU se caracteriza por sua prática enquanto Extensão Popular, intimamente ligada à atuação das chamadas Assessorias Jurídicas Universitárias Populares (AJUPs), e desenvolve seus projetos segundo esse modelo. Nesse método de Extensão, além da proximidade com os setores sociais historicamente marginalizados, busca-se, através da prática da Educação Popular, cujo marco teórico está em Paulo Freire, realizar ações que possibilitem o fortalecimento e o protagonismo das comunidades envolvidas, além da efetivação de direitos básicos.

Com isso, o projeto “Acompanhamento e Controle Social da Política Urbana de Fortaleza” vem, nos últimos anos e especialmente em 2018, como será demonstrado adiante, participando das discussões acerca da regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) na cidade.

Para isso, o CAJU se coloca ao lado das comunidades que, sendo ZEIS, são caracterizadas como prioritárias para o investimento das políticas urbanas; nesse sentido, participando, por exemplo, de diversos debates junto ao Poder Público para pressionar a efetivação desse importante instrumento de justiça social e de garantia do direito à cidade e à moradia. Além disso, o núcleo se articula dentro da Frente de Luta por Moradia Digna, organização formada por comunidades, movimentos organizados, ONGs e entidades de assessoria técnica que busca construir ações que visibilizem a grandiosidade do problema da falta de moradia digna em Fortaleza e da dificuldade de acesso ao Direito à Cidade. Por fim, são feitas ações de extensão dentro desses territórios, como tem ocorrido no Lagamar, a fim de empoderar os moradores, através da prática da Educação Popular, com o conhecimento dos direitos que ser ZEIS lhes assegura.

Para elaboração do presente artigo, foi feito estudo de dois principais instrumentos da legislação urbana: o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor Participativo de Fortaleza, ambos examinados à luz da Constituição Federal de 1988. Além disso, houve a análise de decretos municipais e de relatórios feitos pelo Poder Público municipal no que tange à regulação das

ZEIS. Os relatos históricos aqui descritos foram feitos, por sua vez, a partir do resgate de atas de reuniões tanto da Frente de Luta por Moradia Digna como do próprio CAJU, além de notícias veiculadas à época dos fatos explorados no presente artigo. Não se pode deixar de mencionar, ainda, a leitura de bibliografia especializada acerca dos instrumentos urbanísticos e jurídicos discutidos neste trabalho.

2 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E GESTÃO DA CIDADE

O processo de urbanização das cidades brasileiras, intensificado sobretudo a partir de década de 70 (SANTOS, 1993), teve impacto direto na desigualdade de acesso a direitos básicos por grande parcela da população. As marcas de um planejamento urbano excludente estão presentes no cotidiano das populações, sobretudo nos grandes centros urbanos. Em Fortaleza, para apontarmos o lócus de atuação do CAJU, mais de 30% da população vive em assentamentos precários (FORTALEZA, 2015).

Durante parcela do século XX, em especial durante o período de Ditadura Militar, os processos de discussão dos rumos da cidade e, portanto, da resolução dos seus principais problemas, tiveram como norte um processo de planejamento urbano baseado na técnica e realizado exclusivamente por profissionais (VILLAÇA, 1999). A maior parte da população, desse modo, não estava inserida nos processos de planejamento, o que representava, dentre outras coisas, a exclusão no âmbito dos documentos oficiais dos próprios problemas vivenciados, como a questão do acesso à moradia (MARICATO, 2015).

O processo de redemocratização do país marcou a possibilidade do surgimento de cidades menos desiguais e da retomada da participação popular na tomada de decisões. Reflexo disso foi a apresentação de Proposta de Emenda à Constituição pelo Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), a qual direcionava-se prioritariamente pela criação de instrumentos que impactassem de forma direta problemas de acesso à terra, de saneamento, de transporte, dentre outros (SILVA, 1991).

Apesar disso, estabeleceu-se na Constituição Federal a necessidade de criação de um instrumento de Planejamento Urbano, o Plano Diretor¹, prévio à aplicação de algumas das medidas propostas pelos movimentos populares. Com o advento da Lei nº 10.257/01², estava

¹ Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. § 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

² Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários

estabelecido normativamente que os Processos de Planejamento Urbano deveriam ser participativos.

Nesse sentido, passou-se a entender que todo o gerenciamento da cidade deve, no que tange ao desenvolvimento social urbano, passar obrigatoriamente por um processo de amplo debate público. A respeito disso, Lígia Maria Silva Melo de Casimiro ressalta a importância das deliberações democráticas, a partir da análise de que as políticas urbanas têm por destinatário específico a população do território onde vão se desenvolver tais projetos (CASIMIRO, 2017).

Os princípios estabelecidos no Estatuto da Cidade³ objetivaram aprimorar a ideia da democracia urbana, buscando “a construção coletiva da cidade, por meio de um processo que retira da própria constituição seu fundamento, legitimando as decisões administrativas que levam em conta a pluralidade conflituosa de interesses” (CASIMIRO, 2017).

Tem-se, conforme observam Telmo Filho e Carla Vasconcellos, que a evolução da ideia de democracia trouxe um modelo de planejamento urbano misto, pois propõe-se, ao mesmo tempo, a ser deliberativo (através dos espaços de debate, como conselhos e audiências) e participativo, mais emancipatório e inclusivo (através da participação direta e controle popular dos processos) (FILHO; VASCONCELLOS, 2011).

Entretanto, vários são os desafios que se colocam na efetivação dos mecanismos de participação popular no Brasil, a começar pela predominância da lógica dos processos políticos de representação (RICCI, 2002, p. 96), representada pela ausência da garantia de condições mínimas de participação da população, como a disponibilidade de informações básica e a adequação dos espaços de discussão às limitações de ordem socioeconômica dos que desejam participar (CASIMIRO, 2017).

Assim, a discussão sobre a atuação do CAJU no processo de implementação das ZEIS no Município de Fortaleza tem o objetivo de apresentar a correlação entre a prática da Assessoria Jurídica Universitária e a busca pela efetivação da gestão democrática das cidades, localizando tal prática enquanto Extensão Universitária.

segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

³ Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos: I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; II – debates, audiências e consultas públicas; III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

3 AJUP, EXTENSÃO E DIREITO À MORADIA

Antes de tratar especificamente da atuação do CAJU na implementação das ZEIS, cumpre mencionar brevemente alguns dos marcos teóricos e práticos relacionados à prática da Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP). A prática da AJUP tem como uma de suas características a busca pelo rompimento com a perspectiva de assistência jurídica, como bem aponta Ana Lia Almeida:

A perspectiva da assistência jurídica, simbolizada pelo atendimento técnico-jurídico a casos individuais, passa a ser avaliada como insuficiente e inadequada para intervir nas reais causas dos conflitos sociais, pois reforçava o universo simbólico dominante no direito (com sua linguagem difícil, seus tribunais opulentos etc.). Havia, ademais, uma forte influência de perspectiva que, no contexto de *redemocratização* do país, contribuíram para os processos de mobilização da classe trabalhadora e dos demais sujeitos subalternizados, a exemplo das reflexões de Paulo Freire (2015, p.78, grifos da autora)

Essa perspectiva assistencialista, a qual permeia o próprio surgimento da Extensão Universitária no Brasil (FORPROEX, 2012), se pauta na imposição unilateral de conceitos e conhecimentos acadêmicos, desconsiderando o contexto social dos sujeitos com os quais a relação se estabelece.

Nesse sentido, a busca por intervenções no que se aponta como causas reais dos conflitos sociais parte da ideia de que apesar de o Estado afirmar que os direitos estão essencialmente contidos nas leis (LYRA FILHO, 1993, p.33), a aplicação ou não das leis guarda relação direta com as forças sociais dominantes (MASCARO, 2013).

A prática da AJUP, desse modo, se propõe a ser um instrumento de emancipação de sujeitos historicamente vulnerabilizados, através da educação popular, da democratização e do intercâmbio de saberes. A AJUP, fazendo a opção político-ideológica de fortalecer a luta dos movimentos sociais e compreendendo a extensão como um caminho essencial que liga a Universidade aos saberes populares, possui como um de seus referenciais teóricos Paulo Freire e sua Educação Popular.

A educação popular se traduz justamente na perspectiva dialógica e de valorização dos inúmeros conhecimentos populares. Fundamentado nas ideias de Paulo Freire, esse princípio busca ir contra o modelo de ensino-aprendizagem tradicional, no qual um polo é apresentado como detentor do conhecimento e o outro como mero espectador (FREIRE, 1987, p.39). Na prática da AJUP, o que se procura é dar autonomia aos sujeitos assessorados, transmitindo e democratizando o conhecimento universitário, mas antes, valorizando e apreendendo saberes da comunidade. É inerente a essa ideia, portanto, a compreensão da educação transformadora.

Nesse sentido, importa mencionar brevemente algumas premissas de atuação no tema do Direito à Cidade sob uma perspectiva da Educação Popular apresentada. Se, como explanado anteriormente, a participação popular no planejamento das cidades só foi alçada a norma com o advento da Constituição Federal de 1988, isso não significa que o Direito à Cidade se confunde com tal advento.

O reconhecimento de que as reivindicações dos segmentos populares, das quais o acesso à moradia é um exemplo, podem não coincidir com a legalidade vigente é essencial na atuação sob a perspectiva da Educação Popular, aproximando-se do que denomina como Pluralismo Jurídico (LYRA FILHO, 1993, p.33). Nesse sentido “o que caracteriza a ação destes movimentos, sua eficiência e capacidade de articulação de soluções é a convicção de que a sua ação encontra apoio num direito que não coincide necessariamente com a legalidade oficial vigente” (LYRA FILHO, 1993, p.35)

Como parte dessa articulação, a atuação da AJUP pode ou não ser conflitante com a chamada legalidade oficial. Isto porque muitas vezes as reivindicações populares passam a configurar a própria legalidade oficial, como é o caso das ZEIS apresentado no presente trabalho. Nesses casos, o que tem que ser observado é se há “a instrumentalização pró-estatal da ineficiência do próprio direito estatal” (FALCÃO, 1993, p. 112), ou seja, se o Estado está ou não aplicando os direitos previstos.

Assim, o intercâmbio de saberes e práticas propiciados pela Educação Popular contribui tanto para o reconhecimento, por parte de quem atua na perspectiva da AJUP, de direitos que não estão previstos legalmente, como possibilita o acompanhamento dos processos de reconhecimento legal desses direitos (FALCÃO, 1993 p. 111). Desse modo, será apresentado em seguida como o CAJU atuou no processo de acompanhamento da implementação das ZEIS no Município de Fortaleza.

4 ZEIS: ATUAÇÃO DO CAJU NA CONCRETIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS LEGAIS URBANOS EM FORTALEZA

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) foram introduzidas, no município de Fortaleza, pelo Plano Diretor Participativo de 2009 (Lei Complementar nº 62/2009), com a seguinte redação:

Art. 123 - As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são porções do território, de propriedade pública ou privada, destinadas prioritariamente à promoção da regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais de baixa renda existentes e consolidados e ao desenvolvimento de programas habitacionais de

interesse social e de mercado popular nas áreas não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas, estando sujeitas a critérios especiais de edificação, parcelamento, uso e ocupação do solo. (PDFor, 2009)

Ao delimitar esse Zoneamento Especial, a legislação urbanística municipal estabelece áreas do território que exigem tratamento especial na definição de parâmetros reguladores de usos e ocupação do solo, buscando adequá-los à realidade socioambiental da população, majoritariamente de baixa renda, que vive nessas zonas.

Como afirma Marcelo Lopes de Souza, as ZEIS representam um dispositivo ímpar a partir do qual se pode possibilitar a inversão de prioridades, passando a adotar como alvo da política urbana aqueles setores que reúnam como características: irregularidade fundiária, precariedade das infraestruturas, desordem urbanística, condição de pobreza e densidade excessiva (SOUZA, 2001).

Nesse sentido, as ZEIS se mostram um importante instrumento jurídico-político para a efetivação do interesse público, através de medidas que visam garantir o direito à moradia, por meio da regularização fundiária, por exemplo, e à cidade, visando ampliar a oferta de infraestrutura e equipamentos comunitários, bem como são uma ferramenta fundamental para gestão democrática de políticas urbanas, garantindo à população espaço para debater e interferir nos projetos e programas urbanos que ocorram em seus territórios.

O Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDFor), por sua vez, definiu das ZEIS de modo genérico, em geral reproduzindo os normativos do Estatuto da Cidade, de modo que a efetiva regulamentação do funcionamento dessas Zonas ficou reservada a legislações específicas, a serem criadas posteriormente.

Vale destacar que cidades como Recife e Belo Horizonte desde a década de 1980 já buscavam inserir em seu ordenamento áreas de assentamentos informais com intuito de destinar, para elas, investimentos especiais para urbanização e regularização, mostrando preocupação em controlar o crescimento desordenado, que marginaliza as populações periféricas (ROLNIK; SANTORO, 2014). Por exemplo, em 2005, 66 localidades haviam sido formalmente reconhecidas como ZEIS em Recife, ocupando 12% da área do município (MORAES, 2005). Assim, contrastando Fortaleza com essas cidades, fica claro o atraso da capital cearense para promover a regulação de suas regiões mais precárias, demonstrando o desinteresse das gestões públicas em promover um desenvolvimento urbano mais igualitário no do município.

Com isso, é preciso ressaltar que a inclusão das ZEIS no mapeamento de Fortaleza foi

resultado não da benevolência do legislativo municipal à época, envolvido na formulação do PDPFor, mas sim de uma série de pressões populares ao longo de seu processo de elaboração, por meio da participação de diversas lideranças comunitárias articuladas nas audiências públicas setoriais para elaboração participativa do Plano Diretor (PEQUENO; FREITAS, 2011). Sendo as ZEIS, com isso, um primeiro, porém tardio reconhecimento de uma série de lutas das comunidades e movimentos sociais pelo direito à cidade e à função social da propriedade.

Assim, este tópico do trabalho se voltará a analisar os processos que envolvem as lutas travadas em busca da regulamentação desse importante instrumento, em especial das ZEIS tipo 1, definidas no Plano Diretor como áreas compostas por assentamentos de ocupação desordenada, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional, formados por população de baixa renda, pois é principalmente junto às comunidades localizadas nessas zonas que estão centradas as ações de extensão desenvolvidas pelo CAJU ao longo dos últimos anos.

Apesar do avanço trazido pela previsão legal das ZEIS, essa conquista foi apenas o início da luta para sua concretização. Precisando, pois, haver uma série de outras movimentações populares, como atos, ocupações, reuniões e audiências públicas, para pressionar o Poder Público Municipal a reconhecer e aplicar esse instrumento.

De início, apesar de intensa mobilização de algumas comunidades, como das ZEIS do Lagamar, do Poço da Draga e do Serviluz, houve poucas vitórias. O que se pôde observar, desde a aprovação do PDPFor em 2009, é que, apesar do esforço e da pressão da população, não havia vontade política do Poder Público para fornecer recursos para que os instrumentos necessários à efetivação das ZEIS pudessem se estabelecer.

Foi só no primeiro semestre de 2013, devido a uma maior articulação popular, após uma manifestação sob a forma de acampamento em frente à sede da prefeitura, que se conseguiu um acordo para criação do Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário para tratar da regulamentação das ZEIS em Fortaleza. Esse Comitê, instituído pelo Decreto nº 13.241, de 21 de outubro de 2013, seria, então, uma ferramenta de gestão participativa com a finalidade de gerar um relatório contendo informações apuradas para subsidiar uma tomada de decisão, pela prefeitura, quanto às ações prioritárias para a efetiva implantação do zoneamento especial.

O Comitê efetivamente iniciou seus trabalhos em 14 de abril de 2014, numa reunião convocada pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), órgão municipal responsável por coordenar os processos de regulamentação das ZEIS, e era composto por

representantes de vários órgãos do poder municipal, de moradores das ZEIS prioritárias e de representantes das universidades, que se dispuseram a assessorar as comunidades, de modo a auxiliá-las, por exemplo, com o linguajar técnico das discussões.

Apesar das dificuldades com a disponibilidade de horários, alguns membros do CAJU conseguiram acompanhar as reuniões desse comitê a partir de junho de 2015, garantindo apropriação das discussões que lá ocorriam pelo restante dos membros que compunham o núcleo de extensão através do o constante compartilhamento nas reuniões ordinárias do projeto (BARBOSA, VIEIRA, 2018). Foi principalmente a partir dessa atuação no Comitê que o CAJU se aproximou das comunidades e pautas de lutas das ZEIS.

O relatório final deste processo foi entregue em 26 de outubro de 2015. Ao final, o documento propunha, entre outras medidas, a criação de uma Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação das ZEIS, de caráter temporário, para, dentre outras atribuições, elaborar a proposta de lei que finalmente regulamentaria as Zonas Especiais de Interesse Social em Fortaleza. Essa comissão foi criada pelo Decreto municipal nº 13.827 de 14 de junho de 2016 (renovado pelo Decreto 13.954 de 11 de janeiro de 2017).

Fizeram parte dela vários representantes da administração municipal e da sociedade civil, com membros de várias universidades, entre elas a Universidade Federal do Ceará (UFC), do Escritório Frei Tito de Alencar, de organizações populares como a Frente de Luta por Moradia Digna, da qual o CAJU também faz parte, e das dez ZEIS prioritárias – Bom Jardim, Lagamar, Moura Brasil, Mucuripe, Poço da Draga, Pici, Pirambu, Serviluz, Praia do Futuro e Vila Vicentina.

A conclusão dos trabalhos dessa comissão se deu em 23 de setembro de 2017, com a produção de um Relatório Final, que foi entregue ao executivo municipal em 23 de fevereiro de 2018, momento no qual as lideranças comunitárias e representantes das universidades reforçaram ao poder público o caráter participativo do processo de produção das propostas ali registradas e, por isso, a importância de sua integral aplicação.

Esse documento, entre seus resultados, apresentou propostas de leis e de decretos de funcionamento dos Conselhos Gestores das ZEIS, além de propostas de termos de referência para capacitação desses conselhos e para contratação de Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) para as ZEIS (FORTALEZA, 2017).

Nesse norte, antes de aprofundarmos o detalhamento das ações do CAJU junto às ZEIS no ano de 2018, faz-se necessário esclarecer que os Conselhos Gestores das ZEIS são instâncias

de caráter consultivo e deliberativo, constituídos de forma pluralista e equitativa entre os representantes do Poder Público Municipal, dos atuais moradores das comunidades e de entidades da sociedade civil, tendo como objetivo participar da elaboração, implementação e monitoramento dos planos integrados de regularização fundiária – PIRF, na área de sua respectiva ZEIS.

Os PIRFs, por sua vez, consistem em um plano de ação que abrange parâmetros urbanísticos, ambientais, infraestruturais, jurídicos, socioeconômicos, entre outros (FORTALEZA, 2009). Eles têm importância fundamental para as áreas de ZEIS porque orientam os caminhos para a efetivação do direito à moradia da população, a integração dos assentamentos à cidade formal, a inserção da região nos projetos viários da cidade e a inclusão de seus moradores na elaboração e utilização de políticas públicas, projetos habitacionais e ações sociais. É, portanto, por meio dos planos integrados que as ZEIS são regulamentadas e efetivamente alcançam os objetivos para as quais foram criadas.

Assim, uma das principais atribuições do Conselho Gestor consiste em levar ao conhecimento do Poder Público as demandas das comunidades, interferindo no processo de elaboração e implantação dos PIRFs para assegurar o interesse dos moradores, que devem ser os atores principais a guiar esse processo, e monitorar as ações na área.

Percebe-se, portanto, que esses instrumentos são ferramentas essenciais para concretização da gestão democrática da cidade, garantido participação popular na tomada de decisões das políticas de interesse da população, revelando necessária e possível a cooperação para que haja o planejamento racional da cidade. Por isso, têm sido objeto de tanta mobilização social para serem implementados em Fortaleza.

Voltando a analisar a evolução da efetivação desses instrumentos na capital cearense, faz-se importante registrar que após a entrega do Relatório Final da Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação das ZEIS, no início de 2018, ocorreram diversos encontros entre as assessorias e as comunidades presentes na Frente de Luta por Moradia Digna junto ao IPLANFOR, para pressionar a gestão municipal a realizar as eleições dos Conselhos Gestores suas atribuições.

Nesse processo, o CAJU não participou diretamente das reuniões com o poder público, principalmente porque os horários nos quais eles ocorriam geralmente chocavam com as aulas dos membros do projeto. Apesar disso, o núcleo sempre se fez presente, auxiliando na construção de estratégias de pressão e cobrança, por meio, por exemplo, da elaboração de uma

nota *online* assinada por diversos movimentos populares urbanos. Como resultado dessas articulações, foi publicado, em 22 de maio de 2018, o Decreto nº 14.211 com a previsão da composição dos Conselhos Gestores das ZEIS e de como deveriam ocorrer suas eleições.

Ressalte-se que o referido decreto não respeitou a proposta elaborada pelo pelo Relatório Final da Comissão (2017), uma vez que a composição do conselho estava diferente daquela constante no relatório, pois houve a retirada dos representantes de entidade acadêmica e de movimentos populares, diminuição da presença da comunidade de sete para seis moradores e ampliação da representação do Poder Público, que passou a ser igualitária à da comunidade, além do acréscimo de um representante da Câmara Municipal.

Apesar de tais alterações terem sido mal recebidas pelas comunidades, optou-se por levar adiante o processo de eleições, uma vez que contestar o decreto tomaria mais tempo e, em face de tantos anos de lutas para efetivação das ZEIS, havia urgência em implantá-las.

Assim, no mês de junho de 2018 começou a organização das comissões eleitorais de cada ZEIS, responsáveis por organizar o pleito para os Conselhos Gestores. Uma das atribuições dessas comissões foi justamente produzir um edital que regulasse o processo eleitoral, momento no qual o CAJU contribuiu participando das reuniões de elaboração dos editais, no âmbito da Frente de Luta por Moradia Digna.

Além disso, o CAJU também participou ativamente das mobilizações para realização das eleições na comunidade do Lagamar. Lá, o núcleo esteve presente em diversos momentos do ano de 2018, participando ainda em julho da escolha da comissão eleitoral. Depois, a convite da Fundação Marcos de Bruim, acompanhando as chamadas reuniões de quarteirão, que formavam uma campanha de divulgação das eleições para o Conselhor Gestor dessa ZEIS.

O CAJU foi algumas vezes nos meses de agosto de 2018 ao Lagamar para participar das rodas de discussão organizadas pela Fundação para conversar com os moradores do bairro principalmente sobre os marcos regulatórios das ZEIS, garantias e direitos que esse instrumento poderia trazer para a região. Em síntese, os membros núcleo buscavam tirar dúvidas dos moradores e explicar melhor como se dava o processo de eleição e de que forma os Conselhos Gestores poderiam atuar na resolução dos problemas do bairro, servindo como instrumento de reverberação das demandas da comunidade e de fiscalização da atuação do poder público.

Ademais, uma outra ação do projeto de extensão para contribuir na divulgação das eleições foi a produção de materiais gráficos e panfletos que foram repassadas para as comunidades com auxílio de parceiros da Frente de Luta por Moradia. O material era didático

e sucinto, buscando explicar a importância da participação popular nesses processos, divulgando também data e horários das votações.

As eleições dos Conselhos Gestores das 10 ZEIS prioritárias ocorreram entre agosto e setembro de 2018, sempre aos finais de semana para possibilitar a participação do maior número possível de moradores (FORTALEZA, 2018a).

Logo após a escolha dos moradores para os conselhos, já em outubro, os representantes das comunidades que participavam da Frente de Luta começaram a se reunir com as assessorias técnicas para organizar as prioridades nos próximos passos de regulamentação das ZEIS. A cerimônia de posse dos eleitos ocorreu no dia 13 de novembro de 2018 e, após essa formalização da constituição dos Conselhos Gestores, os conselheiros passaram por processo de capacitação para iniciarem as atividades (FORTALEZA, 2018b)

O CAJU, por sua vez, continuou participando das reuniões da Frente de Luta por Moradia digna e acompanhando o funcionamento do Conselho Gestor da ZEIS Lagamar, dando prosseguimento às atividades formativas que iniciou no período eleitoral do referido conselho, auxiliando ainda seus membros com a compreensão do regimento interno do Conselho Gestor e interpretação de outros processos burocráticos ligados ao funcionamento dessa instância deliberativa.

CONCLUSÃO

A partir do exposto neste trabalho, é possível entender melhor a necessidade da participação popular na estruturação das políticas públicas de gestão da cidade, pois ela é essencial para possibilitar uma maior eficiência e legitimidade à atuação do poder público no atendimento das demandas sociais.

Pelo exposto, é notável que existe uma série de desafios à implementação dos diversos instrumentos que permitem a atuação da população junto ao poder público na formulação do planejamento urbano. Ficou claro, ainda, que uma das principais das dificuldades de concretização da democracia participativa é o comprometimento da própria gestão municipal para viabilizar a regulamentação desses mecanismos.

Nesse sentido, o meio mais eficiente de assegurar a efetivação dos dispositivos legais que permitem a inserção social nos debates da política urbana é a mobilização das próprias comunidades implicadas por tais políticas.

Perante tantos desafios e levando em consideração o que foi apresentado sobre o modo

de articulação e atuação da Assessoria Jurídica Popular, tem-se que a prática extensionista universitária pode ser uma importante aliada nas lutas pela concretização da participação popular na gestão democrática da cidade. Isso porque a atuação das AJUPs, através dos espaços formativos e da Educação Popular, é extremamente relevante no processo de empoderamento das comunidades acerca de seus direitos, permitindo que um número cada vez maior de pessoas passe a dominar a compreensão dos mecanismos legais de inserção popular nas elaboração do planejamento urbano.

Conclui-se, portanto, diante do histórico apresentado, que o CAJU, enquanto um projeto de extensão que se propõe a constituir um modelo de Assessoria Jurídica Popular, tem cooperado de modo relevante na pauta urbana em Fortaleza, principalmente na evolução da regulamentação e na luta pela manutenção das ZEIS como instrumento imprescindível do Plano Diretor para a constituição de uma cidade democrática e inclusiva. Tendo o núcleo, assim, tanto contribuído para diversos dos avanços recentes desse processo quanto crescido do ponto de vista acadêmico e prático em sua atuação dentro e fora da universidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Lia Vanderlei de. Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular. 340. f. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba, João pessoa, 2015.

BARBOSA, Guilherme Bezerra; VIEIRA, Larissa Camurça. **Assessoria Jurídica Universitária Popular e os processos de tomadas de decisões acerca dos instrumentos de política urbana em âmbito municipal.** Braz. Ap. Sci. Rev., Curitiba, v. 2, n. 1, p. 291-304, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://brazilianjournals.com/index.php/BASR/article/view/380>

BRASIL. **Decreto n. 14.211, de 21 de maio de 2018.** Disciplina as disposições da Lei Complementar nº 062, de 02 de fevereiro de 2009, que instituiu o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza, relativas à regulamentação dos Conselhos Gestores das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS 1 e 2, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município:** nº 16.264. Fortaleza, p. 1-3. 2018.

BRASIL. **Lei Complementar n. 062, de 02 de fev. de 2009.** Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências. **Plano Diretor.** Fortaleza.2009. Legislação Complementar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 30 ago. 2018

BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de jul. de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.. **Estatuto da Cidade.** Brasília. 2001. Legislação Federal.

Disponível

em: <http://legislacao.fortaleza.ce.gov.br/index.php/Plano_Diretor>

CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo de. **A participação social no planejamento das políticas públicas urbanas.** Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo, Santa Fe, vol. 4, n. 1, p. XX-XX, ene./jun. 2017. DOI: 10.14409/rr.v4i1.6741.

FALCÃO, Joaquim de Arruda. **Justiça Social e Justiça legal:** conflitos de propriedade no Recife. In: JUNIOR, José Geraldo de Sousa (org.). Introdução crítica ao direito. 4. Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1993. p.110-121.

FILHO, João Telmo de Oliveira; VASCONCELLOS, Carla Portal. **Democracia e participação popular: As possibilidades de transformações nas formas de gestão do território a partir do Estatuto da Cidade.** Conferência do Desenvolvimento. II. 2011. Brasília. Área temática: 7. Desenvolvimento e Espaço: ações, escalas e recursos. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/artigos.html>> . Acesso em: 30 ago. 2018.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Ilhéus: Editus, 2001. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2018

FORTALEZA. **Relatório da Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das Zonas Especiais de Interesse Social – Zeis.** Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fortaleza. 2017

FORTALEZA. **Relatório das Zeis.** Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário das ZEIS. Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR). Fortaleza. 2015.

FORTALEZA. **Prefeitura divulga calendários para eleição do Conselho Gestor de três Zeis.** Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-divulga-calendarios-para-eleicao-do-conselho-gestor-de-tres-zeis>. Acesso em: 01 set. 2018a.

FORTALEZA. **Prefeitura de Fortaleza empossa os membros dos Conselhos Gestores das Zeis.** Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-empossa-os-membros-dos-conselhos-gestores-das-zeis>. Acesso em: 01 set. 2018b.

FORTALEZA. **Prefeito Roberto Cláudio empossa 137 conselheiros das Zeis.** Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-roberto-claudio-empossa-137-conselheiros-das-zeis>. Acesso em: 01 set. 2018b.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

LYRA FILHO, Roberto. **Direito e Lei.** In: JUNIOR, José Geraldo de Sousa (org.). Introdução crítica ao direito. 4. Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1993. p.31-34.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

NEVES, Thamira Reis Santana; OLIVEIRA, Bruno de Sousa. Assessoria Jurídica Universitária e Moradia: O Caso Vila Vicentina. *Extensão em Ação*, Fortaleza, v. 2, n.14, p.44-57, Jul/Dez. 2017.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Comitê das ZEIS**: em busca do Direito à Cidade. Disponível em:

<http://observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1425:comit%C3%AA-das-zeis-em-busca-do-direito-%C3%A0-cidade-em-fortaleza&Itemid=180&lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2018.

PEQUENO, Luis Renato Bezerra; FREITAS, Clarissa Figueiredo Sampaio. **Desafios para implementação de Zonas Especiais de Interesse Social em Fortaleza**. Rio de Janeiro: XIV Encontro Nacional da Anpur, 2011.

RICCI, Rudá. **Associativismo paulistano e cultura ambivalente**. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: editora UNESP, 2002.

ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula Freire. **Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em Cidades Brasileiras: Trajetória Recente de Implementação de um Instrumento de Política Fundiária**. Lincoln Institute of Land Policy. 2014. Disponível em:

<<https://www.lincolninst.edu/publications/working-papers/zonas-especiais-interesse-social-zeis-em-cidades-brasileiras>>. Acesso em: 01 set. 2018.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993

SILVA, Ana Amélia da. **Reforma Urbana e o Direito à Cidade**. São Paulo: PÓLIS, 1991.

SOUZA, M. L., **Mudar a cidade**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

VASCONCELOS, André Aghasi; GRADVOHL, Marina Brasil. **Valores e Educação Popular na Assessoria Jurídica Universitária Popular**. *Extensão em Ação*, Fortaleza, v. 1, n. 13, p.44- 53, Jan/Jun. 2017.

VIEIRA, Eriton Geraldo. **O Direito à Cidade Sustentável no Estado Democrático de Direito**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós- Graduação em Direito-Escola Superior Dom Helder Câmara. Belo Horizonte. 2015. Disponível em:

<http://domhelder.edu.br/mestrado/editor/assets/arquivos_dissertacoesdefendidas/3575c267e9e b00bbc7c94beb8421ef76.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2018.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 169-243.

50 ANOS DA EXTENSÃO NA UFC: AVANÇOS E DESAFIOS

SOUZA, M. M.¹; RIBEIRO, A. P. de M.²; MACHADO, M. M. T.³; ALVES, L. L.⁴ & SAMPAIO, A. L.⁵

¹Secretária Executiva da Prex, Mestra em Avaliação de Políticas Públicas (UFC). E-mail: margaridas.paz@gmail.com; ²Profa. Doutora da Faculdade de Educação (FACED/UFC). E-mail: apmedeiros.ufc@gmail.com, ³Profa Associada, Doutora em Enfermagem. E-mail: marciamachadoufc@gmail.com; ⁴Assessora Técnica de Gabinete, Mestra em Educação Brasileira (FACED/UFC). E-mail: lidulopes.ufc@gmail.com; ⁵Prof. Doutor da Engenharia de Teleinformática do Campus de Quixadá (UFC). E-mail: albertosampaio@ufc.br.

DOI: <https://doi.org/10.32356/exta.v2.n18.42421> - Artigo submetido em 15/10/2019

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar uma síntese do surgimento da extensão universitária na Universidade Federal do Ceará (UFC), enfatizando sua contribuição na conquista de um lugar de excelência dentre as grandes universidades brasileiras e da América Latina. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, que destaca a história da Pró-Reitoria de Extensão (PREx), realizada em fontes diversas tais como: resoluções, relatórios de gestão, arquivos do site do Fórum de Pró-Reitores, planilhas. Verificou-se que a PREx se

destaca pela expansão das ações em todas as áreas do conhecimento, com grande penetração e impacto na comunidade, propiciando uma formação baseada em metodologias ativas, em contato direto dos alunos com a realidade local das pessoas. Para maior expansão, recursos financeiros são necessários, para propiciar acréscimo das ações. Torna-se evidente que as contribuições da PREx perpassam a comunidade acadêmica, impactando também na sociedade cearense que é beneficiada com suas ações.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária; Ensino Superior, Universidade.

EDUCATIONAL CARE WITH INSULINODEPENT DIABETICS: THERAPEUTIC POSSIBILITIES IN PRIMARY HEALTH CARE

ABSTRACT

This article aims to present a synthesis of the history of the emergence of university extension in the UFC, emphasizing its contribution in achieving a place of excellence among the great Brazilian and Latin American universities. It is a documentary and bibliographic research, which highlights the history of the Extension Dean's Office (PREx), carried out in different sources such as: resolutions, management reports, archives of the website of the Forum of Pro-Rectors, spreadsheets. It was found

that PREx stands out for the expansion of its actions in all areas of knowledge, with great penetration and impact on the community, providing training based on active methodologies, in direct contact of students with the local reality of people. For further expansion, financial resources are needed to provide an increase in shares. It becomes evident that PREx's contributions permeate the academic community, also impacting the society of Ceará that benefits from its actions.

KEYWORDS: University extension; Higher Education, University.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Extensão Universitária

Na sua origem, a universidade brasileira tinha como único objetivo o ensino, técnico e científico; posteriormente, passou a abrigar as atividades de pesquisa.

Das primeiras “atividades voltadas para a sociedade” surgiram as iniciativas de participação ativa dos estudantes que eram executadas por meio do projeto Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), criado pela Universidade Federal (Rio Grande do Norte), em 1966, que tinha por objetivo viabilizar atividades práticas e de campo com estágios junto às comunidades rurais. Essas atividades realizadas pelo CRUTAC foram implantadas e expandidas para o interior dos Estados, em parceria com as outras universidades. A partir dessa expansão, ficou evidenciado que o atendimento enfocava “a promoção do homem, o desenvolvimento econômico e social do País e a segurança nacional” (NOGUEIRA, 2005, p.104). Outra atividade que foi disseminada e alcançou bons resultados à época, foi o Projeto **Rondon**. Essa era uma ação interministerial do Governo Federal, realizada sob a coordenação com os Governos Estadual e Municipal, em parceria com as Instituições de Ensino Superior, reconhecidas pelo Ministério da Educação. Visava somar esforços com as lideranças comunitárias e com a população, “a fim de contribuir com o desenvolvimento local sustentável e na construção e promoção da cidadania” (SOUZA, 2019).

Na acepção de Monerat (2014), “[...] o surgimento da extensão universitária brasileira ocorreu por iniciativa da Universidade de São Paulo, e diferentemente da sua missão atual, a qual está vinculada a responsabilidade social, ” (MONERAT, 2014, p.74) e trazia características de investigação sobre temas de demanda e aplicação direta na indústria e comércio. (SOUZA, 2019).

Reforçando essa perspectiva, Sousa (2010) destaca que essa experiência no Brasil só foi implantada a partir de 1912, por intermédio da “Universidade Livre de São Paulo que adaptou as experiências das Universidades Populares da Europa” e da “Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, em MG, criada em 1926, que, naquela época, oferecia cursos e conferências gratuitos”. Contudo, somente com o Decreto-Lei nº 19.851 de 1931, o termo extensão universitária passa a constar na legislação brasileira e no Estatuto das Universidades Brasileiras, sendo conceituado conforme estabelece o regime universitário:

Art. 42. A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário (BRASIL, CÂMERA FEDERAL, 1931).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei de n. ° 5.540 de 1968, ocorre a normatização da “extensão universitária” preconizando nos seus artigos:

Art. 20: As universidades e os estabelecimentos de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes;

Art. 40: As instituições de ensino superior:

a) Por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento.

b) Assegurarão ao corpo discente meio para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos. (BRASIL, LDB 1968)

De acordo com Souza (2001), a LDB trouxe a obrigatoriedade da extensão universitária nas IES. Entretanto, permaneceu a ideia da sua prática associada a prestação de serviços. “Na sua concepção, não houve alterações significativas, mas reconhece que através da LDB, o MEC pôde elaborar a primeira política de Extensão Universitária” e, posteriormente, o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, o qual viabilizou a proposta da política universitária para as IES. (SOUZA,2001) (SOUZA,2019, p.25).

Calderón (2007), afirma que o despertar do formato “organizacional da extensão no Brasil ocorreu com a criação do Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, em 1987, cuja contribuição foi a organização conceitual da extensão, afastando-a, definitivamente, da conotação assistencialista” e ampliando para um processo educativo, cultural e científico. Essa dimensão ampliada atua “como uma via de mão dupla na troca de conhecimento, favorecendo uma visão integralizada das práxis acadêmicas com a realidade social e profissional” (SOUZA,2019, p.25).

Conclui-se, assim, que era necessário reconhecer que a extensão universitária passaria a ter um significado especial, ao propiciar impacto na universidade transformando-a, “provocando desconforto, conflito e inseguranças”, em especial, àqueles que resistem aos desafios de fazer extensão, pois a universidade pública também é sociedade, o que não a exclui de sofrer os impactos da transformação provocada por ela (DEUS, 2016, p 101), (SOUZA, 2019, p.18).

A história do Ensino Superior brasileiro teve sua gênese no período Imperial com a chegada da Família Real ao Brasil. Inicialmente, surgiram faculdades isoladas especializadas em áreas diversas. No entanto, as primeiras universidades só surgiram no início do século XX, sendo a primeira a Universidade da Amazônia, em Manaus, inaugurada em 1909. Na sequência, surgiram a Universidade do Paraná, em 1912, e a do Rio de Janeiro, em 1920. Porém, a primeira universidade nos moldes do que se conhece atualmente, ou seja, baseada no tripé ensino-pesquisa-extensão, foi a Universidade de São Paulo – USP, criada em 1934 (FÁVERO, 2006,

p.21).

Esta breve incursão histórica corrobora com o que disse Souza (2019, p. 13): “Na sua estrutura organizacional, as primeiras instituições tinham como eixo motriz a função precípua de ensinar e, só subsequentemente, surgiram a pesquisa e a extensão”.

Especificamente sobre a Extensão Universitária, sabe-se que surgiu no século XIX, na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, cujas ações eram voltadas para a educação continuada, “[...] prestando atendimento para as pessoas adultas que não conseguiam acesso à universidade” (SOUZA, 2019, p.11). Posteriormente, registram-se as atividades de extensão nas universidades americanas, como prestação de serviços nas comunidades rurais (PAIVA, 1986).

No Brasil, as primeiras atividades de extensão, surgiram na “Escola Superior de Agricultura, em Minas Gerais (1920), com as atividades voltadas para a prestação de serviços, que disponibilizavam assistência técnica aos agricultores. Essas ações, por suas especificidades, receberam, a denominação conceitual de modelo teórico assistencialista e dialógico (NOGUEIRA, 2001) (SOUZA,2019). Embora registre-se esta primeira iniciativa, em 1920, a oficialização da extensão universitária veio apenas em 1931 com a promulgação do Estatuto das Universidades brasileiras, durante o governo de Getúlio Vargas. Em seguida, a extensão aparece oficialmente na Universidade de São Paulo (1934), com a oferta de cursos gratuitos.

Desde então, as demais universidades que surgem no Brasil trazem em sua configuração original a extensão como pilar, o que fortalece suas ações e leva ao delineamento de políticas nacionais e organizações de entidades específicas para discutir e redefinir as iniciativas da extensão universitária, ampliando a estreita concepção inicial que era a “[...] oferta de cursos, conferências ou assistência técnica rural destinada àqueles que não possuíam diploma universitário” (FORPROEXT, 2006, p.17). (SOUZA,2019).

Para a compreensão do processo de implementação da Extensão na Universidade Federal do Ceará, esse artigo objetiva apresentar uma síntese da história do surgimento no contexto desta Instituição, enfatizando a sua contribuição na conquista de um lugar de excelência dentre as grandes universidades brasileiras e da América Latina.

2 MÉTODO E DISCUSSÃO

Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, que destaca a história da Pró-Reitoria de Extensão (PREx) da UFC, realizada utilizando fontes, tais como: resoluções,

relatórios de gestão, arquivos do site do Fórum de Pró-Reitores, planilhas. Buscou-se evidenciar uma síntese histórica, retratando alguns insights do que foi protagonizado na UFC, desde a sua implantação, até as comemorações do cinquentenário, realizada em 2019.

No Ceará, o registro oficial do surgimento da extensão universitária é de 1969, quando da implantação UFC, que foi a primeira Universidade criada no Ceará, em 1954. (SOUZA, 2019).

Em 2019, a PREx na UFC, celebrou 50 anos, ao longo desse período, enfrentou diversos desafios, surgiu a motivação deste estudo, que objetiva não apenas apresentar uma síntese da história e do surgimento da extensão universitária na UFC, como, também, enfatizar a sua contribuição na conquista de um lugar de excelência dentre as grandes universidades brasileiras e da América Latina.

Criada pela Lei Federal nº 2.373 de 16/12/1954, publicada em 23/12/1954, a Universidade Federal do Ceará (UFC) é uma autarquia subordinada ao Ministério da Educação (MEC), que tem por finalidade; “formar profissionais da mais alta qualificação, gerar e difundir conhecimentos, preservar e divulgar os valores artísticos e culturais, constituindo-se em instituição estratégica para o desenvolvimento do Ceará e do Nordeste“, por meio das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão (SOUZA, 2019).

Sob a gestão do seu fundador, Prof. Antônio Martins Filho, inicialmente, foi constituída pela junção da Escola de Agronomia, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Faculdade de Farmácia e Odontologia. Possui cursos que estão abrigados em territórios, como: Benfica, Campus do Pici e Porangabuçu, todos localizados no município de Fortaleza, além dos Campi de Sobral, Quixadá, Crateús e Russas.

Considerada como patrimônio dos cearenses a UFC, nos seus 65 anos de criação, em 2019, desenvolve um trabalho alicerçado no conhecimento e na ética, formando profissionais da mais alta qualidade, tendo como colaboradores, os servidores professores e técnico-administrativos qualificados. São esses colaboradores, que integralizados ao ensino, pesquisa e a extensão, conseguem desempenhar a sua missão, visão e compromisso social com a sociedade, não só do Ceará, mas ampliado para o mundo, por meio da Internacionalização do conhecimento.

Com base nestes princípios, delineados por seu fundador, Antônio Martins Filho, a UFC procura reafirmar seu compromisso com a sociedade, empenhando-se na busca de soluções para os problemas locais, sem esquecer o caráter universal de sua produção.

2.1 A Extensão Universitária na UFC

Na UFC, o surgimento da Extensão Universitária não difere das demais instituições de ensino superior, “pois embora a supracitada instituição tenha sua fundação registrada em 25 de junho de 1954, a extensão só foi implantada, oficialmente, em 31 de janeiro de 1969, após 15 anos de criação da UFC” (SOUZA, 2019, p.38).

A Pró-Reitoria de Extensão da UFC (PREx,) desde a sua fundação, teve 14 Pró-Reitores: o primeiro foi o Prof. Carlos Neves D’Alge (1969-1971), seguindo-se do Prof. Newton Teófilo Gonçalves (1971-1976), Prof. Raimundo Holanda Farias (1978-1979), Prof. Pedro Paulo de Souza Montenegro (1979-1983), Prof. Marcondes Rosa de Sousa (1983-1987 e 1991-1995), Prof. José Nelson Espíndola Frota (1987-1991), Prof. José Renê Teixeira Barreira (1995-1999), Prof. Francisco de Assis Melo Lima (1999-2003), Prof. Luiz Antônio Maciel de Paula (2003-2007), Prof. Henry de Holanda Campos (2007-2009), Prof. Antônio Cauby Ribeiro Tupinambá (2009), Prof. Antônio Salvador da Rocha (2009-2012) e Prof.^a Márcia Maria Tavares Machado (2012 -2019), a primeira mulher a integrar esse quadro de honra de ilustres colaboradores.

Na UFC, a PREx tem por objetivo "articular o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, a fim de viabilizar trocas educativas, culturais e científicas com a sociedade." (SOUZA,2019, p.39). Seu conceito advém da definição validada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileira, 1987.

Sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade (Forproext, 1987).

É pertinente destacar que conforme Moacir Gadotti (1994), “[...] a UFC, desde 1970, vem trabalhando com a comunidade externa, pois na região Nordeste foi a primeira instituição a implantar ações extramuros por meio da ação de extensão do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, aprovado através do Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010” assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esse projeto foi cadastrado via Faculdade de Educação – FACED, utilizando como eixo teórico a Educação Popular, inspirada nos princípios de Paulo Freire. Atuou favorecendo a parceria com a sociedade, muito embora registros desta Pró-Reitoria demonstrem a sua codificação (PDOO.2000.AI.0174), em 2000 e o término da ação em 2007, a qual tinha a coordenação da professora Maria Iolanda Holanda,

muito embora não seja uma das ações mais antigas conforme demonstra o quadro abaixo, (SOUZA,2019).

QUADRO 1 – Ações mais antigas, registradas e ativas da PREx- por Coordenadorias

COORDENADORIA	AÇÕES	INÍCIO
ARTICULAÇÃO	Liga Médico-Acadêmica de Cardiologia de Sobral-LIMACS	2004
BENFICA	Projeto Novo Vestibular	1987
PICI	Planejamento e execução da merenda para as crianças do NDC.	2000
PORANGABUÇU	Saúde Mental Comunitária: Projeto Quatro Varas	2000

Fonte: Coordenadorias PREx/2019.

Apesar da redução de verbas para subsidiar as ações de extensão (via PROEXT), muitos dos coordenadores mantêm a sua atividade numa demonstração de compromisso com o ensino e a extensão, favorecendo milhões de cearenses. Nos últimos anos, o valor da bolsa para os alunos manteve-se em R\$400,00 (quatrocentos reais); em 2011, por decisão do Reitor, Prof. Jesualdo Farias, ampliou-se também para os alunos que exercem as atividades de apoio a saúde da população, no Programa CRUTAC.

QUADRO 2 – Número de Bolsas da PREX no período de 2011 a 2019

ANO	MODALIDADE	QUANTIDADE	VALOR
2011/2019	Bolsista PREx	650	400,00
2011/2019	CRUTAC	350	400,00
2015/2019	Casas de Cultura	15	400.00

Fonte: Arquivos PREx

Considerando os aspectos apresentados, pode-se deduzir que [...] para atender aos seus princípios constitucionais, a PREx conta com uma estrutura organizacional composta por Pró-Reitora, Pró-Reitor Adjunto e, atualmente, tem seis unidades setoriais, assim distribuídas: Benfica, Pici, Porangabuçu, Intercampi, CDEFAM e a Coordenadoria de Estágios, as quais, detentoras de um espírito colaborativo, realizam um trabalho de acompanhamento e auxílio aos Coordenadores de ações, por meio de relatórios e visitas *in loco*.

A agência de estágio da UFC está vinculada a Pró-Reitoria de Extensão e foi implantada desde 1987, sendo denominada, inicialmente, como Divisão de Integração Universidade/Empresa (DIUE).

Em 2006, passou a se chamar CIUSP-Coordenadoria de Integração do Setor Produtivo.

Desde 2010, o setor foi denominado de Divisão de Estágios, fazendo parte da Coordenadoria de Estágios da Pró-Reitoria de Extensão da UFC.

2.2 As Conquistas da PREx na UFC

A extensão universitária, desde a sua origem, agregou diversas atribuições na UFC. A PREx sempre teve a missão de criar ações que tenham como foco, gerar impactos na comunidade acadêmica e, especialmente, na sociedade. Estas, são beneficiadas com os resultados das atividades desenvolvidas de forma integralizadas com o ensino e a pesquisa.

Conforme dados divulgados pela Coordenadoria de Estágios houve, nos últimos anos, um crescimento expressivo de convênios com empresas e instituições, os quais viabilizam o ingresso do aluno no mercado de trabalho.

QUADRO 3 – Número de convênios de estágios UFC (2015 a 2018)

ANOS	CONVÊNIO NOVOS	CONVÊNIO VIGENTES
2015	301	1.278
2016	321	1.304
2017	424	1.397
2018	419	1.465

Fonte: Coordenadoria de Estágios/ 2018

O aumento exponencial do número de convênios é fruto de um trabalho mais aproximado da equipe da agência de estágios, com empresas e Instituições públicas e privadas. A partir de um trabalho com as Coordenações de cursos, foi possível visualizar as reais necessidades no campo do estágio obrigatório e voluntário, ampliando a busca de espaços para a inserção de alunos que desejam ampliar os seus conhecimentos e exercitar, na prática, as habilidades necessárias para a sua formação acadêmica.

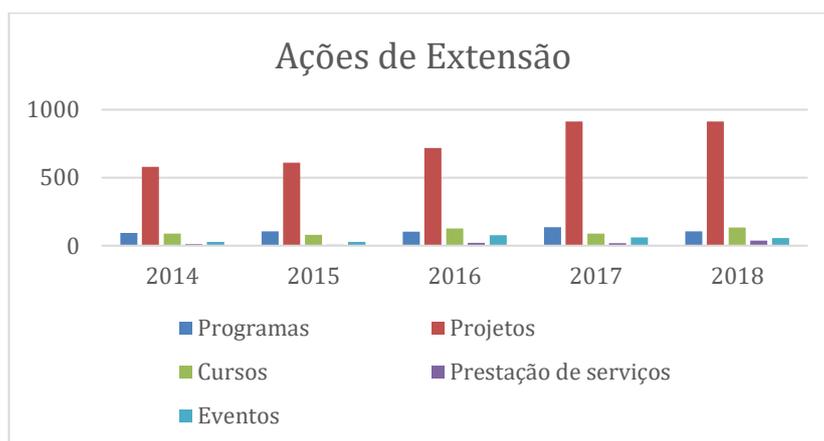
Outra unidade agregada à PREx é o Centro de Desenvolvimento Familiar (CDEFAM), que desenvolve um trabalho na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, com o objetivo de integralizar “[...] as atividades desenvolvidas pelos cursos de graduação e pós-graduação em Farmácia, Odontologia, Enfermagem e Fisioterapia da UFC” (SOUZA, 2018, p.53), além de executar Ações de Extensão na área de Educação e Saúde, por meio de Prestação de Serviços à comunidade externa, residentes no entorno do Campus do Pici. Tais práticas favorecem os alunos e a sociedade de forma dialógica, numa troca e valorização dos saberes, as quais contribuem de forma expressiva na formação acadêmica dos discentes e favorecendo a qualidade de vida da população.

Nesse contexto, a extensão universitária da UFC busca consolidar suas ações voltadas para atender as diretrizes educacionais, ocorridas na educação superior, favorecendo a inserção dos alunos nas ações sociais, em parceria com a sociedade.

Quanto às suas diretrizes, a UFC estabelece na Resolução de nº 04/2014- CEPE, que as atividades de extensão universitária têm por objetivos, primordialmente, promover uma “relação mutuamente transformadora entre a universidade e a sociedade, em parceria com o ensino e a pesquisa, a qual favoreça a interação dialógica, a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e interprofissionalidade e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão” (Resolução 08/2014 do CEPE).

A seguir, é apresentada uma síntese das atividades realizadas pela PREx de 2014 a 2018, demonstrando a sua intensa produção.

QUADRO 04 – Atividades realizadas na PREX/ UFC de 2014 a 2018



Fonte: Relatório de Gestão 2018

Houve um acréscimo de ações cadastradas e atuantes entre o período de 2014 a 2018, sendo mais evidenciado o número de registros de projetos. A hipótese para esse avanço é devido ao trabalho realizado pelas equipes das Coordenadorias da PREX (Pici, Benfica, Porangabuçu e Interior), junto a Coordenação de Cursos, esclarecendo sobre a importância da implementação de ações que beneficiem o máximo possível de pessoas da comunidade, seja do entorno dos campos/campis ou de ações nos municípios do interior. Em 2017, a Prex realizou o Georreferenciamento das suas ações, com o objetivo de: mapear a execução das suas atividades, conhecer perfis, áreas temáticas e qual é a abrangência dos municípios cearenses onde a UFC atua, por meio da extensão universitária. Com base nesse diagnóstico, a PREx traçou metas para o desenvolvimento de ações estratégicas, disponibilizadas no PDI

de 2018/2022.

A partir da realização do georreferenciamento das ações de extensão, foi possível subsidiar a comunidade acadêmica sobre quais os projetos que mais dialogavam com a comunidade, onde estavam localizados e sinalizando a necessidade de ampliação de outras ações que dialogassem diretamente com as necessidades locais ou estaduais.

Destaque-se que, desde 2017, a PREx vem desenvolvendo juntamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), um Módulo, no SIGAA, para hospedar o cadastro das suas ações de extensão. Atualmente, estão em uma fase de migração dos dados, os quais estão sendo organizados pelas Coordenadorias, para posterior liberação do Sistema à comunidade acadêmica.

Vale ressaltar, ainda, que a PREx vem se destacando em suas ações, tendo recebido destaques, em 2018, com premiações, como: Projeto Rondon, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Secretariado Executivo (NEPES), Grupo de Estudos e Ações em Saúde Coletiva – GEASC, Grupo de Estudos e Ações em Saúde Coletiva, Cine Freud, Cultura e Arte e o Programa de Fisioterapia na Saúde da Mulher. Alguns destes destaques, com mais de uma menção honrosa, além do reconhecimento da sociedade, o qual não há como mensurar (<https://prex.ufc.br/page/6/>).

Com o propósito de viabilizar o acesso às informações, em 2018 foi implantado no site www.prexufc.br um link com as ações ativas na PREx. Nesse site, constam informações como: título da ação, coordenação, público-alvo, parcerias, local onde ocorre, periodicidade, codificação etc.

Dentre as políticas de incentivo a divulgação da extensão, a PREx gerencia a *Revista Extensão em Ação*¹. É um periódico eletrônico de caráter multidisciplinar, cujo principal objetivo é difundir os estudos, pesquisas e artigos nas áreas temáticas de extensão universitária, tais como: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho.

A *Revista* compõe o conjunto de publicações disponíveis no Portal de Periódicos da UFC, embora já esteja no formato eletrônico, desde o ano de 2011, utilizando a plataforma OJS (<http://periodicos.ufc.br/extensaoemacao>).

Com o suporte eletrônico, a *Revista Extensão em Ação* vem alcançando mais difusão, ampliação da pontuação Qualis/CAPES e integração com bancos de indexação. Esse fator, aliado aos critérios das políticas editoriais e avaliação por pares, permitiu à *Revista* sucessivos

avanços na sua qualificação, quando no biênio 2017-2018, passou ao nível B2¹.

Outro grande desafio iniciado em 2017 foi o processo de Curricularização da Extensão, no âmbito da UFC, com a integração da PREx e da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Em 1º de dezembro de 2017, após longo período de planejamento e organização, envolvendo todas as Coordenadorias de Unidades Acadêmicas, foi aprovada a Resolução nº 28/CEPE/01/12/2017, que trata da implantação da Curricularização da Extensão em todos os cursos da UFC, conforme modalidades, a critério dos cursos de graduação:

- I - Unidade Curricular Especial de Extensão, constituída de ações de extensão, ativas e devidamente cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão, cujas temáticas serão definidas no currículo;
 - II - Parte de componentes curriculares com destinação de carga horária de extensão definida no currículo.
- § 1º As modalidades descritas nos incisos I e II poderão, a critério dos cursos de graduação, ser combinadas desde que suas respectivas cargas horárias estejam definidas no Projeto Pedagógico do Curso, conforme disposto no parágrafo único do artigo 2º.
- § 2º Na combinação das modalidades descritas nos incisos I e II, a distribuição da carga horária para a Unidade Curricular Especial de Extensão e para compor os componentes curriculares compete aos respectivos colegiados com a devida aprovação do Conselho da Unidade Acadêmica a qual os cursos estão vinculados. Resolução nº 28/CEPE/01/12/2017.

Até março de 2019, o processo de implantação da Curricularização já havia sido iniciado em 11 cursos de Licenciatura, com os respectivos projetos pedagógicos em apreciação na PROGRAD. Entretanto, em virtude do trabalho de sensibilização capitaneado pela PREx e PROGRAD, muitos outros cursos da UFC que estão iniciando os trabalhos de reformulação de seus projetos pedagógicos, incluindo nas propostas, a curricularização da extensão.

2.3 Os desafios da Extensão Universitária na UFC

Em uma sumária análise, é possível perceber, mesmo diante de desafios (limitação de recursos, aumento da violência urbana, que passou a exigir cuidado ampliado na inserção de discentes nas comunidades, etc.), o quanto a extensão universitária vem se destacando dentro das IES. Entretanto, tal crescimento não vem sendo evidenciado na mesma proporção de avanços na quantidade de ações registradas, quando se trata das políticas educacionais, e sobretudo nas linhas de financiamentos. Verifica-se que mesmo com a expansão da Extensão nas Universidades Brasileiras, não ocorre uma simetria com outras atividades de pesquisa. Até

¹ <http://periodicos.ufc.br/extensaoemacao/issue/view/809>

2017 o governo brasileiro disponibiliza recursos para financiar ações de extensão no país, mas foi gradativamente sendo reduzido e cancelando todos os editais em 2018.

É preciso destacar que, ao abordar a questão da escassez de recursos, há que se expandir a obtenção de maiores financiamentos para a Universidade, ampliando a oferta de serviços, não se restringindo somente ao pagamento de bolsas. Com a implantação da Curricularização, há que se ampliar a oferta de ações, com deslocamento de alunos e professores para as ações desenvolvidas, requerendo maiores fontes de financiamento para os projetos.

A avaliação de programas e projetos a partir de uma plataforma on-line foi implantada na PREX/UFC, inicialmente na Coordenadoria do Pici, disponibilizando a “Plataforma de Avaliação das Ações de Extensão”. Todos os programas e projetos que concorrem a bolsa de extensão utilizam esse novo mecanismo de avaliação por pares, trazendo mais agilidade na emissão dos pareceres. Essa estratégia tornou o processo mais ágil, prático, contando com centenas de participações de professores e técnico-administrativos que avaliam essas ações.

Foram ampliadas visitas, *in loco*, para conhecer e acompanhar dezenas de Programas e Projetos, pelas equipes das Coordenadorias. Essas visitas são enriquecedoras, pois servem como orientação aos coordenadores das ações, motivam os profissionais e alunos com a presença de um observador externo e oferece subsídios práticos sobre como ampliar a ação. Priorizou-se, nesse período de 2013 a 2018 as visitas aos projetos mais antigos, mas sempre estimulando aos novos professores e técnico-administrativos a pensar em novas ações que promovam melhorias às comunidades do Ceará.

A impossibilidade de acompanhamentos das ações contribui expressivamente para não conhecer ou dar orientações para melhorar o projeto, além de favorecer a evasão de algumas propostas, muitas só conhecidas ao final do ano, por ocasião do envio do Relatório Anual. Esse fato vinha contribuindo para não termos com precisão o real impacto que essas ações desempenham nas comunidades.

Dessa forma, percebe-se como fragilidade, a falta de avaliação dos reais impactos das ações de extensão na sociedade, o que contribui para o fortalecimento do reconhecimento da sua importância, no âmbito da universidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta síntese dos avanços e desafios percebidos pela Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Ceará, foi pensada para dar um panorama do que vem sendo

desenvolvido nos últimos anos, nesta Instituição. Em comemoração aos 50 anos de implantação da Extensão Universitária nessa Instituição, buscou-se resgatar documentos, arquivos, relatórios, registros e vivências, contribui com a sua história, descrevendo o trabalho que vem sendo desenvolvido pelas equipes da PREX/UFC e a comunidade acadêmica da UFC.

Pontuaram-se avanços como a implantação da Curricularização das ações de extensão, o uso de plataforma no processo de avaliação das ações, que pleiteiam bolsas, o crescimento quantitativo e qualitativo das ações, o trabalho desenvolvido pelas Coordenadorias, e a sistematização do cadastro das ações, por meio do SIGAA, o qual está em processo final de migração dos dados. Destaca-se a crescente exposição das ações desempenhadas na UFC, a partir da *Revista Extensão em Ação*, com a leitura ampliada de seus leitores e do reconhecimento pela comunidade acadêmica.

Melhorias no processo de trabalho e resultados alcançados são importantes serem comunicados, mas sabemos que os desafios e dificuldades são permanentes. Como eixo no planejamento torna-se importante avaliar anualmente os indicadores que são registrados na PREX, como subsídio para buscar soluções práticas e apoiar a gestão.

O processo da Curricularização precisa ser priorizado, por constituir uma resolução aprovada pelo CEPE e que obedece às normas preconizadas pelo MEC. Assim, ao se estruturar no Plano Pedagógico dos Cursos ofertados por esta Universidade, deve-se buscar evidenciar a integração do ensino, da pesquisa e da extensão universitária.

Destaque-se que a PREX possui uma equipe de servidores que acreditam nos objetivos da extensão universitária e buscam contribuir para a execução das suas ações, as quais são transformadoras e construtoras de uma sociedade mais democrática, contribuindo de forma expressiva para o cumprimento da *Missão* social da UFC.

A breve história de crescimento da PREX nestes 50 anos, relatada neste artigo, mostra que a crescente adesão de professores, servidores técnico-administrativos e os discentes, vem tornando esta Universidade reconhecida pelo seu trabalho incansável e pela demonstração viva da importância das ações de extensão, como eixo transformador para o Estado do Ceará.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Conselho Nacional de Educação - **Resolução de nº 07/CEPE, de 1º de dezembro de 2017**. Disponível em www.ufc.br - Acesso em: 19 jan. 2017.

BRASIL, Universidade Federal do Ceará - **Resolução de nº 28/CES, de 18 de dezembro de 2018**. Disponível em sitio RENEX - Acesso em: 20 dez. 2018.

CALDERON, Adolfo Ignácio (coord.), **Educação Superior: construindo a extensão universitária nas IES particulares**, SP, Xamã, 2007.

DEUS, Sandra de Extensão **Universitária: sua contribuição para a formação acadêmica e pessoal de estudante de graduação**, Curitiba, CRV, 2016.

FÁVERO, M.L.de A. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep,2006.

MONERAT, Germano Amaral; SILVA, Eduardo Vasques Correa, FILHO, Luiz Gonzaga Ferreira, CARVALHO, Enia Mara de - **Relato de uma experiência em Divulgação de uma experiência em Ciências, em Extensão**. Uberlândia, v.13, n 2, p. 70-78, jul. dez. 2014

NOGUEIRA. Maria das Dores Pimentel. (Org.). **Extensão Universitária. Diretrizes conceituais e políticas. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000**. Belo Horizonte: PROEXT/UFMG/Fórum, 2001.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Extensão Universitária no Brasil**, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.67, nº 155, p.135-151, 1986.

REVISTA EXTENSÃO EM AÇÃO.

<http://periodicos.ufc.br/extensaoemacao/issue/view/809>

SOUZA, Ana Luiza Lima. **Concepção de extensão universitária: ainda precisamos falar sobre isso?** FARIA, Dóris Santos de (Org). **Construção conceitual de extensão na América Latina**. Brasília, UNB, 2001.

SOUZA, Edgley Silva de. - **Gestores, servidores E usuários: as representações sociais do Programa Cedefam** - Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2018.

SOUZA, M. M. de. **Um estudo avaliativo sobre a implantação da curricularização em instituições de ensino superior: o caso da Universidade Federal do Ceará (UFC)** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2019.

ACÇÃO ESCOLA DA TERRA: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO

ZIENTARSKI, C.¹; MENEZES, H.C.M.² & PINTO F.V.A.³

¹Professora do Departamento de Fundamentos da Educação- da Universidade Federal do Ceará- Vice-Coordenadora e pesquisadora da Pós-Graduação em Educação Brasileira (UFC)- Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais, Formação de Professores e Gestão Educacional (GEPGE); Grupo Nacional de Política de Regulação; Grupo Latino-Americano de Políticas Públicas de Avaliação Educacional e Accountability. Email: clarice.zientarski@ufc.br; ²Graduado em História, mestre e doutorando em Educação Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro da Rede Mapa (Gestão democrática do ensino público: mapeamento das bases normativas e das condições político-institucionais dos sistemas municipais de ensino) no Ceará; Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais, Formação de Professores e Gestão Educacional (GEPGE); Grupo Nacional de Política de Regulação; Grupo Latino-Americano de Políticas Públicas de Avaliação Educacional e Accountability. E-mail: hermesonmenezes_ufc@yahoo.com. ³Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará- Membro do Grupo de Pesquisa EDUCAMPO/UFC/CNPQ- e membro e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais, Formação de Professores e Gestão Educacional (GEPGE). Email: valmira.fap@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.32356/exta.v2.n18.20324> - Artigo submetido em 19/09/2017

RESUMO

Este trabalho dedica-se a analisar por meio da Ação Escola da Terra, a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão - eixo fundamental da Universidade brasileira. A partir do projeto intitulado “Escola da Terra - Formação de professores de escolas multisseriadas do campo e quilombolas”, discute-se os caminhos para a compreensão das potencialidades presentes nas experiências (teórico-práticas) de um projeto de extensão universitária: suas características emancipadoras na formação de graduandos, pós-graduandos e comunidade. A metodologia está

fundamentada no Materialismo Histórico Dialético, como teoria do conhecimento capaz de suscitar a compreensão da função da tríade ensino-pesquisa-extensão. Neste sentido, este estudo, especificamente, apresenta os resultados do projeto, evidenciando a tríade anunciada, pois foi realizada: a formação de formadores, curso de formação de cursistas, projetos de intervenção na comunidade, doação de livros, biblioteca itinerante, estudos em grupo, dentre outras ações; possibilitando a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético.

PALAVRAS-CHAVE: Escola da Terra. Extensão Universitária. Ensino-Pesquisa-Extensão. Pedagogia Histórico Crítica.

EARTH SCHOOL PROGRAM: THE INSEPARABILITY BETWEEN EDUCATION-RESEARCH-EXTENSION.

ABSTRACT

The work dedicates itself to analyze, as of the Earth School program, the inseparability between education-research-extension – main axis of the Brazilian University. As of the Project entitled: “Escola da Terra - Formação de professores de escolas multisseriadas do campo e quilombolas” discusses the paths to a comprehension of the potentialities present in the experiences (theoretical-practical) of an university’s extension project: It’s emancipating characteristics in the education of graduation and post-graduation students and the community. The applied

Methodology Materialism, as a theory of knowledge capable of eliciting an understanding of the function of the teaching-research-extension triad. In this sense, this study specifically presents the results of the project, evidencing the triad announced, since it was carried out: training of trainers, training course for students, community intervention projects, book donation, traveling library, group studies, among other actions; enabling the three-dimensionality of autonomous, competent and ethical university work.

KEYWORDS: Earth School; University Extension; education-research-extension; Historical-Critical Pedagogy

1 INTRODUÇÃO

A universidade como instituição social educativa, centro pluridisciplinar de domínio e

cultivo do saber humano, ligada ao ensino, pesquisa e extensão tem por função primeira suscitar e difundir conhecimentos e saberes, incorporando em sua agenda as demandas geradas na e pela sociedade. É nesse movimento que a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (FACED/UFC) tem desenvolvido diversos projetos de extensão, dentre eles a ação intitulada “Escola da Terra - Formação de professores de escolas multisseriadas do campo e quilombolas”.

A ação foi implementada em 2014, sendo executada em três edições. Por meio da ação foram beneficiados nas três edições, aproximadamente, 1.500 professores-cursistas em 30 municípios cearenses- (2015-2016, 17 municípios, 750 cursistas; 2017, 6 municípios, 400 cursistas) e em 2017-2018, foram 350 cursistas de sete municípios). A Ação Escola da Terra, organizada sob a coordenação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC - Portaria n. 579, de 02 de julho de 2013), está inserida no Eixo I – Gestão e Práticas Pedagógicas do Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO, previsto no Decreto nº 7.352/2010. Eixo que preconiza melhoria do ensino, formação de professores, produção de material didático e melhoria da infraestrutura das Escolas do Campo (BRASIL, 2012). Nesta perspectiva, o presente relato de experiência, reflete a educação, sua ação humanizadora, bem como as relações que envolvem ensino, pesquisa e extensão.

A Educação, em sentido amplo, como saber sistematizado, produzido e acumulado historicamente é própria do homem. Dialeticamente, mais do que instrução, é o meio pelo qual se desenvolve as capacidades ontológicas essenciais, conquista-se conhecimento e forma-se uma consciência crítica. Todavia, no mundo hodierno, vive-se um descenso em relação a educação, resultado da cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Nas Universidades brasileiras essa ruptura, agravada pelas políticas neoliberais e de reestruturação produtiva, tem suscitado debates acalorados: como superar a educação meramente instrutiva, a fragilidade teórica e a separação entre teoria e prática na formação acadêmica? Como tornar o conhecimento produzido na universidade um saber acessível à sociedade capaz de contribuir para sua transformação?

Essas problemáticas, ancoradas no relato de experiência junto a Ação Escola da Terra Ceará (2017) – Projeto de Extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC), conduzem ao objetivo do presente artigo: analisar a indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão. Este trabalho, portanto, contribui significativa para o debate acadêmico, pois discorre sobre a passagem “do senso comum à consciência filosófica” (SAVIANI, 1996) no processo de

formação universitária e sobre a relação intrínseca entre teoria e prática, elementos basilares de uma educação emancipadora.

Ao compreender a ação extensionista como *interação dialógica* (socialização de saberes entre universidade e movimento, setores e organizações sociais), *interdisciplinar* (considerar de forma integral os diversos conhecimentos) e *indissociável* (ensino - processo de formação do trabalhador; pesquisa - produção do conhecimento; e, extensão – compartilhamento social), este relato de experiência fundamenta-se, como teoria do conhecimento, no materialismo histórico-dialético e, como proposta pedagógica na Pedagogia Histórico-Crítica, pois:

Tais métodos situar-se-ão para além dos métodos tradicionais e novos, superando por incorporação as contribuições de uns e de outros. Serão métodos que estimularão a atividade e a iniciativa dos alunos, sem abrir mão, porém, da iniciativa do professor, favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor, mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e graduação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos. (SAVIANI, 2005, p.69).

Assim, se tal método valoriza “o diálogo com a cultura acumulada historicamente”, tem-se que o saber constituído do processo de ensino-aprendizagem é fruto do trabalho educativo, que toma como referência o saber objetivo produzido, superando a dicotomia entre conhecimento espontâneo (empírico) e o conhecimento sistematizado (científico).

A Ação Escola da Terra se apresenta como “um devinir, uma construção constante”, ao realizar suas atividades extensionistas, ela constrói caminhos para uma Universidade desejada. Neste prisma, como espaço privilegiado de interação sócio-institucional, de difusão e construção de novos conhecimentos, a Ação Escola da Terra articula um processo educativo, cultural e político em múltiplas dimensões, a partir de suas atividades. E, ao assumir o compromisso com as necessidades da comunidade universitária (professores, técnicos administrativos e estudantes) e as aspirações da população (razão da existência da universidade) ela adquire legitimidade extensionista, corroborando com o princípio de indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

2 ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO: POR UMA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O Artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil -Constituição da República Federativa do Brasil de 1988-, dispõe que as universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre *ensino, pesquisa e extensão* (BRASIL, 1988).

Equiparadas, essas funções devem ter igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, tendo a educação superior por finalidade “incentivar o trabalho de *pesquisa* e investigação científica”, “comunicar o saber através do *ensino*” e “promover a *extensão* aberta à participação da população” (Artigo 43 da Lei federal nº 9.394/96). Ensino, pesquisa e extensão constituem, portanto, a base institucional da universidade, uma de suas maiores virtudes e expressão de compromisso social. Como destaca Santos:

Em outras palavras, a universidade é detentora do conhecimento (formal-científico) e o transmite, por meio do *ensino*, aos educandos. Através da *pesquisa*, aprimora os conhecimentos existentes e produz outros novos. Pelo ensino, conduz esses aprimoramentos e os novos conhecimentos aos alunos. Por meio da *extensão*, pode proceder a difusão, socialização e democratização do conhecimento existente, bem como das novas descobertas à comunidade. (SANTOS, 2010, pp 12-13)

Contudo, tratar de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão é considerar necessariamente um debate dual: de um lado, a individualidade de cada elemento desta tríade; e, de outro, a tridimensionalidade ideal da educação superior, as relações entre o conhecimento científico (sistematizado) e aquele produzido popularmente (empírico). Como salienta Santos, ao destacar os entraves para a real materialização da ação extensionista:

[...] consideramos que talvez um dos maiores entraves para a real concretização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão resida na visão dicotômica dos processos nela envolvidos, pela qual estas três esferas convertem-se em atividades em si mesmas, dotadas, inclusive, de distintos status acadêmicos. Enquanto não for afirmada teórica e praticamente a organicidade desses processos como fundamento didático-metodológico do Ensino Superior, pouco avançaremos na direção de efetivas transformações neste nível educacional. (SANTOS, 2010, pp 13)

As questões que permeiam os “distintos status acadêmicos” estão presentes em amplos segmentos da universidade, desde a valorização de determinados cursos (Medicina, Engenharia e Direito, por exemplo) à relação graduação e pós-graduação, esta última tomada como lócus da pesquisa, marcas de um processo de elitização que atravessa a história da universidade no Brasil, o que afeta a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e as relações entre conhecimento científico e demandas sociais.

Mora-Osejo e Borda (2004, p. 720), destacam que na disputa de saberes “precisa-se de universidades participativas, comprometidas com o bem comum, em especial com as urgências das comunidades de base [...]”, a tal ponto que sejam superadas as “definições discriminatórias entre o acadêmico e o popular”. Nessa direção, são necessárias transformações acadêmicas. No entanto, deve-se caminhar com prudência no diálogo entre o acadêmico e o popular.

Saviani auxilia significativamente nesse debate, em tempos de crise da sociabilidade do capital e de ascensão do pensamento pós-modernista, marcados pelo entendimento de que o

conhecimento erudito é descontextualizado. Ao tratar-se do conhecimento acadêmico (erudito - sistematizado) e popular (espontâneo - empírico) não se pode construir uma relação polarizada, buscando distinguir qual o melhor ou o pior saber. Para a Pedagogia Histórico-Crítica, o saber sistematizado é um meio para a libertação dos explorados, “[...] porque se o povo tem acesso ao saber erudito, o saber erudito não é mais sinal distintivo das elites, quer dizer, ele torna-se popular” (SAVIANI, 2006, p. 79).

Pensar uma indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão é entender a “[...] passagem do saber ao compreender e ao sentir e, vice-versa, do sentir ao compreender e ao saber” (GRAMSCI, 1991, p. 138), numa interação como os diversos segmentos sociais lidam e devem lidar com os saberes produzidos (populares e eruditos). Em um movimento dinâmico com reverberações na produção do conhecimento teórico/sistematizado (erudito) e do conhecimento prático do senso comum (popular) há tensões sociais. Gramsci sublinha,

[...] o erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, assim, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente às leis da história, a uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, que é o “saber”; não se faz política-história sem essa paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação [...]. (GRAMSCI, 1991, p. 139).

Em consonância com a referida proposição, Saviani (2006) afirma que se deve promover a superação dos conhecimentos populares (espontâneos) em direção aos sistematizados (eruditos), possibilitando o acesso ao patrimônio cultural humano acumulado no decorrer da história. O ensino precisa constituir-se de tal forma que possibilite ao sujeito atingir o pensamento abstrato, e tendo o domínio dos conteúdos clássicos tenha condições de transpor o conhecimento sincrético do mundo e parta para um conhecimento que possibilite formulações abstratas acerca da realidade objetiva. Trata-se, portanto, de transitar “do senso comum à consciência filosófica” (SAVIANI, 1996), movimento que possibilita romper com a elitização da academia e fortalecer a própria concepção de ação extensionista, pois permanecer no senso comum é permanecer na incoerência e na incerteza, findando por não contribuir para uma educação que promova mudanças sociais.

Torna-se, neste caso, imprescindível, romper com essa elitização e possibilitar que o conhecimento universitário assuma algumas diretrizes pluriversitárias, por ser contextual e buscar integrar-se à realidade. Todavia, essa ruptura não deve ser espontânea, mas com

organicidade, mediada pelo pensamento filosófico e com solidez organizativa e centralização cultural, visando a impedir que tanto os indivíduos quanto as lutas fiquem fragilizadas, sem direção, levados pelos ventos das opiniões ou crenças. Isto implica, portanto, a partir das reflexões de Saviani (2006, p. 55), “[...] dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação”.

Corroborar-se, então, que pensar a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão é agir para a superação “de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes”; é construir caminhos que conduzam para uma relação emancipatória na sociedade; significa intensificar a troca de conhecimentos e experiências entre professores, estudantes, técnicos administrativos e sociedade, no desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem, a partir das relações teoria e prática. As experiências relatadas na sequência amadurecem as ideias e concepções teóricas presentes no trabalho, referendando a tese de que o fortalecimento da relação sociedade-universidade proporciona transformação, seja na transformação da universidade, ou da própria sociedade.

3 ESCOLA DA TERRA: UMA RELATO EXTENSIONISTA

Como relato de experiência tem-se as ações realizadas no Projeto de Extensão Escola da Terra e as atividades a ela ligadas, com ênfase nas desenvolvidas ao longo dos anos de 2017 a 2018, nas quais buscou-se promover uma relação mutuamente transformadora entre Universidade e sociedade, articulando ensino-pesquisa-extensão. Nessa perspectiva, a ação desenvolvida pela Escola da Terra propõe avanços no reconhecimento das disputas que se travam na sociedade brasileira e na própria universidade. Para superar tais dificuldades ampliou-se as relações com a comunidade e os movimentos sociais, como o MST – Movimento dos Sem Terra, nos diálogos e parcerias entre as diversas instituições/órgãos educacionais do Ceará – UECE, IFE/CE, Secretarias Municipais de Educação dos municípios envolvidos, e Secretaria de Educação do Estado do Ceará/SEDUC. Além de estreitar os laços com outras Universidades brasileiras e do exterior, movimentos que possibilitaram a realização das seguintes ações:

3.1 Intervenção – Criação de Projetos nas próprias comunidades/municípios

Ao compreender que a universidade, por meio da extensão, influencia e também é influenciada pela comunidade, pois possibilita uma troca de valores entre a universidade e o

meio, a ação Escola da Terra levou conhecimentos e/ou assistência à comunidade, destacando-se: (i) conhecimento da realidade do grupo social atendido e da comunidade na qual a ação foi implementada; (ii) fornecimento de subsídios para o aprimoramento curricular e criação de ações, de forma coletivas, interventoras na comunidade –criação de hortas, formação política e formação acadêmica

Com tal ação, há um fortalecimento da relação universidade-sociedade, beneficiando às duas partes, rompendo-se com as barreiras acadêmicas para a troca de conhecimento, vivências, como destaca Martins:

Ao ensino, é proposto o conceito de sala de aula que vai além do tradicional espaço físico, compreendendo todos os demais, dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi, inter e transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática. (MARTINS, 2008, p.203).

A intervenção social envolveu ações na comunidade, como o auxílio na elaboração e execução de projetos ambientais (criação de hortas e campanhas de conscientização ambiental), ações de valorização da cultura local (apresentação de artes, elaboração de trabalhos escritos e confecção de painéis).

3.2 Biblioteca itinerante e entrega de livros aos professores cursistas

A leitura abre horizontes. É por meio dela que o homem conhece, descobre, redescobre, cria, imagina, viaja... O livro é o elo que nos liga a outros povos, a outros tempos e a outros pensamentos. Desta forma, um povo que não lê, pouco conhece e sem conhecimento, não cria e tão pouco, modifica sua realidade. A Biblioteca Itinerante nasce desta necessidade: ultrapassar os muros da universidade levando à comunidade um contato direto com a literatura, com o conhecimento sistematizado e o que ela proporciona.

Objetivando incentivar o hábito da leitura, pesquisa e fortalecimento das concepções teóricas que permeiam a educação, a ação Escola da Terra promove através de oficinas, empréstimos e doação de livros um contato prazeroso com a literatura e com obras clássicas, destacando a importância do contato com o livro, revelando o poder da leitura e da escrita na construção do conhecimento humano e da sociedade. Nesta perspectiva a Pedagogia Histórico-Crítica destaca a relevância dessa apropriação do conhecimento:

[...] o que não é garantido pela natureza tem que ser produzido historicamente pelos homens, e aí se incluem os próprios homens. Podemos, pois, dizer que a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica de um lado, e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da

educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 2005, p. 13)

Além disso, a ação promove: Interação universidade-comunidade; Estimulo a leitura; Resgate da autoestima do professor/estudante, possibilitando a ele acesso a uma leitura de fundamentação teórica.

Com a fundamentação teórica, busca-se possibilitar o que Saviani define como o ato de refletir: “ato de retomar, reconsiderar os dados disponíveis, revisar, vasculhar numa busca constante de significado.... E isto é filosofar” (SAVIANI, 1996, p.16). Ou seja, refletir sobre os problemas que a realidade apresenta, de forma radical (investigando profundamente a “coisa” analisada), rigorosa (utilizando métodos passíveis de revisões concisas evitando a contaminação por “doxa” ou generalizações apressadas) e de conjunto (contextualizando para examinar o todo - toma-se as partes e delas para o todo e vice-versa).

Os livros que compõem a biblioteca itinerante, bem como as obras doadas, foram adquiridos na ação Escola da Terra 2014-2016, com os recursos remanejados, sendo adquiridos, aproximadamente, 1511 livros. Como resultado imediato destas ações verificou-se a constituição de uma fonte de pesquisa utilizada pelos professores atendidos pela Ação Escola da Terra na elaboração de seus respectivos trabalhos de conclusão de curso, bem como o uso das obras, por parte de alguns professores, para o enriquecimento de suas aulas e elaboração de projetos de pós-graduação. Salienta-se, ainda, que aproximadamente 30% dos professores cursistas retornam aos estudos inclusive no Parfor- Programa de Formação de Professores da UFC.

4 DISCUSSÕES E CONCLUSÃO

Ao buscar as contribuições da extensão universitária para a formação acadêmica de professores e estudantes, seus vínculos com o corpo de técnicos administrativos e com a sociedade, de forma geral, passou-se a buscar o entendimento sobre a real razão de existir da Universidade: possibilitar a transformação social, mediante a construção e compartilhamento dos conhecimentos humanos. A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão assiste a esse mesmo intuito, sendo a sua catalizadora e disseminadora na academia. Embora parta de uma determinação jurídica, por tal tríade estar inserida nos documentos oficiais das universidades, refletindo nos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação, ainda são poucas as atividades que conseguem alcançar o pleno entendimento da relevância desta

junção.

De qualquer forma, apesar dos conflitos de interesses a extensão universitária, é uma atividade que tende a consolidar-se; por isso é preciso ter cautela com o avanço das fragilidades teóricas, competição e busca por eficiência, em detrimento do humano ou das particularidades da sociedade. Ao ensinar, durante a formação da Escola da Terra buscou-se a passagem “do senso comum à consciência filosófica”, objetivando compreender a própria realidade social e as possibilidades de superação dos limites. O ensinar, portanto, mediou a pesquisa e a extensão a fim dos sujeitos apropriarem-se do conhecimento sistematizado, libertando-se da exclusividade do conhecimento popular (senso comum). Com a relação desenvolvida, uniu-se ensino, pesquisa e extensão estabelecendo a conexão da Universidade com as demandas sociais. O conhecimento científico passou a ser provocado para atender as necessidades sociais, além de ser instigada a formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social.

Nesse diálogo o desejo da classe trabalhadora em acessar, se apropriar e dominar o conhecimento erudito irá se materializar. A “passagem do saber ao compreender e ao sentir e, vice-versa, do sentir ao compreender e ao saber”, como formulou Gramsci (1991) pode e deve contribuir na construção de uma sociabilidade pautada na coletivização. Desta forma, a razão de ser da indissociabilidade do ensino-pesquisa -extensão ancora-se na importância de sua existência na relação estabelecida entre instituição e sociedade, trata-se então, da junção teoria-prática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Atualizada até a Emenda Constitucional n.38, de 12/06/2002. Brasília: Diário Oficial da União, de 05/10/1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n° 9.394, de 20/12/1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, de 23/12/1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO**. Brasília: MEC, 2012.

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. *In: Reunião Anual da Anped*, 27., Caxambu, 2004. *Anais...* Caxambu: ANPEd, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/inicio.htm>>. Acesso em: 10/09/2017.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

JENIZE, Edineide. **As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária**. 2004. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos/as-praticas-curriculares/as-praticas-curriculares.pdf>. Acesso em: 15/09/2017.

MARTINS, Elieciília. **Extensão como componente curricular**: oportunidade de formação integral e de solidariedade. Goiânia, julho de 2008. Base de dados do Scielo. Disponível em: <<http://cienciasecognicao.org>>. Acesso em: 15/09/2017.

MORA-OSEJO, Luis Eduardo; BORDA, Orlando Fals. A superação do eurocentrismo. Enriquecimento do saber sistémico e endógeno sobre nosso contexto tropical. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 711-720.

SANTOS, Marcos Pereira dos. Contributos da Extensão Universitária Brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: Um debate necessário. *Revista Conexão UEPG*, vol. 6, núm. 1, enero-diciembre, 2010, pp. 10-15. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514151724008>. Acessado em 15/09/2017.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. Coleção Educação Contemporânea. 11ª Edição. Editora Autores Associados. 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2005.

AVALIAÇÃO DO CURSO DE PANIFICAÇÃO OFERTADO PELO PROGRAMA DE EXTENSÃO GASTRONOMIA SOCIAL

FERREIRA, E.T.¹, BASTOS, M.S.², T.GARCEZ, C.N.A.³, MOTA, R.N.⁴, AMARAL, Q.G.⁵ & COSTA, E.A.⁶

¹Bolsista e graduando pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: etf1974@hotmail.com, ²Servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: reginabastos_ufc@yahoo.com.br; ³E-mail: terezacarla@hotmail.com; ⁴Professor da Universidade Federal do Ceará. E-mail: motarobson@gmail.com, ⁵E-mail: rafaelgurgel.amaral@gamil.com; ⁶Professor da Universidade Federal do Ceará e coordenador da ação extensionista de mesmo nome do artigo. E-mail: evelinedealencar@ufc.br

DOI: <https://doi.org/10.32356/exta.v2.n18.31247> - Artigo submetido em 12/02/2018

RESUMO

O presente artigo visa apresentar o Curso de Panificação básica e a avaliação realizada pelos participantes. O mesmo ocorreu durante o mês de julho de 2017 na Escola de Gastronomia Autossustentável, localizada no bairro do Bom Jardim, por meio do programa de extensão Gastronomia Social em parceria com o Movimento de Saúde Mental Comunitária e a Escola de Gastronomia Autossustentável. O programa de extensão trabalha com a qualificação de jovens e adultos, de preferência da comunidade do Bom Jardim, a fim de incentivar a inserção no mercado de

trabalho através da qualificação, além de despertar a discussão que envolve a gastronomia como arte, cultura e ciência. Dentro desse programa, o Curso de Panificação foi pensado para ensinar os conceitos básicos da teoria da panificação e a aplicação na cozinha, visando apresentar os ingredientes utilizados na panificação e suas funções e as diferentes técnicas na produção de pães. Portanto, o *feedback* recebido pelos alunos é de grande relevância para a melhoria da didática e até mesmo do planejamento dos cursos oferecidos, a fim de atender a demanda da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Gastronomia Social. Panificação. Qualificação.

EVALUATION OF THE BAKERY COURSE OFFERED BY THE SOCIAL GASTRONOMY EXTENSION PROGRAM

ABSTRACT

This article aims to present the bakery Course basic and evaluation by participants. The same occurred during the month of July 2017 at school of Sustainable Cuisine, located in the neighborhood of Bom Jardim, through the Social Food outreach program in partnership with the Community Mental Health movement and school of Sustainable Cuisine. The outreach program works with the qualification of young people and adults, preferably Good community garden, in order to encourage the integration into the labour market through training, in addition to arouse discussion involving the food as art, culture and

science. Within this program, the bakery Course was designed to teach the basic concepts of the theory of the bakery and the application in the kitchen, in order to present the ingredients used in baking and its functions and the different techniques in the production of bread. Therefore, the feedback received by the students is of great importance for the improvement of teaching and even the planning of the courses offered in order to meet the demand of the community.

KEYWORDS: Social Gastronomy. Bakery. Qualification.

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Extensão Gastronomia Social criado em 2010 surgiu para atender a necessidade da comunidade como um agente de transformação social. Tal ação busca por meio da realização de cursos e oficinas gratuitos unir outros fatores também importantes para a capacitação como a ciência, arte e cultura sobre aquilo que está sendo produzido pelos alunos,

o resgate da memória gastronômica, seus hábitos e tradições. Além disso, visa trabalhar a inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho e ou incentivá-los a terem seu próprio empreendimento. (COSTA, 2012; COSTA, 2013; CUNHA *et al.*, 2015; FROTA *et al.* 2015; LEVIEN *et al.* 2015)

Outra prerrogativa importante que fundamentou o surgimento desta ação extensionista foi o fato de proporcionar aos graduandos em Gastronomia da UFC a experiência com a docência, por meio da condução de aulas teóricas e práticas. Portanto, os personagens que conduzem o mesmo são: os professores (graduandos do Bacharelado em Gastronomia da UFC, ou seja, bolsistas remunerados, extensionistas voluntários e estagiários), os monitores (também graduandos em Gastronomia da UFC, porém recém ingressos na ação, os quais auxiliaram na condução das aulas teóricas e práticas) e os coordenadores da ação (Professores do Curso de Gastronomia da UFC, que planejam os cursos e supervisionam as atividades dos “alunos/professores”).

A Escola de Gastronomia Autossustentável (EGA) inaugurada em 2016 faz parte do Programa de Extensão da UFC e trata-se de um espaço de formação construído e implementado pelo Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim (MSMC). A EGA foi também pensada em ser um espaço para a sustentabilidade das ações psicoterapeutas do MSMC como uma forma de facilitar o equilíbrio e a saúde mental, a evolução social e comunitária das pessoas, bem como a profissionalização das pessoas que passam pelo Programa. (COSTA *et al.*, 2016).

O Gastronomia Social também possui outros parceiros, que geram demandas de atividades para a realização e cursos de gastronomia, tais como o Centro Cultural do Bom Jardim (CCBJ), a Secretaria de Educação - Coordenadoria do EJA com qualificação e a Escola de Vida Arte e Sabor - EVISA ambos do Governo do Estado do Ceará, a Unidade Universitária Núcleo de Desenvolvimento da Criança (UUNDC) da UFC, o IFCE Campus avançado de Camocim, o Projeto Realimenta e o Instituto da Primeira Infância - IPREDE; a Biblioteca Herbênia Gurgel da Prefeitura de Fortaleza e o projeto Colcha de Retalhos ligada à Rede Solidárias no Grande Bom Jardim (COSTA, 2019).

O referido Programa já ofertou mais de 35 cursos (com diferentes temáticas e carga horária) à população do Grande Bom Jardim e comunidade em geral, atingindo de forma indireta mais de duas mil pessoas (COSTA, 2019). A preferência de atendimento aos bairros

que compõe a área do grande Bom Jardim (Canidezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal, Siqueira e Bom Jardim) deve-se a situação de vulnerabilidade social que os mesmos enfrentam, com baixo IDH e altos índices de violência (HOLANDA, 2013). Portanto, esse atendimento visa estimular e incentivar a entrada de jovens e adultos no mercado de trabalho, ao universo empreendedor e também despertar a discussão que envolve a gastronomia como arte, cultura e ciência.

A panificação é uma ciência que visa desenvolver a arte e as técnicas aplicadas no desenvolvimento de pães e de outras massas alimentícias e outras preparações ligadas a panificação. O pão é um alimento simples produzido a base de farinha, água, sal e fermento. Porém para obter resultados satisfatórios é necessário conhecer cada ingrediente, sua função na produção e seu comportamento diante das técnicas aplicadas (SEBESS, 2010).

Relata-se que o pão é um alimento histórico com produção e consumo (sem fermentação) relatados por volta do século 11 a.C. na Europa e no Egito antigo, há relatos do uso da massa fermentada. É um alimento bastante consumido e com grande simbolismo cultural por estar presente em várias religiões e na base alimentar de muitos povos (KÖVESI, 2011).

O Curso de Panificação é ofertada pelo Programa Gastronomia Social devido ao interesse da comunidade pelo conteúdo do mesmo, tendo sido ofertado em outras edições e com outros parceiros, porém com cargas horárias diferentes (FERREIRA *et al.*, 2017).

O presente artigo visa apresentar o Curso de Panificação Básica ofertado pelo Programa de Extensão Gastronomia Social no Jardim da Gente, da Universidade Federal do Ceará e a avaliação realizada pelos participantes. O mesmo ocorreu na Escola de Gastronomia Autossustentável, localizada no bairro do Bom Jardim, Fortaleza-CE, e pertence ao Movimento de Saúde Mental Comunitária.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O Curso de Panificação Básica avaliado neste estudo compreende a primeira turma dessa temática formada na Escola de Gastronomia Autossustentável (EGA), em julho de 2017, com carga horária de 40h/a e foi totalmente gratuito. O objetivo geral do curso foi apresentar e ensinar a panificação e suas diversas técnicas, ingredientes e funções em um viés básico a fim de cumprir com a função de capacitação pelo Gastronomia Social na comunidade.

Dentro desse contexto que envolve o Gastronomia Social o Curso de Panificação básica

foi planejado em dois módulos:

I – Higiene e manipulação dos alimentos, ergonomia e racionalização do trabalho; elaboração de ficha técnica, controle de custos e economia criativa; história da panificação, função dos ingredientes na composição de um produto, classificação e seleção dos ingredientes da panificação, técnicas de batimento e fermentação.

II – Panificação básica: aplicação prática dos assuntos abordados nas aulas anteriores como: pesagem, sovagem, boleamento, modelagem, corte e assamento; execução das fichas técnicas e compreensão sobre os diferentes tipos de pães: massas magras, macias, ricas, doces e úmidas; discussão sobre a cultura e consumo do pão no Ceará e a influência desse alimento.

A presente pesquisa de campo, de abordagem dedutiva, descritiva e classificada quanto à natureza como um trabalho científico original conforme Andrade (2010).

A pesquisa foi realizada no período de julho de 2017 com os 23 alunos participantes do Curso de Panificação ofertado pelo Programa de Extensão Gastronomia Social no Jardim da Gente da UFC. A hipótese motivadora do estudo foi baseada em responder a pergunta de investigação: o Curso de Panificação atende a demanda dos participantes? Ou seja, acreditando ser uma ferramenta de mudança social e inserção no mercado de trabalho?

A ferramenta utilizada para a avaliação foi o questionário estruturado em oito perguntas aplicado junto aos participantes ao final do Curso (precisamente no último dia de atividade). As perguntas foram objetivas e tinham opções de respostas para múltiplas escolhas, porém apenas uma teria que ser marcada.

A avaliação foi centrada nas seguintes interrogações acerca dos aspectos didáticos, *feedback* sobre a expectativa do curso e divisão das atividades teóricas e práticas, avaliação da estrutura do ambiente de realização e outros aspectos:

- O professor demonstrou domínio suficiente dos conteúdos abordados?
- Houve uma sequência de assunto para facilitar o aprendizado?
- As técnicas de ensino foram adequadas?
- O curso corresponde as suas expectativas?
- A carga horária foi adequada?
- A divisão de aulas teóricas e práticas foi adequada?
- A quantidade de participantes foi adequada?

- A infraestrutura foi adequada?

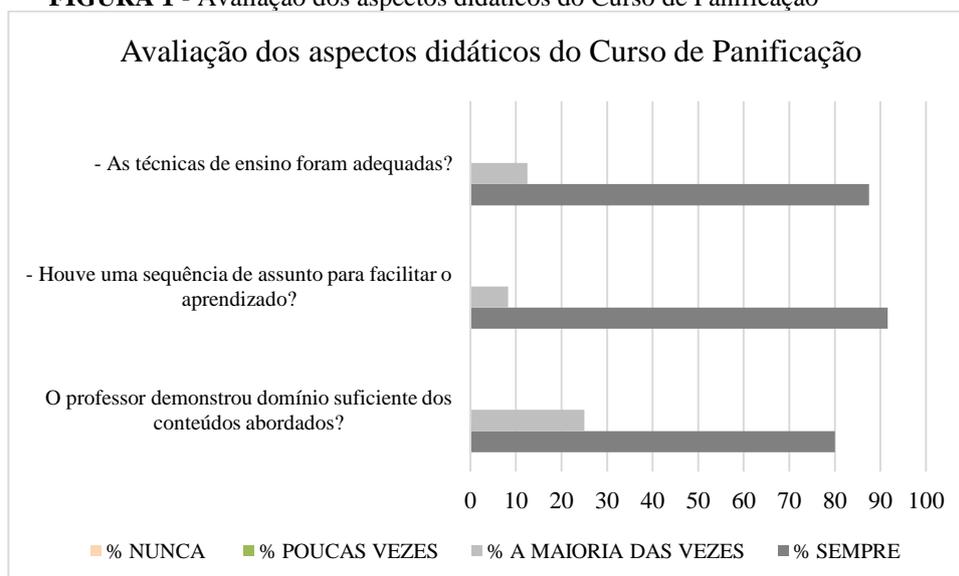
Os dados foram analisados utilizando Programa Excel 2013[®] e expressos em percentual a partir da frequência obtida.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentados os resultados da avaliação do Curso de Panificação do Programa Gastronomia Social da UFC. É possível verificar que todas as perguntas obtiveram respostas positivas, porém tornou-se necessário avaliar individualmente cada uma.

Quanto aos aspectos didáticos observa-se que os professores demonstraram domínio dos conteúdos ministrados, que as técnicas de ensino foram adequadas e as sequências de assuntos facilitaram o aprendizado (Figura 1).

FIGURA 1 - Avaliação dos aspectos didáticos do Curso de Panificação



Fonte: Dados da pesquisa.

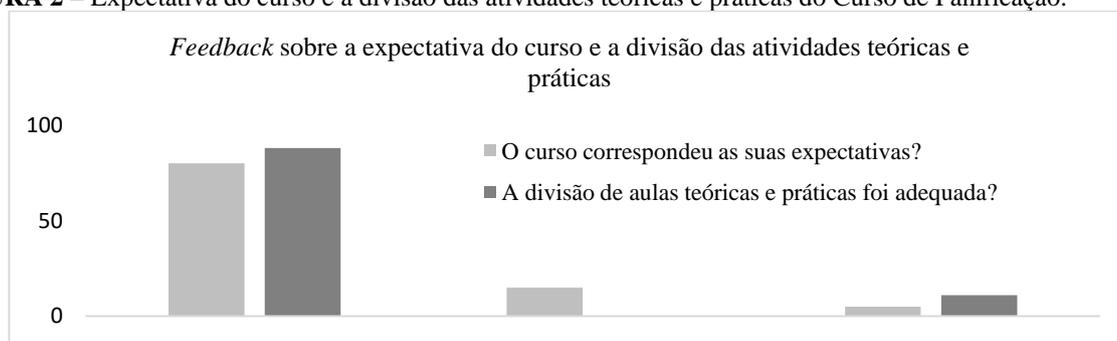
Os resultados obtidos foram reflexo do planejamento das aulas e das reuniões com a coordenação do Programa de Extensão Gastronomia Social, pois nestas eram repassadas orientações para o melhor desenvolvimento didático das aulas teóricas e práticas. Os professores seguiam o plano de curso e as instruções didáticas apresentadas aos respectivos conteúdos programáticos, porém estavam livres para sugerir atividades, dinâmicas de grupo ou até mesmo a condução ou não do trabalho entre equipes.

A direção de uma sala de aula reflete muito no processo de aprendizagem dos indivíduos

e a atividade do professor é uma das modalidades específicas que interfere na sociedade (LIBÂNEO, 2017). Segundo Gomes, Moreira e Pinheiro (2018) a metodologia comumente utilizada na sala de aula ainda é baseada em tradicionalismo, onde o professor é um mero transmissor de conhecimentos, entretanto, novos métodos, os quais inovadores (metodologias ativas, ou uso de recursos eletrônicos, informáticos e outros), estão sendo utilizados a fim de obter um ensino de qualidade. Lorenzato (2008) alega que ministrar aulas é diferente de ensinar, pois este proporciona condições para que o aluno construa seu próprio conhecimento; e ainda ressalta sobre a compreensão se houve de fato um ensino quando ocorre aprendizagem. O autor alega que existe a possibilidade de se dar aula sem conhecer, mas não há possibilidade de se ensinar sem conhecer, sem desenvolver uma didática para um determinado conteúdo a fim de conferir aprendizagem significativa.

Quanto ao *feedback* recebido sobre a expectativa do Curso de Panificação (Figura 2) 80% responderem que sim e 88% afirmaram que as aulas teóricas e práticas tiveram divisões adequadas. Este resultado é relevante para os organizadores, pois relevam se o objetivo proposto pelo Curso oferecido foi atingido. No caso do conteúdo de panificação o plano de curso objetivava capacitar os participantes para desenvolverem técnicas básicas na elaboração de massas simples e para a inserção no mercado de trabalho, por meio de aulas teóricas e práticas.

FIGURA 2 – Expectativa do curso e a divisão das atividades teóricas e práticas do Curso de Panificação.



Fonte: Dados da pesquisa.

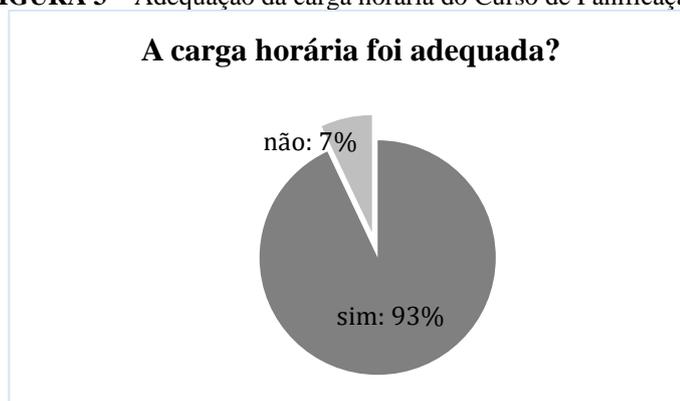
O resultado obtido revelou que as aulas teóricas e práticas atenderam as expectativa. É possível observar que a divisão da carga horária entre os dois tipos de aulas permitiram aos alunos se desenvolverem com os demais e com o conteúdo apreendido, pois se apropriaram do conhecimento que receberam. De acordo com Le Boterf (2003) a aprendizagem coletiva

promove um intercâmbio de conhecimentos e experiências individuais voltado à aprendizagem coletiva e promove ainda interações afetivas que permitem aos membros se sentirem à vontade e terem prazer no trabalho em conjunto.

Para Vieira *et al.*(2013) as atividades práticas são eficientes, facilitadoras do processo ensino aprendizagem, porém devem ter seu planejamento antecipado serem relacionadas com os conteúdos teóricos ministrados. Os alunos demonstraram grande interesse pelas aulas práticas, pois promovem maior participação, integração e rendimento da aprendizagem.

No que se refere a carga horária do Curso avaliado (Figura 3) observa-se que 93% dos participantes classificou como adequada, ou seja, o planejamento do número de dias a fim de atingir o total de 40h/a foi plenamente alcançado. Portanto, sugere-se a manutenção da mesma para futuras turmas.

FIGURA 3 – Adequação da carga horária do Curso de Panificação



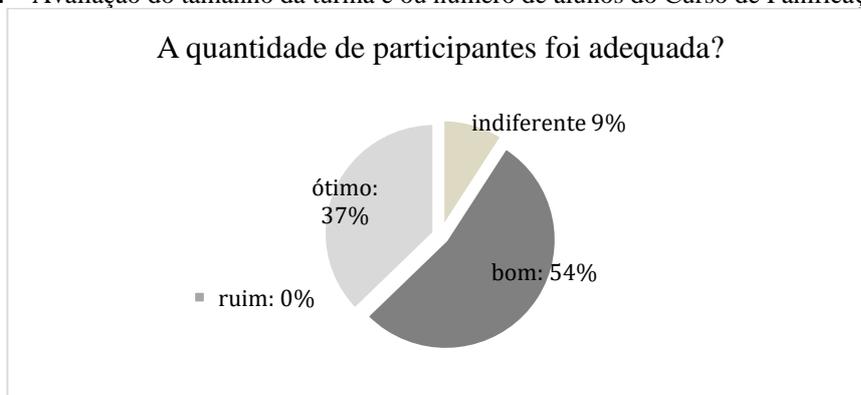
Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC) podemos classificar o referido Curso de Panificação, objeto desse estudo, como “curso de livre oferta”, pois não há carga horária pré-estabelecida, além disso enquadra-se na seguinte caracterização: modalidade aberta à comunidade, com suas matrículas condicionadas à capacidade de aproveitamento da formação, e não necessariamente ao nível de escolaridade; podem apresentar características diversificadas em termos de preparação para o exercício profissional, por exemplo para algumas ocupações básicas ou relacionadas ao exercício pessoal de atividades geradoras de trabalho e renda (BRASIL, 2018).

Ao interrogar se o número de participantes (Figura 4), ou seja, se o tamanho da turma foi adequado, verificou-se que a maioria (54%) declararam como boa. Entende-se que o número

de alunos influencia no processo de didática e da aprendizagem, pois a atenção junto aos mesmos, principalmente durante as tarefas práticas pode ser comprometidas. Portanto, turmas pequenas facilitam o trabalho prático, a comunicação, o acompanhamento dos alunos e a supervisão das tarefas. Além disso, promovem o desenvolvimento de competências coletivas, as quais procedem das relações de cooperação e sinergia entre os integrantes das equipes. As competências coletivas abrangem: a consciência que os membros têm sobre as atividades a serem desenvolvidas na direção de um objetivo comum, ocorrendo ainda interações afetivas, aprendizagem coletiva, sentido coletivo, base de conhecimento comum, senso de interdependência de tarefas e referencial comum, linguagem compartilhada e engajamento.

FIGURA 4 – Avaliação do tamanho da turma e ou número de alunos do Curso de Panificação estudado



Fonte: Dados da pesquisa.

Giansante e colaboradores (2015) avaliaram a influência das Competências Coletivas (CCs) sobre o desempenho coletivo em equipes de gastronomia (compostas por um total de 131 estudantes de um curso superior de Tecnologia em Gastronomia, de uma Universidade particular do Estado de São Paulo) e verificaram que todas as equipes estudadas desenvolveram tais competências durante a execução das tarefas. Os autores observaram que os integrantes eram contribuintes na execução da tarefa para atingirem a meta dada durante as aulas práticas.

Quanto a avaliação da estrutura do espaço onde as aulas foram realizadas (EGA), 90% alegaram ser adequada. A EGA foi planejada para atender atividades práticas do Programa Gastronomia Social. A mesma é composta por quatro praças de trabalho, dotadas com fogões, pias e bancadas. O espaço conta com utensílios e equipamentos como refrigeradores, freezer, forno elétrico industrial, batedeiras, liquidificadores e outros. A mesma possui sistema de exaustão a fim de proporcionar conforto térmico durante as atividades práticas. (COSTA *et al.*,

2016). As aulas teóricas são ministradas em sala de aula no andar superior da EGA, dotadas com recursos audiovisuais.

Diante do exposto verifica-se que as instalações da EGA proporcionam a execução do Curso de Panificação planejado e para o número de alunos participantes, sem comprometer o processo ensino-aprendizagem. A estrutura encontra-se dentro dos padrões da RDC nº 216/2004 (BRASIL, 2004) que regulamenta as boas práticas para unidades produtoras de alimentos. A EGA foi planejada fisicamente para atender cursos do Programa Gastronomia Social no Jardim da Gente e os equipamentos e utensílios também foram adquiridos para esta finalidade, conforme Costa (2019).

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que o Curso de Panificação ofertado pelo Programa Gastronomia Social no Jardim da Gente da UFC é de grande relevância para a comunidade, tendo professores com domínio do conteúdo e espaço adequado para a realização das aulas práticas. O curso também atende as expectativas dos alunos e, portanto, sugere-se a oferta de outras turmas à comunidade. Além disso, a presente ação extensionista foi relevante para aproximar da docência os graduandos em Gastronomia e permitir a troca de saberes com os participantes, proporcionando assim a inclusão e a profissionalização dentro da comunidade.

Portanto, o número de participantes, a carga horária desenvolvida, a divisão didática do conteúdo entre aulas teóricas e práticas do Curso de Panificação foram bem avaliados pelos alunos, bem como a metodologia didática desenvolvida pelo professor e a infraestrutura, pois atenderam às expectativas. Pode-se concluir, ainda, que o referido Curso promoveu o aprendizado e o desenvolvimento de competências coletivas.

O *feedback* recebido pelos alunos é de grande relevância para a melhoria da didática e até mesmo para o planejamento dos demais cursos oferecidos pelo Programa de Extensão Gastronomia Social no Jardim da Gente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. **Introdução a metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cursos-da-epf/formacao-inicial-e-continuada-ou-qualificacao-profissional>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 216 de 15 de setembro de 2004**. Dispõe sobre as boas práticas para serviço de alimentação. Brasília, DF, 16 set. 2004. Disponível em: <<http://elegis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=12546>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

COSTA, E. A. de. **Escola de Gastronomia AME**. Formulário de Cadastramento de Programa de Extensão. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2019.

_____. **Programa gastronomia social no jardim da gente**. Formulário de Cadastramento de Programa de Extensão. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2019.

COSTA, E. A. **Programa de Gastronomia oferece cursos gratuitos de culinária cearense e doces**. Fortaleza, 2013. Disponível em: < <http://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2013/4139-Programa-de-extensao-de-gastronomia-oferece-cursos-gratuitos-de-culinaria-cearense-e-doces>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

COSTA, E. A.; FREIRE, V. N.; BASTOS, R. M. S. ; MARTINS, N. ; BONVINI, O. ; CAETANO, D. R. A. ; AMARAL, R. G. ; DUMMAR, R. . Escola de Gastronomia da Comunidade do Grande Bom jardim como ação do Programa Gastronomia Social. **Rev. Enc. Univ. da UFC**, v. 01, p. 3792-3792, 2016.

CUNHA, Elba Cristina Barbosa da; COSTA, Eveline de Alencar; COSTA, Daniel; MOTA, Robson Nascimento; OLIVEIRA, Patrícia de Freitas; BASTOS, Regina Maria Silva. Gastronomia Saudável em Camocim – CE como Ação da Semana Mundial da Alimentação. *In: XXIV Encontro de Extensão. Encontros Universitários 2015*. Fortaleza, **Anais...** Fortaleza: UFC, 2015. Gastronomia social no jardim da Gente. Disponível em: <<https://www.facebook.com/GastronomiaSocialNoJardimDaGente?fref=ts>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

CUNHA, Elba Cristina Barbosa da; COSTA, Eveline De Alencar; COSTA, Daniel; MOTA, Robson Nascimento; OLIVEIRA, Patrícia de Freitas; BASTOS, Regina Maria Silva. Gastronomia Saudável em Camocim – CE como Ação da Semana Mundial da Alimentação. *In: XXIV Encontro de Extensão. Encontros Universitários 2015*. Fortaleza, **Anais...** Fortaleza: UFC, 2015. Gastronomia social no jardim da Gente. Disponível em: <<https://www.facebook.com/GastronomiaSocialNoJardimDaGente?fref=ts>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

FERREIRA, E. T.; COSTA, E. A. de.; SUGIZAKI, B. C.; FREIRE, V. N., BARBOSA, I. das N.; AMARAL, R. Q. G. do. **Gastronomia Social: Curso de Panificação**. *In: XXVI Encontro de Extensão. Encontros Universitários 2017*. Fortaleza, **Anais...** Fortaleza: UFC, 2017.

FROTA, Leandro Flavio Restrepo; COSTA, Eveline de Alencar; BASTOS, Regina Maria

Silva; MOTA, Robson Nascimento; GARCEZ, Tereza Carlas da Nóbrega Araújo; VELHO, Liana Flor de Lima. Programa Gastronomia Social no Jardim da Gente: relato de experiência no Curso de Gastronomia de Rua. *In: VII Encontro de Experiências Estudantis. Encontros Universitários 2015. Fortaleza, Anais...* Fortaleza: UFC, 2015.

GOMES, Ana Carolina; MOREIRA, Marlon; PINHEIRO, Richarlisson. A gastronomia como prática pedagógica inovadora no processo ensino aprendizagem de matemática. *In: IX Jornada de Iniciação Científica e Extensão. 2018. Palmas, Anais...* Palmas: Instituto Federal do Tocantins, 2018.

GIANSANTE, Cláudia Cintra Bortoletto; VENELLI-COSTA; Luciano; VIEIRA, Almir Martins; DUTRA, Joel Souza. Competências coletivas e desempenho coletivo: um estudo com equipes de gastronomia. **Revista Alcance** – Eletrônica – vol. 22 – n. 4 – out./dez. 2015.

HOLANDA, C.; GOMES, I. **Violência**: Ceará teve mais de 3.5 mil homicídios dolosos em 2012. Fortaleza: Jornal o Povo, 2013. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2013/01/11/noticiafortaleza,2986750/violencia-ceara-teve-mais-3-5-mil-homicidios-dolosos-em-2012.shtml>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

KÖVESI, B.; SIFFET, C.; CREMA, C.; MARTINOLI, G. **400g**: Técnicas de Cozinha. São Paulo: Companhia nacional, 2010. 568 p.

LEVIEN, Hulle Emanuela Gomes de Souza Aguilar; COSTA, Eveline de Alencar; CUNHA, Elba Cristina Barbosa da; MOTA, Robson Nascimento; BASTOS, Regina Maria Silva. Curso Gastronomia de Rua: ação promovida pelo Programa gastronomia social no jardim da gente. *In: XXIV Encontro de Extensão. Encontros Universitários 2015. Fortaleza, Anais...* Fortaleza: UFC, 2015.

LE BOTERF, G. **Desenvolvendo a competência dos profissionais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2017.

LORENZATO, S. **Educação Infantil e percepção matemática**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SEBESS, Paulo. **Técnicas de padaria profissional**. São Paulo: SENAC, 2010. 319 p.

VIEIRA, Bárbara de Cássia Ribeiro; LORENZONI, Luciana de Souza; GOBBO, Sâmia D'Angelo Alcuri; BRECHIANI, Megg Cattem Moreno; Souza, Mayk Henrique. A importância da experimentação em ciências para a construção do conhecimento no ensino fundamental. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.9, n.16; p 2277- 2285.

FEIRAS MÓVEIS: SISTEMAS DE CUSTEIO E A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO

OLIVEIRA, N. M.¹; CAVALCANTE, L. C.² & CASTRO E SILVA, L. M. R.³

¹Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista da ação extensionista. E-mail: nicolemuniz3@gmail.com; ²Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela Universidade de Fortaleza. Coordenadora da ação extensionista. E-mail: laracapelo@hotmail.com; ³Especialista em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo. E-mail: ramalholiliane@yahoo.com.br

DOI: <https://doi.org/10.32356/exta.v2.n18.33548> - Artigo submetido em 02/09/2018

RESUMO

Os sistemas de custeio e a valorização do trabalho nas feiras móveis representam práticas que os feirantes encontraram para, amparados pela Constituição Federal de 1988, criarem métodos próprios de controle de suas atividades econômicas. Nessa perspectiva, pode-se classificar o presente estudo extensionista como interdisciplinar, pois unifica saberes jurídicos, contábeis e antropológicos sobre os sistemas de custos utilizados pelos comerciantes e sobre como as normas constantes na Lei Maior atuam para efetivá-los nas feiras livres localizadas no bairro Cidade

2000 em Fortaleza. Objetiva-se compreender a visão nativa dos feirantes sobre os métodos de custeio e sua concretização através dos dispositivos constitucionais que demonstram a valorização social do trabalho. Para isso, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a investigação etnográfica, que tem como base a percepção pura do discurso dos nativos. A pesquisa propiciou a análise dos sistemas de controle patrimonial dos feirantes, além de oferecer informações contábeis que podem auxiliar no crescimento do negócio, como o planejamento e o controle das operações.

PALAVRAS-CHAVE: Sistemas de Custeio. Princípios Constitucionais. Feiras Móveis.

MOBILE FAIRS: COSTS SYSTEMS AND VALORIZATION OF WORK

ABSTRACT

The costs systems and valorization of work in mobile fairs represent practices that the marketers have found, protected by Federal Constitution, to create their own methods of controlling their economic activities. In this perspective, the current extensionist study can be classified as interdisciplinary because it unifies legal, accounting and anthropological knowledge about the costs systems used by merchants and how the principles mentioned above affect them in neighborhoods at free fairs of Cidade 2000, in Fortaleza. The objective is to understand the native

view of fairgrounds on the costing methods and their implementation through the constitutional provisions Which demonstrate the social valorization of work. For this, was used bibliographical and ethnographic research, which is based on the pure perception of the speech of the natives. The research led to analysis of the patrimonial control systems of fairgrounds, besides offering accounting informations that can assist in the increase of business, such as planning and controlling operations.

KEYWORDS: Costs Systems. Constitutional Principles. Mobile Fairs

1 INTRODUÇÃO

As feiras livres constituem-se em uma prática comercial bastante antiga e, no Brasil, tiveram origem ibérica, trazidas de Portugal no período da colonização (Almeida, 2009). Atualmente, revelam-se como práticas cotidianas de trabalho que, muitas vezes, vivenciam a marginalização pelo poder público, na medida em que são qualificadas como antiquadas e

obsoletas por não estarem em compasso com a mundialização da economia, que criou novas formas de comercialização (Mascarenhas e Dolzani, 2008).

Entretanto, apesar do cenário acima descrito, é importante ressaltar que as feiras livres possuem grande representatividade no universo urbano contemporâneo da cidade de Fortaleza, devendo ser reconhecidas e valorizadas, já que são um marco na identidade cultural da região onde estão inseridas, fazendo parte do ambiente e sendo um agente fundamental na identificação da população local com o lugar onde vivem. Além disso, as feiras constituem papel importantíssimo no mercado econômico fortalezense, já que são um dos braços que compõem o setor informal da economia regional.

Em um país tão multicultural como o Brasil, com uma grande pluralidade de povos e costumes, é fácil perceber que toda essa miscigenação exerce grande influência no mercado de trabalho nacional, que é formado por uma imensa variedade de produtos e serviços. Ressalta-se então que as feiras constituem papel importantíssimo no mercado econômico brasileiro, já que promovem o desenvolvimento econômico e social de pequenas e grandes cidades.

Sobre o tema, Oliveira (2005), afirma que o trabalho informal, ampliado drasticamente entre meados dos anos 1980 e toda a década de 1990, foi a alternativa de sobrevivência diante da incapacidade do sistema capitalista de absorver a mão de obra ativa existente e da falta de políticas públicas capazes de inserir os trabalhadores no mercado formal. No Brasil, que historicamente construiu um regime de trabalho parco em direitos, as dificuldades foram ainda maiores. Não houve avanços significativos na regulamentação do trabalho, já que o desenvolvimento econômico do país não foi acompanhado do desenvolvimento social, o que pôde ser sentido diretamente pela elevação da precariedade do trabalho, levando muitos trabalhadores à informalidade (LIMA, CAVALCANTE e COSTA, 2011).

O Ordenamento Jurídico Brasileiro, em sua Carta Magna de 1988, ampara os feirantes no exercício de suas atividades econômicas, já que apresenta de forma expressa, principalmente no artigo 170, os princípios da valorização social do trabalho e da livre iniciativa, que demonstram a valorização concedida aos feirantes. Tais prerrogativas são fundamentais à condição de todos os seres humanos. A Feira livre desse estudo ocorre na Praça Central da Cidade 2000, que fica situado entre bairros nobres e bairros da periferia, então, ela tem essa mistura de público que a frequenta, fornecendo um caráter inclusivo de pessoas de diferentes camadas sociais e poderes aquisitivos diferenciados.

A presente pesquisa se justifica pela importância da aplicação de um sistema de custeio

na atividade comercial dos feirantes, já que nesse tipo de atividade, não obstante o elevado índice de informalidade, faz-se necessário que haja o controle de como os custos são registrados e transferidos. Para tanto é importante compreender como os feirantes desenvolvem seus próprios métodos de custeio na transmissão do conhecimento nativo oriundo de suas práticas de trabalho no bairro Cidade 2000 em Fortaleza.

Os estabelecimentos empresariais, em sua quase totalidade, necessitam utilizar métodos de custeio para controlar, de forma mais efetiva, seu patrimônio. Essa necessidade não é diferente nas feiras. Contudo, tal assunto requer conhecimentos técnicos e especializados das Ciências Contábeis para ser posto em prática. Mediante dessa problemática, surge o tema da pesquisa: Qual a importância de se analisar a formação do lucro dos feirantes com base nos sistemas de custeio aplicados por eles?

O objetivo geral deste trabalho é investigar quais são os métodos de custeio nativos desenvolvidos pelos feirantes no sentido de compreender em que medida estes comerciantes, que atuam na feira do bairro Cidade 2000 em Fortaleza, estão tendo um resultado positivo na percepção dos lucros oriundos de sua atividade. Assim, a pesquisa procura compreender como os feirantes, no desenvolvimento de sua atividade econômica e laboral cotidiana, formam seus próprios conceitos e métodos de custeio, manifestados nas ideias de valor, desconto, lucro e gerenciamento de seu negócio.

Os objetivos específicos do estudo são: a) discorrer sobre a valorização do trabalho, dando destaque para os princípios constitucionais do valor social do trabalho e da livre iniciativa; b) compreender o método de custeio nativo dos feirantes; c) instruir os feirantes quanto à importância do cálculo dos custos de acordo com cada atividade exercida por eles; d) investigar quais são os custos que os feirantes consomem dentro de suas respectivas atividades.

Com relação aos procedimentos técnicos, inicialmente foram realizadas pesquisas bibliográficas, sendo feita, criticamente, uma análise de publicações e doutrinas para ajudar em uma melhor compreensão e fundamentação do tema proposto. A metodologia utilizada como forma de compreender os sistemas de custeio empregados pelos nativos da feira da Cidade 2000 é a Etnografia, que não tem como base a aplicação de questionários previamente elaborados, mas sim a percepção pura do discurso dos nativos. O presente estudo é resultado do projeto de extensão “*FEIRANTE EMPREENDEDOR: Tecnologia da Informação, Desenvolvimento Humano e Crescimento Econômico no Comércio de Rua.*”

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil, em sua contemporaneidade, traz o trabalho como elemento fundamental para que os homens e as mulheres tenham condições de garantir a si mesmos e aos seus dependentes condições dignas de sobrevivência. De acordo com Marx (1985a, p. 50), em *O Capital*, “[...] é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”.

A Constituição Federal de 1988 garante, de forma expressa em seu texto, prerrogativas que são primordiais e inerentes à condição de ser humano. O Trabalho representa um desses direitos, que são tidos como fundamentais. Tal Constituição demonstra a importância dada ao trabalho realizado pelo ser humano, principalmente em seu artigo 170, em que destaca os princípios da valorização social do trabalho e da livre iniciativa.

Contudo, para a persistência de qualquer empreendimento, mesmo nos pequenos negócios, é imprescindível que exista o controle do patrimônio, bem como a gerência de suas movimentações. Isto é, faz-se necessário, para a obtenção de vantagem competitiva, o gerenciamento dos custos e, posteriormente, as informações resultantes de tal comando devem ser utilizadas no desenvolvimento de atividades estratégicas.

Então, faz-se importante que o comerciante analise as características peculiares de seus negócios, conjuntamente com os distintos Sistemas de Custeio existentes, para buscar o método de controle que mais se adeque às suas atividades. Dessa forma, deve-se considerar aquele que ofereça mais vantagens competitivas e maior continuidade na economia do país.

2.1 Disposições acerca do Princípio da Valorização Social do Trabalho Humano

O trabalho humano tem valor porque por meio dele os homens depositam e materializam suas qualidades cognitivas, estéticas e espirituais nos objetos culturais. O trabalho produz o mundo humano, produz cultura (CASALI, 2011). Dessa forma, os princípios da valorização social do trabalho e da livre iniciativa são apresentados pela Constituição Federal de 1988 como uma das prerrogativas basilares do ordenamento jurídico brasileiro. Isso confirma a imprescindibilidade das atividades laborais para a afirmação do ser humano como indivíduo dotado de direitos e deveres, tanto em seu plano individual, como no social.

De acordo com Marques (2007), a valorização do trabalho humano não apenas se importa em criar medidas de proteção ao trabalhador, como ocorreu no caso do Estado de Bem-Estar Social, mas sim em admitir o trabalho e o trabalhador como principais agentes de transformação

da economia e meio de inserção social.

A função exercida pelos Princípios Constitucionais, nas palavras de Lucon (1999) é a de “ordenar e organizar o sistema jurídico, de modo que toda a carga valorativa que lhes é inerente se espalhe no conteúdo das demais normas”. Os princípios constitucionais se formam a partir dos valores da Sociedade política e jurídica instituída e por isso podem ser classificados como os vetores que servem de norte à conformação de toda a Ciência Jurídica.

Desse modo, o Princípio Constitucional da Valorização do Trabalho emerge como uma forma de proteção humanística ao trabalhador, no intuito de preservar sua dignidade contra a exploração da atividade econômica, pois, conforme observa Deon: “[...] a globalização da economia, por meio de seus instrumentos, como a revolução tecnológica, inferiorizou o homem à condição de mero instrumento de trabalho, substituindo-o pela máquina e priorizando o capital sobre o valor da dignidade humana”.

O legislador constitucional conferiu extrema importância à atividade laboral, é tanto que tal prática é tida pela Constituição como Direito Social de todo cidadão. O artigo 6º da Norma Superior traz em seu texto, de forma expressa, essa qualificação. Posteriormente, em seu artigo 7º ocorre a concretização de tal direito através de diversos incisos.

Também, a Carta Magna, no Título I do Capítulo VII, ao dispor dos Princípios Gerais da Atividade Econômica em seu artigo 170, defende que a Ordem Econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa. Conforme Eros Grau (2003), a interação entre esses princípios e os demais define que a finalidade da ordem econômica é assegurar a todos existência digna, o que implica conferir ao trabalho e aos seus agentes proteção politicamente racional.

As feiras surgem como símbolos comerciais, podendo ser móveis ou fixas, tendo essência, uma das categorias de cidade de Max Weber (1979, p.69) que é um “[...] elemento essencial da atividade lucrativa e do abastecimento de seus habitantes”.

2.2. Evolução Histórica dos Sistemas de Custeio

As mudanças no contexto empresarial, advindas do processo de globalização, têm impulsionado o aumento da concorrência entre as empresas. Isso reflete o esforço que as empresas e seus gestores têm feito para buscar alternativas viáveis para se manterem competitivos no mercado, fato que impulsionou consideravelmente as mudanças na contabilidade.

Segundo Kaplan e Cooper (1998), a necessidade de registrar as informações sobre as transações comerciais tem existido desde que as pessoas utilizam os sistemas de trocas. Até o advento da Revolução Industrial, no século XVIII, conforme Martins (2003), praticamente só havia uma forma de se mensurar e controlar o patrimônio, que era a Contabilidade Financeira, que, por ter sido desenvolvida na era Mercantilista, estava bem estruturada para servir às necessidades das empresas comerciais da época.

Sabe-se que, desde as primeiras formas de sistemas administrativos usados para a gestão de fábricas têxteis integradas do início dos anos 1880 até as mais complexas organizações multidivisionais dos anos 1920, já era sentida a necessidade de procedimentos de controle e mensurações contábeis que atendessem à demanda por informações sobre a eficiência com que eram conduzidas as atividades operacionais das empresas.

A partir do surgimento das indústrias, tornou-se mais complexa a função do contador, que, para levantamento do balanço e apuração do resultado, não dispunha facilmente de dados para poder atribuir valores aos estoques. Com a necessidade de avaliar e gerenciar esses estoques, nada mais razoável do que o contador tentar adaptar às empresas industriais outras estratégias contábeis.

O surgimento dessas estratégias estava relacionado, em sua grande maioria, com o propósito dos empreendedores de controlar o índice em que os recursos, como matérias primas, mão de obra e despesas gerais, eram transformados em produtos. Dessa forma, a contabilidade de custos surge como derivadas da contabilidade geral e a partir desse novo método de controle do patrimônio nascem os Sistemas de Custeio, que consistem, basicamente, em formas de apropriação de custos.

2.3. Importância dos Sistemas de Custeio

Os dados que abastecem os Sistemas de Custeio estão se tornando, a cada dia, mais relevantes para a lucratividade de um negócio, o que resulta na obtenção de informações mais refinadas e aprimoradas. Há uma maior preocupação, por exemplo, com a gestão estratégica e operacional do negócio e uma elevada atenção às exigências do mercado.

Sobre o tema, Martins (2003, p. 21) aponta duas funções relevantes à Contabilidade de Custos: auxílio ao controle e às tomadas de decisões. Com relação ao controle, a sua mais importante missão é fornecer dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsão e, posteriormente, subsidiar o acompanhamento das ações. Em se tratando

de decisões, consiste na alimentação de informações sobre valores relevantes a serem gerenciados.

Nesse contexto, Leone (2000, p. 21) descreve que a Contabilidade de Custos produz informações gerenciais para planejar, controlar e decidir com maior eficiência e eficácia. O autor define que “[...] a Contabilidade de custos é uma atividade que se assemelha a um centro processador de informações, que recebem dados, acumula-os de forma organizada, analisa-os e interpreta-os, produzindo informações de custos para os diversos níveis gerenciais”.

Para que a administração alcance a maximização dos resultados, Santos (1987) defende que através da análise de custos como instrumento de avaliação de desempenho e de tomada de decisão, os seguintes objetivos básicos deverão ser levados em consideração: custo por produto, resultado de vendas por produto, custo fixo da infraestrutura instalada, nível mínimo de vendas desejado, formação do preço de venda, planejamento e controle das operações. Dessa forma, o controle efetivo dos custos torna-se fundamental para a tomada de decisão com mais segurança.

2.4. Espécies de Sistemas de Custeio para a Apuração do Lucro

Dentre os métodos inerentes aos sistemas de custeio, são mais facilmente encontrados na literatura o custeio por absorção, o custeio variável e o custeio baseado em atividade. É importante salientar que entender as diferenças existentes entre estes métodos propicia aos gestores um melhor aproveitamento do seu sistema de custeio.

O **Custeio por Absorção** é uma sistemática de apropriação de custos que atribui aos produtos todos os custos, diretos, indiretos, fixos e variáveis. Segundo Santos (1987), o método de custeio por absorção é considerado básico para a avaliação de estoques pela contabilidade empresarial para fins de levantamento do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício. No custeio por absorção, todos os custos de produção compõem o custo do bem ou serviço, as despesas não fazem parte do custo do bem ou serviço (CPV – custo do produto vendido ou CSP – custo do serviço prestado), ou seja, são lançadas diretamente no resultado, enquanto que os custos, tanto diretos quanto indiretos, são apropriados a todos os bens e serviços.

Por estar de acordo com os princípios contábeis, este método é adotado pela contabilidade, portanto validado pela legislação brasileira para fins de elaboração do balanço patrimonial e da demonstração de resultados do exercício e obrigatório para fins fiscais.

O **Custeio Variável** é uma sistemática de apropriação de custos que atribui aos produtos

somente os custos variáveis, considerando os custos fixos como despesas. Segundo Megliorini (2012), enquanto no custeio por absorção os custos fixos são rateados aos produtos, no custeio variável apenas os custos variáveis (que são os que variam de acordo com o volume de produção ou de acordo com alguma outra base estabelecida) irão compor o custo do objeto de custeio (bens ou serviços), sejam diretos ou indiretos.

A partir do custeio variável, é possível obter ainda a margem de contribuição, que, segundo Bernardi (1996), é a diferença entre o valor das receitas e os custos variáveis de venda. Essa ferramenta permite avaliar o quanto cada bem ou serviço contribui para pagar os custos fixos, despesas fixas e gerar lucro.

O **Custeio Baseado em Atividades**, método ABC (Activity Based Costing), foi originalmente desenvolvido para gerenciamento dos custos, tendo como enfoque os recursos e as atividades geradores de custos, o que significa que os custos são atribuídos às atividades baseadas no uso dos recursos, depois atribuídos aos objetos dos custos, tais como produtos ou serviços, baseado no uso das atividades (COGAN, 2005, p. 43). Neste método, apropriam-se todos os custos e despesas da empresa ao produto mediante análise dos processos e atividades, utilizando-se direcionadores de custos em dois estágios, nesse conceito, o produto consome atividades e as atividades consomem recursos.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente, em relação aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseada em livros, artigos científicos e na legislação vigente acerca dos Sistemas de Custeio existentes nas Ciências Contábeis. Sobre o tema, Lakatos e Marconi (2007, p. 71) afirmam que “[...] é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”,

Em seguida, a metodologia utilizada como forma de compreender os sistemas de custeio empregados pelos nativos da feira da Cidade 2000 foi a Etnografia. Acerca do tema, Geertz (1989) afirma que, para realizar a pesquisa etnográfica, é necessário mais que registrar os fatos, deve-se analisar, interpretar e buscar os significados contidos nos atos, ritos, performances humanas e não apenas descrevê-los.

Desse modo, é de fundamental importância para o entendimento da estruturação das Feiras Móveis de Fortaleza, que seja realizada uma descrição densa acerca desse setor da

economia informal. Tendo isso em vista, explica Geertz (1989, p. 7):

[...] O que o etnógrafo enfrenta, de fato, é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplicitadas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar.

Iniciou-se em 20 de abril de 2018 a pesquisa de campo realizada na Feira Móvel de Fortaleza, isto é, feira que percorre diferentes pontos da cidade durante a semana. As visitas ocorreram semanalmente durante cinco meses, e em toda sexta-feira a feira estabelecia-se no bairro Cidade 2000. Simultaneamente à pesquisa de campo, eram realizadas reuniões em grupo para debater sobre as informações coletadas na feira, além do estudo de textos relacionados à etnografia e à contabilidade de custos e aos princípios constitucionais acerca da valorização do trabalho humano e da livre iniciativa.

O estudo etnográfico foi efetivado através de diálogos com os feirantes, ambulantes, fiscais da prefeitura, camelôs, entre outros presentes na feira, ocorrendo tanto a inserção da coordenadora quanto dos estudantes do projeto à sociedade nativa. Na coleta de dados, procurou-se analisar a visão nativa dos feirantes dos setores alimentícios (frutas, verduras, cereais, carnes), do setor de vestuário e do setor de comercialização de artigos variados, como venda de acessórios eletrônicos e ferramentas, visando analisar os mais diversos tipos de custeio nativos, assim como o conhecimento contábil e interesse no mesmo.

3.1 A Visão dos Feirantes Acerca da Importância de se Analisar os seus Custos

A diversidade de culturas é um ponto marcante nas feiras livres presentes no país. Desse modo, esses polos comerciais não se restringem somente à figura dos feirantes, visto que, existem, no mesmo ambiente, artesãos, ambulantes e camelôs. Além disso, observou-se a presença, nos arredores da Feira Móvel, de lojas com pontos fixos, assim como a existência de um grande supermercado. Tal observação demonstra que existe competitividade não apenas entre os próprios feirantes, mas também entre as mais variadas espécies de trabalhadores

A Feira Móvel estudada possui comerciantes dos mais variados produtos, tais como frutas, verduras e ervas, carnes, vestuário e produtos industrializados. O estudo limitou-se aos setores de Frutas e Verduras, Ervas e Temperos e de Carnes, pois representam uma considerável quantidade de trabalhadores. As entrevistas foram realizadas em uma amostra de 34 feirantes, retirados de uma população total de 149 feirantes. Porém, apenas três narrativas serão utilizadas como modelo ideal. A pesquisa de campo efetuada no referido ambiente proporcionou a coleta

de informações e uma maior compreensão acerca do controle que o feirante possui de seu patrimônio.

O primeiro informante, o qual atua no setor alimentício com um comércio de carnes juntamente com seu irmão, afirma ter mais de 10 anos em experiência como feirante. Os irmãos vão às feiras 6 vezes por semana e compram suas mercadorias 1 vez por semana direto do fornecedor. O irmão mais velho, que tem 48 anos, afirma que possuem carro próprio, gastando em média R\$ 25,00 por dia com gasolina para transportarem suas mercadorias até a feira. Além disso, possuem custos de R\$ 20,00 por dia para montagem e desmontagem das barracas e, por fim, gastam R\$ 50,00 por dia com alimentação. De acordo com o mais novo, que tem 31 anos, mesmo possuindo uma ideia da importância de se apurar os referidos custos, normalmente eles precificam seus produtos levando em consideração apenas os preços de seus concorrentes.

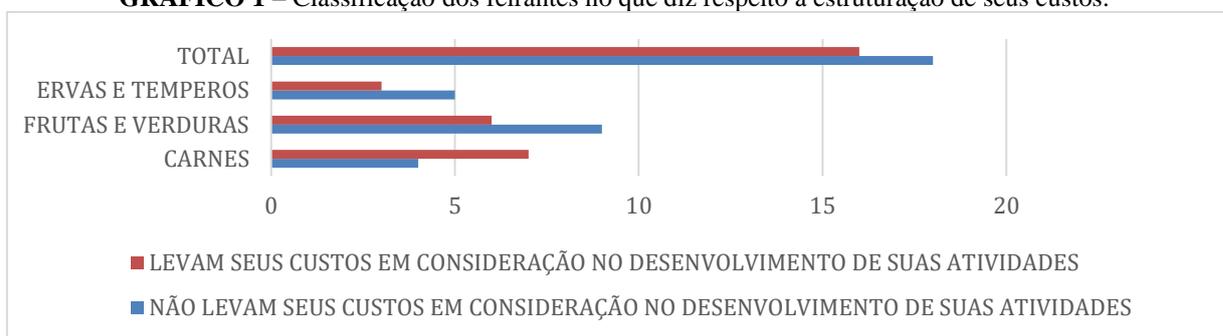
Como segundo informante, tem-se um senhor de 63 anos que trabalha sozinho no setor de frutas e verduras há 45 anos. Ele afirma que vai à feira 5 vezes por semana e que compra suas mercadorias na Seasa 4 vezes por semana. Quando foi questionado sobre seus custos com a montagem e desmontagem da barraca, afirmou que gasta em média R\$ 30,00 por dia de feira. Além disso, informou que gasta aproximadamente R\$ 20,00 por dia de feira com a sua alimentação, R\$ 20,00 por dia com a embalagem de seus produtos e que não tem gastos com frete, já que possui carro próprio, porém não tem o controle exato de quanto gasta com gasolina, indicando um valor aproximado de R\$ 30,00 por dia trabalhado. O referido feirante afirmou também que todos esses valores não são levados em consideração para a precificação de seus produtos e posterior cálculo do lucro.

Como terceiro informante, tem-se um jovem de 25 anos que trabalha no setor de ervas e temperos, sendo essa barraca na feira sua única fonte de renda há cerca de 4 anos. Conforme o feirante, seus produtos, normalmente, são comprados no Centro da cidade de Fortaleza, mas, eventualmente, também podem ser adquiridos em cidades do interior. Tal feirante informou que possui carro próprio, gastando mensalmente R\$ 100,00 com a manutenção do veículo e R\$ 50,00 diários com o combustível do mesmo. Além disso, o feirante indicou que esporadicamente conta com a presença de um ajudante, que cobra cerca de R\$ 50,00 por dia trabalhado. Com relação à sua alimentação durante o período em que está trabalhando, gasta R\$ 20,00. O referido feirante informou que apesar de não possuir os conhecimentos especializados da contabilidade, apresenta maior controle de seus custos, já que para estipular seu lucro, todos esses valores são levados em consideração no momento da sua precificação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos relatos dos 34 trabalhadores da feira móvel, foi possível observar a) se os feirantes estruturam seus custos e, caso estruturem, como fazem isso; b) o nível de informação dos feirantes acerca do tema sistemas de custeio; c) o nível de interesse dos feirantes em obter informações para melhor aplicar seus custos e, assim, alavancar a competitividade do empreendimento. Dessa forma, levando em conta a pesquisa e os dados coletados, foi possível destacar as seguintes observações:

GRÁFICO 1 – Classificação dos feirantes no que diz respeito à estruturação de seus custos:



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2018).

Dentre os trabalhadores da feira que não fazem a estruturação de seus custos, obtiveram-se as seguintes informações quando questionados acerca das razões para não estruturarem seus custos, conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 2 – Motivos para os feirantes não estruturarem seus custos:



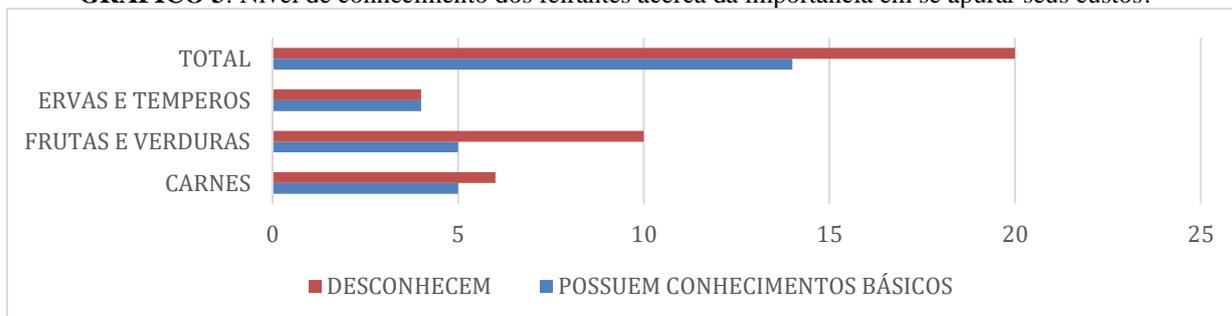
Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2018).

A partir da análise desse gráfico, se percebe que 70% dos entrevistados não possuem qualquer informação sobre custos, denotando a falta de conhecimento básico, e portanto, o não planejamento e utilização do mesmo para o conhecimentos dos resultados. Acrescenta-se, ainda, que 20% nem consideram importante se estruturar os custos, e ainda 10% nem souberam

responder.

Quando analisados acerca do nível de conhecimento que detinham sobre a importância de se apurar os seus custos, obtiveram-se os seguintes resultados de acordo com a amostra pesquisada:

GRÁFICO 3: Nível de conhecimento dos feirantes acerca da importância em se apurar seus custos:

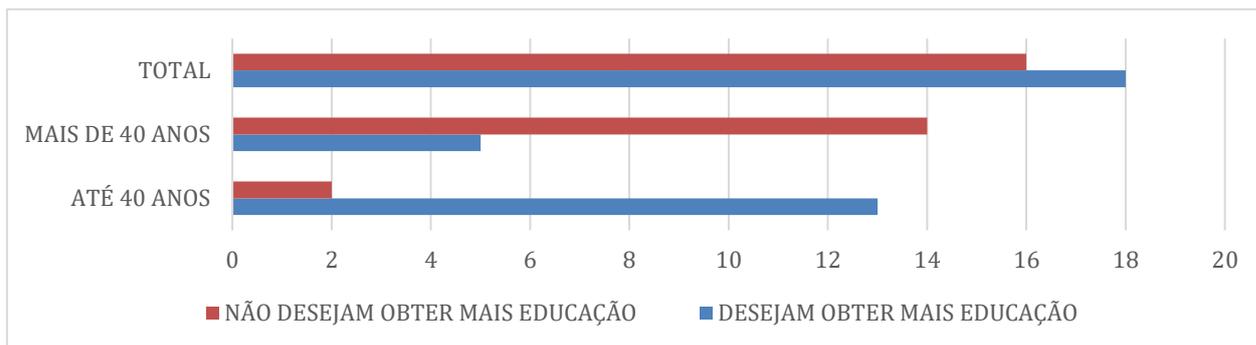


Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2018).

De acordo com o gráfico 3, o setor de frutas e verduras são os que mais desconhecem a importância de se apurar seus custos, e os de carnes apresentam um índice de desconhecimento e um igual de conhecimentos básicos, quando relacionados aos primeiros. Já os feirantes de ervas e temperos apresentam igual nível de conhecimento e desconhecimento da importância em apurar seus custos.

Acerca do interesse em obtenção de informações para melhor aplicar seus custos, observou-se que maioria dos feirantes de até 40 anos de idade demonstrou total interesse em obter mais conhecimentos relacionados à Contabilidade de Custos. Já os feirantes na faixa etária de mais de 40 anos, em sua grande maioria, demonstram desinteresse em obter tais conhecimentos, pois afirmam já estarem adaptados à forma como desenvolvem suas atividades, como pode-se ver no gráfico abaixo:

GRÁFICO 4 – Classificação etária dos feirantes no que diz respeito ao interesse em obter informação para melhor aplicação de seus custos



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2018).

A partir da análise dos dados e de suas interpretações se comprova que a informação sobre custos ainda não chegou para realidade da maioria dos feirantes, sendo necessário que haja iniciativas de políticas públicas e também das Universidades através de pesquisas, estudos, e também trabalhos de conscientização junto aos feirantes.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou evidenciar a importância de se buscar compreender a realidade financeira e contábil do comércio informal no Brasil, pois além de esse segmento constituir grande parte do mercado de trabalho nacional, também é a fonte de sustento de inúmeras famílias do país. É importante ressaltar que o controle de custos se faz necessário em qualquer Estabelecimento Empresarial e isso não é diferente nas feiras, que, mesmo não sendo constituídas por indivíduos possuidores de conhecimentos técnicos das Ciências Contábeis, criam seus próprios Sistemas de Custeio.

Sendo assim, percebe-se que as feiras não seguem de forma fidedigna os Sistemas de Custeio estudados pela contabilidade, pois tais métodos possuem uma elevada especificidade da área. Muitas vezes, os referidos comerciantes não têm noção de quanto são seus custos com determinados bens e serviços, o que vai contra a teoria geral dos métodos de custeio. Contudo, mesmo assim, os feirantes conseguem organizar seu empreendimento de uma forma que, na maioria das vezes, conseguem obter tanto seu sustento como o de seus dependentes de forma digna.

Faz-se necessário que os feirantes tenham acesso a uma gama de informações que possam dar um maior controle das movimentações de seu patrimônio e assim alavancar seu empreendimento. A universidade, na figura do projeto extensão *FEIRANTE EMPREENDEDOR: Tecnologia da Informação, Desenvolvimento Humano e Crescimento Econômico no Comércio de Rua*, atuou no referido ambiente como agente transportador de

informações não apenas acerca de sistemas de custeio, mas também forneceu noções sobre a valorização social do trabalho e a proteção humanística ao trabalhador.

A significância deste tema está em seu efeito social, pois é essencial que o estado baseado nos princípios constitucionais da valorização social do trabalho e da livre iniciativa desenvolva políticas públicas que auxiliem esses comerciantes a potencializarem seus negócios e assim obtenham melhores e mais dignas condições de trabalho. Sugere-se para futuras investigações que a vida e a realidade desses trabalhadores permaneça sendo estudada, visando a busca de um panorama ainda mais amplo acerca de sua realidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. **Fazendo a feira: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG. 2009.** 135f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Montes Claros. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social. Montes Claros-MG, 2009.

BERNARDI, L. A. **Política e formação de preços.** São Paulo: Atlas, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

CASALI, Alípio. **Moral na História.** In: Clóvis de Barros Filho. (Org.). Ética, Trabalho, Educação, 1ed São Paulo: Duetto, 2011, v.1, p. 22-29.

COGAN, S. **Custos e preços – formação e análise.** 2ª reimpr. da 1ª ed. de 1999. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005. 157 p.

DEON, Rodrigo. Os impactos sociais diante do ressurgimento das ideias liberais, e a dignidade da pessoa humana, como limite à flexibilização do Direito do Trabalho. **DireitoNet.** Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/x/14/52/1452/> Acesso em: 30 de julho de 2018.

GEERTZ, C. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura.** In: _____. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 13-41.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988.** 8 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

KAPLAN, R.; COOPER, R. **Custo e desempenho: administre seus custos para ser mais competitivo.** São Paulo: Futura, 1998.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEONE, George S. Guerra. **Curso de Contabilidade de Custos**. Editora Atlas S.A. 2000 São Paulo, 2ª Edição.

LIMA, T. B.; CAVALCANTE, K. O.; COSTA, M. S. Informalidade: escolha ou falta de opção? Um estudo no Mercado Terceirão de João Pessoa/PB. In: ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, 3., 2011, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: ANPAD, 2011. Disponível em: < http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnGPR/engpr_2011/2011_ENGPR110.pdf >. Acesso em: 01 de agosto de 2018.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Garantia do tratamento partidário das partes. In: TUCCI, José Rogério Cruz e [coord.]. **Garantias constitucionais do processo civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

MARQUES, Rafael da Silva. **Valor social do trabalho, na ordem econômica, na Constituição brasileira de 1988**. São Paulo: LTr, 2007.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. Disponível em: ><http://www.klepsidra.net/klepsidra8/marx.html>< Acesso em: 20 de Agosto de 2018.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Mirian C.S; **Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea**. Ateliê Geográfico, Goiânia-GO, v.2, n.4, p.72-87, agos. 2008.

MEGLIORINI, E. **Custos**: análise e gestão. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2005.

SANTOS, Joel José dos. **Análise de custos**: um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, M. Conceito e categorias de cidade. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. p. 68-89. Associados, 2005.

FEIRANTE EMPREENDEDOR: MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO NO USO DO ESPAÇO PÚBLICO

BRITO, S.S.C.¹, FERREIRA, K. S.² & CAVALCANTE, L.C.³

¹Estudante de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará. E-mail: saamofir@gmail.com; ²Professora Adjunta da Universidade Federal do Ceará vinculada ao Departamento de Administração da FEAAC. Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (2013). Mestre em Direito Público (Ordem Jurídica Constitucional) pela Universidade Federal do Ceará (2004). Graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará (2000) E-mail: kilviasou@gmail.com. ³Professora da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, Universidade Federal do Ceará, vinculada ao Departamento de Ciências Contábeis. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2012). Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela Universidade de Fortaleza (2007). Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza (2000). E-mail: laracapelo@hotmail.com.

DOI: <https://doi.org/10.32356/exta.v2.n18.33572> - Artigo submetido em 02/09/2018

RESUMO

As feiras móveis são centros varejistas que se instauram em diferentes bairros da cidade a cada dia da semana, nesses espaços de trabalho, apesar de muitas vezes preponderar o trabalho informal, os feirantes têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado para alcançar a sadia qualidade de vida, como disposto no art. 225 da Constituição Federal do Brasil de 1988. Objetiva-se fazer um estudo sobre o comércio de rua desenvolvido na feira que ocorre no Bairro Praia do Futuro em Fortaleza, buscando compreender em que medida se dá a efetivação do direito fundamental ao meio ambiente do trabalho neste

espaço público. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica sobre meio ambiente e uso do espaço público, com as técnicas de observação participante e entrevista, apresentando a percepção dos feirantes quanto ao seu ambiente. Possibilitou-se maior disseminação acerca do meio ambiente em suas diferentes formas, notadamente no uso do espaço público que está diretamente ligado à dignidade das pessoas que exercem suas atividades no local, que dividem muito mais do que apenas um espaço físico, mais sim, um ambiente onde compartilham experiências, conhecimentos, culturas etc.

PALAVRAS-CHAVE: Feiras móveis. Meio Ambiente. Espaço Público. Trabalho.

ENTREPRENEUR FAIRANT: ENVIRONMENT AND BALANCED IN THE USE OF PUBLIC SPACE

ABSTRACT

Mobile fairs are retail centers that retrofit the different neighborhoods of the city every day of the week, there are work spaces, even if informal work is predominant, marketers have the right to a balanced environment to achieve a healthy quality of life, as provided in art. 225 of the Federal Constitution of Brazil of 1988. The objective is to study the future of the street developed at the fair that takes place in the Praia do Futuro neighborhood in Fortaleza, seeking what is the effective integration of the law in the work environment in this public space. A bibliographic

research on environment and use of public space is used, with participant observation and interview techniques, presenting a perception of the forums for their environment. Greater dissemination about the environment was made possible in its different forms, notably in the use of public space that is directly linked to the dignity of the people who exercise their activities in the place, who share much more than just a physical space, but rather, an environment where they share experiences, knowledge, cultures etc.

KEYWORDS: Mobile Fairs. Environment. Public space. Job.

1 INTRODUÇÃO

As feiras são centros varejistas que se instauram em diferentes bairros da cidade a cada dia da semana, locais onde são expostos à venda diversos tipos de mercadorias, como roupas,

alimentos e calçados. Com a incidência do capitalismo, suas novas formas de gestão e organização do trabalho e a busca por pessoas cada vez mais qualificadas, tornou as feiras uma alternativa para quem não se encaixasse nos moldes desse sistema, predominando a informalidade nesses espaços de trabalho. No Ceará, segundo documentos históricos, as feiras datam da segunda metade do século XIX (CARVALHO, 2003, p. 119) e ainda hoje permanecem ocorrendo em várias cidades do Estado. Em Fortaleza, por exemplo, encontra-se diversas feiras que ocorrem em diferentes bairros da cidade, fazendo uso do espaço público.

Nesses espaços de trabalho, apesar de muitas vezes preponderar o trabalho informal, esses feirantes são seres humanos que têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado para alcançar a sadia qualidade de vida. Esse Direito Fundamental recebe sua tutela no art. 225 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Dessa forma, torna-se importante uma pesquisa que se proponha a verificar as condições de salubridade em que os feirantes exercem suas atividades laborais, analisando o que nossa Carta Magna traz como condições mínimas para uma vida digna e se essa se faz presente nas feiras, estabelecendo quais as principais reivindicações de melhorias dos mesmos, se a falta dessas melhorias fere o princípio fundamental ao meio ambiente equilibrado, bem como os princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana, disposto no art. 1, inciso III da Constituição Federal de 1988, levantando questões sobre os impactos positivos que estas reivindicações trariam na vida dos comerciantes, caso fossem atendidas.

Esta pesquisa é oriunda de um projeto de extensão, vinculado ao Departamento de Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, intitulado “FEIRANTE EMPREENDEDOR: Tecnologia da Informação, Desenvolvimento Humano e Crescimento Econômico no Comércio de Rua” e tem como objetivo geral fazer um estudo sobre o comércio de rua desenvolvido na feira que ocorre no bairro Praia do Futuro em Fortaleza, buscando compreender em que medida se dá a efetivação do direito fundamental ao meio ambiente do trabalho neste espaço público da cidade.

Elencam-se os seguintes objetivos específicos: a) Apresentar a definição legal de meio ambiente como um direito fundamental de terceira geração previsto na Constituição Federal de 1988, bem como apresentar as classificações doutrinárias de meio ambiente (natural, artificial, cultural e do trabalho); b) Expor os procedimentos de permissão e uso, conforme previsto no direito administrativo, evidenciando sua aplicabilidade na feira do bairro Praia do Futuro em Fortaleza; c) Entrevistar os feirantes através de visitas semanais buscando estipular o grau de

conhecimento dos mesmos acerca de seus direitos, averiguando se estes vêm sendo efetivados e expor os dados coletados; d) Averiguar em que medida os feirantes têm interesse no desenvolvimento de um aplicativo que possa informar-lhes acerca dos seus direitos ao meio ambiente do trabalho e a regulamentação do uso do espaço público. Portanto esta pesquisa pretende responder a seguinte pergunta: Em que medida o direito fundamental ao meio ambiente do trabalho tem se efetivado no desenvolvimento da atividade laboral dos comerciantes que fazem uso do espaço público da feira do bairro Praia do Futuro em Fortaleza?

Foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: Pesquisa bibliográfica, que para LAKATOS e MARCONI (2007, p. 72) tem a finalidade de “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”; visitas semanais à feira que ocorre aos sábados no bairro Praia do Futuro em Fortaleza, sendo utilizadas duas técnicas de pesquisa para isso. A primeira é a observação participante, que consiste no contato direto e integração do observador com o grupo em estudo, examinando as condições em que vivem e vivenciando um pouco desta realidade. A segunda técnica é a entrevista, que é um encontro entre duas partes, entrevistador e entrevistado, em que o primeiro busca obter informações sobre o assunto ou problema em questão, através de uma conversação, sendo não estruturado o tipo de entrevista utilizado e sua modalidade focalizada, na qual o entrevistador tem liberdade para desenvolver perguntas e diálogos de acordo com a situação e necessidade.

2 CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A Constituição Federal de 1988 em seu Título II, trouxe os direitos e garantias fundamentais, classificando nos seguintes grupos: direitos individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos e partidos políticos. Dessa classificação, a doutrina apresenta a classificação dos direitos fundamentais de primeira, segunda, terceira, quarta e quinta geração ou dimensão.

Para Araújo e Nunes Júnior (2005, p. 109-110.)

Os direitos fundamentais podem ser conceituados como a categoria jurídica instituída com a finalidade de proteger a dignidade humana em todas as dimensões. Por isso, tal qual o ser humano, tem natureza polifacética, buscando resguardar o homem na sua liberdade (direitos individuais), nas suas necessidades (direitos sociais, econômicos e culturais) e na sua preservação (direitos relacionados à fraternidade e à solidariedade).

Como explica Moraes (2008, p. 31) os direitos fundamentais de primeira geração ou dimensão “são os direitos e garantias individuais e políticos clássicos (liberdades públicas), surgidos institucionalmente a partir da Magna Charta.”. Segundo Bonavides (2013, p. 582):

Os direitos de primeira geração ou direitos de liberdades têm por titular o indivíduo, são oponíveis ao Estado, traduzem-se como faculdades ou atributos da pessoa e ostentam uma subjetividade que é seu traço mais característico; enfim, são direitos de resistência ou de oposição perante o Estado.

Os direitos de segunda dimensão são os direitos sociais, econômicos e culturais, que surgiram no início do século XX, como bem coloca Themistocles Brandão Cavalcanti:

O começo do nosso século viu a inclusão de uma nova categoria de direitos nas declarações e, ainda mais recentemente, nos princípios garantidores da liberdade das nações e das normas da convivência internacional. Entre os direitos chamados sociais, incluem-se aqueles relacionados com o trabalho, o seguro social, a subsistência, o amparo à doença, à velhice etc.”. (CAVALCANTI apud MORAIS, 2008, p. 31)

Os direitos de terceira dimensão, como explica Pedro Lenza (2011, p. 862) “são direitos transindividuais que transcendem os interesses do indivíduo e passam a se preocupar com a proteção do gênero humano, com altíssimo teor de humanismo e universalidade”. São protegidos constitucionalmente e chamados de direitos de solidariedade ou fraternidade, que é o caso do direito a um meio ambiente equilibrado, um dos objetos de estudo deste trabalho. Para Ferreira Filho (2007) ao tratar do direito ao meio ambiente como de terceira geração, sustentou que, dentre os direitos da terceira geração, o mais elaborado é o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, pois é um direito assegurado à pessoa humana e é garantido pelo Poder Público como fundamental. Estabelecendo um superdireito que se sobrepõe aos direitos de natureza privada.

Para Bonavides (2013), a introdução aos direitos da quarta geração se dá por meio da globalização política na esfera da normatividade jurídica, que correspondem à derradeira fase de institucionalização do Estado social. Compreendem os direitos da quarta geração, segundo o autor:

O direito à democracia, o direito à informação e o direito ao pluralismo. Deles depende a concretização da sociedade aberta do futuro, em sua dimensão de máxima universalidade, para a qual parece o mundo inclinar-se no plano de todas as relações de convivência. (BONAVIDES, 2013, p. 590)

Portanto, para Bonavides (2013, p. 591), da globalização dos direitos fundamentais decorrem os direitos da 4ª dimensão e conclui que "os direitos da quarta geração compreendem o futuro da cidadania e o porvir da liberdade de todos os povos. Tão somente com eles será legítima e possível a globalização política.”

Por fim, na quinta geração de direitos fundamentais, elencada por Bonavides, está o direito à paz, inicialmente posto por Karel Vasak, o precursor da terceira geração de direitos

fundamentais. Bonavides afirma que a paz é axioma da democracia participativa, um supremo direito da humanidade.

2.1 MEIO AMBIENTE COMO DIREITO FUNDAMENTAL: ART. 225 DA CF/88

O direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, erigido pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 255º, é tratado como um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, que deve ser protegido pelo Estado e pela coletividade, não se limitando apenas a um dos aspectos de Meio Ambiente, dando a ideia deste como uma relação entre seres vivos e seu meio.

2.1.1 DEFINIÇÃO LEGAL, CLASSIFICAÇÃO E PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE

O conceito legal de Meio Ambiente, de acordo com a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente - Lei 6.938/81 - em seu artigo 3º, I, é: “*conjunto de bens, influências e interações de ordem físicas, químicas e biológicas, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas*” (BRASIL, 1981). Essa concepção legal diz respeito ao Meio Ambiente Natural, sendo este um dos quatro aspectos de Meio Ambiente, quais sejam: o já citado natural, o artificial, o cultural e o do trabalho. Essa classificação tem a função de facilitar a identificação de atividades degradantes e do bem agredido, não buscando estabelecer divisões isolantes a este, visto que seu objetivo maior de tutelar a vida saudável faz-se necessário proteger o ambiente em sua totalidade (FIORILLO, 2002). O presente trabalho dará enfoque ao Meio Ambiente do trabalho e artificial.

O meio ambiente do trabalho, nasce do entendimento que o homem faz parte do meio ambiente ecologicamente equilibrado, haja visto que é essencial à sobrevivência do mesmo, por ser seu habitat natural e local no qual obtém recursos para a manutenção da sua vida com sua atividade laboral e onde passa grande parte de sua vida, de modo que não é possível alcançar qualidade de vida sem ter qualidade de trabalho, fez-se necessário proteger este ambiente, que recebe tutela constitucional imediata no artigo 200, VIII e a mediata no caput do art. 225.

Com isso, precisamos buscar uma definição para meio ambiente de trabalho e, portanto, trazemos o pensamento de Júlio César de Sá da Rocha, para quem:

É possível conceituar o meio ambiente do trabalho como a ambiência na qual se desenvolvem as atividades do trabalho humano. Não se limita ao empregado; todo

trabalhador que cede a sua mão-de-obra exerce sua atividade em um ambiente de trabalho. Diante das modificações que passa o trabalho, o meio ambiente laboral não se restringe ao espaço interno da fábrica ou da empresa, mas se estende ao próprio local de moradia ou ao ambiente urbano. (SÁ apud PADILHA, 2002, p. 41)

Por sua vez, Rodolfo de Camargo Mancuso aponta o meio ambiente do trabalho como:

Habitat laboral, isto é, tudo que envolve e condiciona, direta e indiretamente, o local onde o homem obtém os meios para prover o quanto necessário para a sua sobrevivência e desenvolvimento, em equilíbrio com o ecossistema. (CANCUSO apud PADILHA, 2002, p.41)

Assim, quando no habitat laboral não houver o mínimo de condições para assegurar certa qualidade de vida, haverá um dano ao meio ambiente do trabalho, como o é o caso da saúde e segurança no trabalho, que também recebem proteção constitucional em seu art. 7º:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

O conceito de meio ambiente cultural está previsto no, que o traz da seguinte forma:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Assim, para Fiorillo (2002, p. 22):

O bem que compõe o chamado patrimônio cultural traduz a história de um povo, a sua formação, cultura e, portanto, os próprios elementos identificadores de sua cidadania, que constitui princípio fundamental norteador da República Federativa do Brasil.

Já o meio ambiente artificial é compreendido pelo espaço urbano construído, consubstanciado no conjunto de edificações e equipamentos públicos, este recebe tutela mediata no caput do art. 225 e imediata no art. 182, referente à política urbana, no art 5º, XXIII e 21, XX, estando diretamente relacionado ao conceito de cidade. Assim dispõe o art. 182 da CF, iniciando o capítulo referente à política urbana: “art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem

por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”. Logo, um dos princípios da política urbana é o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, que para FIORILLO (2002, p. 206)

A função social da cidade é cumprida quando esta proporciona a seus habitantes o direito à vida, à segurança, à igualdade, à propriedade e à liberdade(CF, art. 5º, caput), bem como quando garante a todos um piso mínimo, compreendido pelos direitos sociais à educação, à saúde, ao lazer, ao trabalho, à previdência social, à maternidade, à infância, à assistência aos desamparados, entres outros encartados no art. 6º.

Assim esclarece o autor: “Em linhas gerais, a função social da cidade é cumprida quando proporciona a seus habitantes uma vida com qualidade, satisfazendo os direitos fundamentais, em consonância com o que o art. 225 preceitua.”

Por fim, conclui o autor supracitado, que cabe a cidade viabilizar o desenvolvimento das atividades laborativas, para gerar possibilidades reais de trabalho aos seus habitantes.

2.2 PERMISSÃO DE USO DO ESPAÇO PÚBLICO E SUA APLICABILIDADE NA FEIRA DO BAIRRO DA PRAIA DO FUTURO

Os bens públicos podem ser usados tanto pela pessoa jurídica a que pertencem quanto por particulares. O uso do espaço público se dá por ato ou contrato administrativo. Segundo Carvalho Filho (2010, p. 109) ato administrativo é “a exteriorização da vontade de agentes da Administração Pública ou de seus delegatários, nessa condição, que, sob regime de direito público, vise à produção de efeitos jurídicos, com o fim de atender ao interesse público”. Ainda, segundo Alexandrino e Paulo (2011, p. 416) ato administrativo é:

Manifestação ou declaração da administração pública, nesta qualidade, ou de particulares no exercício de prerrogativas públicas, que tenha por fim imediato a produção de efeitos jurídicos determinados, em conformidade com o interesse público e sob regime predominante de direito público.

No caso do contrato, os autores supracitados trazem o seguinte conceito “ajuste firmado pela administração pública, agindo nesta qualidade, com particulares, ou com outras entidades administrativas, nos termos estipulados pela própria administração pública contratante, em conformidade com o interesse público, sob regência predominante do direito público”.

No caso da feira que ocorre no bairro Praia do Futuro, a forma de obtenção da permissão do uso do espaço público é, de fato, um ato permissionário, conforme explicado em uma visita realizada à Secretaria Regional II a fim de descobrir os passos para obtenção da permissão de uso do espaço público, são descritos da seguinte forma: 1) dar entrada em processo

administrativo, sendo necessária documentação completa (Registro Geral - RG; cadastro de pessoa física - CPF; comprovante de residência e número de identificação social - NIS, caso faça parte de algum programa de ajuda social ou possua baixa renda); 2) o processo será encaminhado ao setor jurídico do órgão, posteriormente levado ao gabinete do secretário, seguindo para a célula de gestão de ações intersetoriais; 3) será elaborado parecer junto a um fiscal da Agência Nacional de Fortaleza (AGEFIS); 4) No caso de haver despacho do fiscal, deve ser encaminhado à Coordenadoria de Acolhimento Social; 5) Por fim, o secretário deve decidir sobre a obtenção da permissão de uso do espaço público pelo indivíduo.

Além disso, foi aberto um requerimento solicitando a quantidade de comerciantes que atuam na feira, bem como a quantidade que possuem a permissão da prefeitura para usufruir do espaço público, com base no princípio da transparência dos dados públicos, porém até a finalização deste artigo, não houve resposta. Contudo, em nossa contagem, registramos 105 bancas, comportando um total de 196 comerciantes distribuídos entre estas, além de 38 comerciantes que trabalham sem bancas fixas.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente, utilizou-se a pesquisa bibliográfica em artigos, livros e na Constituição Federal de 1988. Para LAKATOS e MARCONI (2007, p. 72) a finalidade da pesquisa bibliográfica é “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”.

Para a inserção no campo, foram realizadas visitas semanais à feira que ocorre aos sábados no bairro da Praia do Futuro em Fortaleza, local onde os feirantes vendem suas mercadorias como, frutas, verduras, laticínios, roupas, dentre outros, com início no dia 19 de abril de 2018, durante 9 meses. Na coleta de dados, buscou-se analisar a visão dos feirantes sobre o seu local de trabalho, se estes consideravam o mesmo ideal para a realização de suas atividades laborais, levando em consideração quais as maiores carências e a salubridade do local. A seguir, traremos à luz alguns depoimentos dos feirantes sobre esses temas, exemplificando suas visões sobre o seu trabalho.

3.1 PERCEPÇÃO DOS FEIRANTES ACERCA DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS RELATIVOS AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO

Adotando-se um processo que garantisse a aleatoriedade dos sujeitos participantes, dando a todos a mesma possibilidade de participação na pesquisa, foram realizados diálogos com 60 feirantes que aceitaram participar da pesquisa pelo critério de conveniência. Sendo assim, foi possível delimitar os aspectos mais importantes sobre a sua qualidade de vida na feira, analisando os temas que melhor atendem ao requisito meio ambiente do trabalho equilibrado e a visão dos feirantes sobre o seu meio. Primeiramente, será analisado o depoimento de 3 feirantes sobre os fatores que poderiam favorecer a sua qualidade de vida nas feiras. Logo após, serão analisadas 3 depoimentos sobre a salubridade do seu local de trabalho e nos dois casos serão expostos o interesse ou não dos feirantes a um aplicativo com informações sobre Meio ambiente.

Um primeiro informante, que atua no setor alimentício junto ao seu patrão, com um comércio de frutas e verduras, trabalhando há um ano como feirante. O mesmo alega pagar a limpeza e a segurança, mas diz que essa não é sua responsabilidade “a gente paga tanto imposto e não tem direitos, a responsabilidade é da prefeitura” (informação verbal), o feirante também queria um banheiro e não tem interesse no aplicativo. Já o seu patrão, de 46 anos e atuante na feira desde os 9 anos de idade, ao falar dos itens que poderiam melhorar na feira para favorecer sua qualidade de vida, cita banheiro, segurança e limpeza, apontando para uma quantidade de escombros que, segundo ele, estão a mais de 5 anos no local. Quanto ao aplicativo, ele diz ter interesse.

Um segundo relato vem um senhor de 71 anos, que trabalha com seu neto no comércio de tempero seco, atuando na feira há 52 anos, ao ser questionado, afirma que não adianta falar nada, pois não haverá mudanças, ainda afirma que em época eleitoral foram disponibilizados banheiros químicos, mas após 2 dias, foram retirados. Já o seu neto de 23 anos e atuante na feira há 5 meses, acha que não há fatores que possam melhorar sua qualidade de vida, mas tem interesse no aplicativo, já seu avô diz não ter interesse.

O terceiro informante, com 52 anos e 1 ano trabalhando na feira, com um comércio de polpa de frutas, diz que não há fatores que poderiam melhorar sua qualidade de vida, pois está satisfeito "ganhando o dinheirinho da gente" (informação verbal). O mesmo afirma que a prefeitura já colocou um banheiro, mas que tirou com poucos dias e não tem interesse no aplicativo.

Quanto à salubridade do local de trabalho, serão analisados 3 depoimentos.

O primeiro informante, de 28 anos e atuante na feira há 7 anos, que trabalha no setor

alimentício, junto de seu sócio e tem um comércio de verduras, diz que existem riscos à saúde e que o mesmo havia acabado de se acidentar ao pegar uma caixa de tomates de mal jeito e que estava sentindo dor. Ao perguntarmos o que faziam quando alguém se acidenta na feira, ele respondeu que “quando acontece algo as pessoas da feira que levam para o hospital” (informação verbal). Seu sócio, de 25 anos e há 2 anos como feirante, relata que existem riscos, pois não tem tratamento de higiene, trabalham ao ar livre e estão sujeitos a doenças. Ele relata que em épocas de chuva, costuma passar uma quantidade enorme de água que desce do morro, próximo à feira e que já teve doenças de pele após entrar em contato com a água, além de citar o contato excessivo com o calor, decorrente da longa exposição ao sol. Ambos responderam não ter interesse no aplicativo, o segundo acredita que haveria cobranças por parte do Estado no caso da existência deste, como assim disse: “a pessoa já vem porque é feira livre, sem controle do governo. Se o governo controlar aqui as pessoas vão sair. Se fizer isso aí, o governo vai cair em cima, vai querer imposto, querem fazer tudo pra cobrar a gente.” (informação verbal)

Em um segundo relato, um casal que trabalha em uma banca de vestuário afirma que em qualquer lugar existem riscos. O jovem de 21 anos ao responder a pergunta, diz que é o dia a dia deles e que isso é normal no Brasil. Sua esposa de 21 anos concorda com suas afirmações e acrescenta “a gente tem que se adaptar e se proteger” (informação verbal). Não foi possível questionar quanto ao aplicativo.

Um terceiro informante, de 48 anos, não vê riscos à saúde, porém diz que a exposição ao Sol é um problema e que utiliza duas lonas na sua banca na tentativa de diminuir o calor. Sobre o aplicativo, o feirante diz ter interesse.

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

Em diálogos realizados com 60 comerciantes da feira que ocorre no bairro Praia do Futuro, foi possível analisar as condições que eles enxergam o seu ambiente de trabalho, tendo em vista a conveniência dos feirantes em responder as perguntas, da seguinte forma: a) se existem ou não fatores que poderiam melhorar a qualidade de vida dos feirantes e em caso positivo, quais são esses fatores; b) se existem riscos ou não à saúde no trabalho dos feirantes e em caso positivo, quais são esses riscos; c) se existe interesse de obter mais informações sobre meio ambiente do trabalho e ao uso do espaço público por meio de um aplicativo desenvolvido para auxiliar o feirante nas suas atividades laborais. Acerca das relações de trabalho observadas

e desempenhadas por cada feirante, levando em conta a pesquisa e os dados coletados foi possível destacar as seguintes observações:

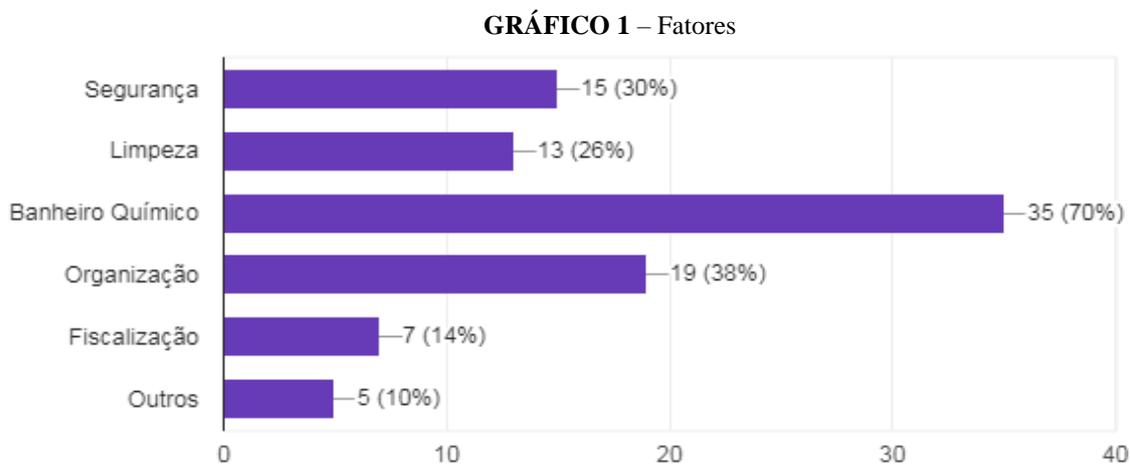
QUADRO 1 - Classificação dos feirantes no que diz respeito aos fatores que possam melhorar sua qualidade de vida

SETOR	ACHAM QUE EXISTEM FATORES QUE PODEM FAVORECER A QUALIDADE DE VIDA DOS FEIRANTES	ACHAM QUE NÃO EXISTEM FATORES QUE PODEM FAVORECER A QUALIDADE DE VIDA DOS FEIRANTES	NÃO SE PRONUNCIARAM
ALIMENTÍCIO	37	3	2
VARIADOS	13	2	2
TOTAL	50	5	4

Fonte: Arquivo pessoal do autor (2018)

Dado a diversidade de ofertas de produtos na feira, além dos alimentícios que envolvem bancas com venda de frutas, verduras, peixes, laticínios e outros, existem também vendas de roupas, bijuterias, eletrônicos, utensílios etc., que foram classificados como variados.

Dentre os trabalhadores da feira que acham que existem fatores que podem favorecer sua qualidade de vida, obteve-se as seguintes informações quando questionados sobre quais seriam estes, conforme gráfico abaixo:



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2018)

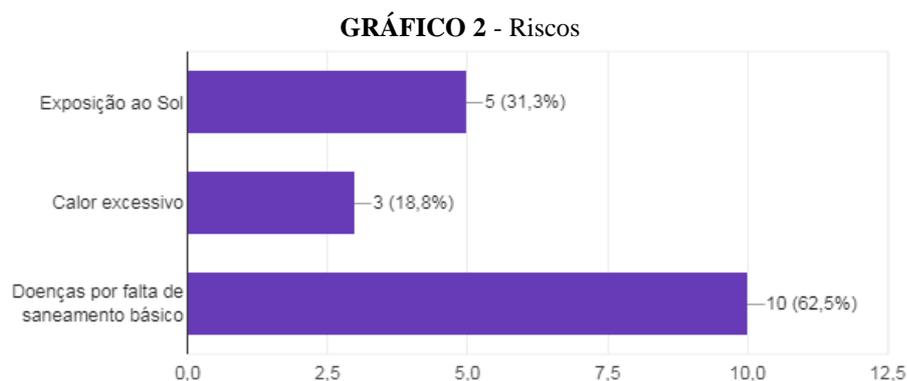
Quando perguntados se existem riscos ou não à saúde no trabalho dos feirantes obteve-se os seguintes resultados de acordo com a amostra pesquisada:

QUADRO 2 - Classificação dos feirantes no que diz respeito ao risco à saúde do feirante no ambiente de trabalho

SETOR	ACHAM QUE EXISTEM RISCOS À SAÚDE DO FEIRANTE NO AMBIENTE DE TRABALHO DA FEIRA	ACHAM QUE NÃO EXISTEM RISCOS À SAÚDE DO FEIRANTE NO AMBIENTE DE TRABALHO DA FEIRA
ALIMENTÍCIO	20	12
VARIADOS	4	1
TOTAL	24	13

Fonte: arquivo pessoal do autor (2018)

Dentre os feirantes que acham que existem riscos à saúde no seu ambiente laboral, obteve-se as seguintes informações quando questionados sobre quais seriam estes, conforme gráfico abaixo:



Fonte: arquivo pessoal do autor (2018)

No que diz respeito ao nível de interesse de obter mais informações sobre meio ambiente do trabalho e ao uso do espaço público por meio de um aplicativo, os feirantes com faixa etária até 40 anos demonstraram maior interesse em usar essa ferramenta, conforme a tabela a seguir:

QUADRO 3 - Classificação dos feirantes no que diz respeito a obter maiores informações sobre meio ambiente de trabalho e ao uso do espaço público

IDADE	DESEJAM OBTER MAIS INFORMAÇÕES	NÃO POSSUEM INTERESSE EM OBTER MAIS INFORMAÇÕES
ATÉ 40 ANOS DE IDADE	14	10
MAIS DE 40 ANOS	9	24
TOTAL	23	34

Fonte: arquivo pessoal do autor (2018)

5 CONCLUSÃO

Analisar a visão nativa dos feirantes possibilita compreender a sua percepção sobre as condições onde exercem suas atividades laborais e o nível de efetividade do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto na Constituição Federal de 1988, bem como o uso do espaço público na feira móvel e as suas necessidades perante o Estado e a sociedade em geral. Com isso, a esfera pública pode, da melhor maneira possível, realizar diversos projetos voltados às carências desse ambiente, almejando a sadia qualidade de vida

para as pessoas que usam o espaço para sua subsistência, como as que cercam o local. Além disso, faz-se necessária atuação conjunta com a Universidade no que diz respeito à criação de projetos para disseminar o conhecimento acerca do meio ambiente em suas diferentes formas, a fim de que conhecendo a sua realidade, esses feirantes possam reivindicar os seus direitos.

Constatou-se que a necessidade de uma devida atenção a esse espaço está diretamente ligado à dignidade das pessoas que exercem suas atividades no local, que dividem muito mais do que apenas um espaço físico, mais sim, um ambiente onde compartilham experiências, conhecimentos, culturas etc. Sugere-se para as futuras investigações que a qualidade de vida desses comerciantes continue sendo estudada, com o intuito de estabelecer um panorama muito mais amplo sobre o ambiente da feira e a realidade na qual exercem suas atividades.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 19. ed. rev. atual.. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO. 2011.

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito constitucional**. 28. ed. atual. São Paulo: Malheiros Editores. 2013.

BRASIL. LEI Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CARVALHO, Gilmar de. **Bonito pra chover: ensaios sobre a cultura cearense**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23 ed. rev., ampl. e atualizada até 31.12.2009. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2010.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 9. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2007.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 3 ed. ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa:**

planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados.6. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 15. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PADILHA, Norma Sueli. **Do meio ambiente do trabalho equilibrado**. São Paulo: LTr, 2002.

ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO: UM ATO DE AMOR E DE EXTENSÃO!

FARO, S. M. de L.¹, SILVA, M. J. F.², GONÇALVES, B. H.³, SILVA, A.B.F.⁴ & VALLINOTO, I. M.V. C.⁵

¹Graduanda pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: sarahmfaro@gmail.com. ²Médico Graduado pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: marcelloufpa@gmail.com. ³Graduanda pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: gholandabeatriz@gmail.com. ⁴Médica graduada pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: abfavacho@gmail.com. ⁵Docente da Universidade Federal do Pará (UFPA) e orientadora da ação extensionista de mesmo nome. E-mail: ivallinoto@ufpa.br..

DOI: <https://doi.org/10.32356/exta.v2.n18.39759> - Artigo submetido em 28/11/2018

RESUMO

O aleitamento materno é considerado um dos pilares fundamentais para a promoção e para a proteção da saúde das crianças em todo o mundo. Apesar disso, estudos apresentam estatísticas relacionadas à baixa adesão ao aleitamento materno exclusivo (AME). Capacitar estudantes de medicina e de nutrição a informarem gestantes e lactantes, sobre a importância do AME, além de doar potes de leite para o Banco de Leite Humano (BLH). Participaram da capacitação, ministrada por nutricionista, alunos de medicina e de nutrição. As ações ocorreram em unidades de saúde, os voluntários conversaram com as mães sobre os temas e fizeram cadastro das que quisessem ser doadoras de leite. Também foi feita uma gincana

com alunos de segundo a quinto anos de escola de ensino fundamental para arrecadar potes de vidro. Para divulgação do projeto, foi criado um perfil em rede social. As atividades nas unidades de saúde conseguiram 30 novos cadastros ao BLH, mais de 120 potes foram recolhidos e a campanha online obteve 650 seguidores em seu perfil. A capacitação e a atuação dos universitários nas unidades de saúde proporcionou-lhes importante aprendizado. Também, informar todas as gestantes sobre os benefícios e o manejo do aleitamento materno é necessário. O projeto AME mostrou-se exitoso, mesmo com as limitações no método. Dessa forma, os autores consideram o projeto AME importante e sugerem sua replicação em demais realidades.

PALAVRAS-CHAVE: Aleitamento Materno; Banco de Leite Humano; Educação em Saúde.

EXCLUSIVE MATERNAL BREASTFEEDING: AN ACT OF LOVE AND EXTENSION!

ABSTRACT

The breastfeeding is considered one of the fundamental pillars to promotion and protection of the health child around the world; but studies show low adherence to exclusive breastfeeding. To empower the medicine and nutrition students to better inform pregnant and lactation mothers about the importance of exclusive breastfeeding, as well as on the milk donation to the Human Milk Bank. Medicine and nutrition students participated in the training, taught by nutritionist. The actions took place in health facilities, where the volunteers talked with their mothers about the themes and registered those who manifested wish of being milk donors. A gymkhana was made with second to fifth year students of elementary school to

raise glass jar. For Project disclosure, was created a profile on social network. The activities on health units got 30 new registers on human milk bank, more than 120 jars were collected and the online campaign got 650 followers in its profile. The empowerment and the college students acting on health units provided them important knowledge. Moreover, to inform all the pregnant about the benefits and the management to breastfeeding is necessary. The Exclusive Breastfeeding Project proved successful, even with the method limitations. Thus, the authors considered important the Project and suggest their replication in other realities.

KEYWORDS: Breastfeeding; Milk Bank; Health Education.

INTRODUÇÃO

O aleitamento materno é considerado um dos pilares fundamentais para a promoção e para a proteção da saúde das crianças em todo o mundo. A amamentação no seio materno deve começar cedo, ser exclusiva até os 6 meses de idade e ser mantida como complemento alimentar nos 2 primeiros anos de vida da criança, devido aos seus benefícios nutricionais, imunológicos, cognitivos e sociais. Apesar disso, estudos apresentam estatísticas preocupantes relacionadas à baixa adesão ao aleitamento materno, especialmente, o exclusivo, mesmo sendo uma recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) (VICTORA, 2016).

O aleitamento materno não é importante apenas por ser um alimento rico em nutrientes que a criança precisa, mas, também, por ser rico em anticorpos, protegendo a criança de diversas doenças, como diarreia, infecções respiratórias, alergias. Também diminui o risco de hipertensão, colesterol alto, diabetes e obesidade (BRASIL, 2018). A OMS e o Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef) mostram que cerca de seis milhões de crianças estão sendo salvas da mortalidade infantil, por ano, por conta do aumento das taxas de amamentação exclusiva, principalmente as de menor nível socioeconômico, as quais possuem maior risco de morrer no primeiro ano de vida. Nenhuma outra estratégia isolada possui a mesma eficácia na redução das mortes de crianças menores de cinco anos (BRASIL, 2009).

A amamentação estimula uma ligação entre mãe e filho, por propiciar um contato mais profundo. O ato da sucção, também, ajuda no desenvolvimento da face, da fala e de boa respiração na criança, por propiciar uma melhor conformação do palato duro, o qual é fundamental para o alinhamento correto dos dentes e da boa oclusão dentária. Evidências também mostram que o aleitamento materno contribui para o desenvolvimento cognitivo (BRASIL, 2009). Fonseca et al (2013) mostraram que componentes lipídicos importantes para o desenvolvimento das membranas celulares, principalmente das células do sistema nervoso central, as quais rapidamente se mielinizam nos primeiros dois anos de vida, estão presentes no leite materno.

As ações sobre a importância do aleitamento são essenciais, visto que as mães e os familiares ainda possuem muitas dúvidas. É comum ouvirmos mães ou acompanhantes falarem que o “leite é fraco” por conta do choro infantil, quando, muitas vezes, são pequenos detalhes que precisam ser ajustados na pega ou então o choro não tem a ver com a alimentação da criança. O Caderno da Atenção Básica de 2009 mostra que a promoção da amamentação na gestação possui um impacto positivo na prevalência do aleitamento materno, principalmente entre as primíparas. A sensibilização da importância do aleitamento já deve ser feito nas

consultas de pré-natal. Ademais, a promoção de atividades de educação em saúde sobre o aleitamento materno, ajuda na difusão do conhecimento tanto para a família da criança como para toda a comunidade no qual o profissional está inserido.

Dessa forma, o trabalho visou capacitar estudantes de medicina e de nutrição para que estejam aptos a desenvolverem as atividades do Projeto de Aleitamento Materno Exclusivo (AME), organizado por estudantes de medicina da Universidade Federal do Pará (UFPA). Ademais, o projeto também teve como fim compartilhar informações para as gestantes e lactantes sobre a importância e os benefícios do Aleitamento Materno Exclusivo (AME), além de ensinar sobre a técnica correta da pega ao seio e sobre as propriedades do leite materno, por meio de atividades desenvolvidas em unidades de atenção primária e secundária à saúde. Além disso, as ações desenvolvidas, também, tiveram como intuito a doação de potes de leite para o Banco de Leite Humano (BLH) da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMP) para o uso em neonatos e em lactentes que não podem ser amamentados com o leite das mães devido a alguma contra indicação. Também foi objetivo do projeto a sensibilização dos alunos de ensino fundamental sobre a temática em questão e sobre verminoses, com intuito de que se tornassem disseminadores do que aprenderam.

MATERIAIS E MÉTODOS

O tipo de estudo desenvolvido foi transversal, descritivo e qualitativo. O ambiente de realização do projeto englobou a Faculdade de Medicina da UFPA (FAMED UFPA), a Unidade Básica de Saúde (UBS) do Guamá, a Unidade de Referência Materno Infantil e do Adolescente (UREMIA), a Escola Estadual de Ensino Fundamental Rui Barbosa (EEEFRB) e a Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMP). A divulgação do projeto foi realizada por meio do Instagram®, da IFMSA Brazil UFPA, parceira do projeto, e do Projeto AME, sendo o último um perfil criado exclusivamente para divulgação da ação.

A população englobada no projeto foram os estudantes de medicina e de nutrição que participaram do projeto, as grávidas e lactantes abordadas durante a ação, os alunos de ensino fundamental que participaram da dinâmica e os seguidores do perfil criado no Instagram®. Os públicos alvos da atividade foram as grávidas e lactantes.

O projeto ocorreu entre trinta de julho de 2015 até trinta e um de agosto de 2015 e contou com as seguintes etapas: reunião de organização do projeto, divulgação deste em rede social, capacitação dos estudantes sobre a temática, sensibilização das mulheres sobre AME e doação

de leite materno em unidades de saúde, gincana para arrecadação de potes de leite em escola de ensino fundamental e doação dos potes arrecadados para o banco de leite da FSCMP. Os recursos utilizados foram os dos idealizadores do projeto. Os materiais adquiridos foram para a realização da atividade na escola, sendo eles cartazes de quatro cores, giz, dado, papel cartão, balões, papéis e impressão nos papéis.

Não houve método padrão de avaliação de impacto do projeto, sendo a avaliação realizada por meio dos números brutos conseguidos por número de potes de leite arrecadados, pelo número de novas doadoras cadastradas no BLH e pelo número de seguidores na rede social.

RESULTADOS

Após levantamento bibliográfico sobre o tema, cinco alunos de medicina filiados à Federação Internacional das Associações dos Estudantes de Medicina do Brasil Comitê Local da UFPA (IFMSA Brazil UFPA), coordenadores da atividade, reuniram-se com a professora e orientadora do projeto na Faculdade de Medicina (FAMED) da UFPA, no dia trinta de junho de 2015, a fim de elaborarem, conjuntamente, a atividade. Na reunião, decidiu-se que o Projeto AME ocorreria em etapas, sendo elas, capacitação dos estudantes; informação da população sobre amamentação em unidades de saúde; gincana em escola para arrecadação de potes de leite e entrega destes ao BLH.

Em seguida, houve divulgação do projeto na rede social, Instagram®, da IFMSA Brazil UFPA e do Projeto AME, sendo o último um perfil criado exclusivamente para divulgação da ação. A arte postada continha um convite aos estudantes de medicina e de nutrição a participarem da capacitação teórico-prática sobre o tema, assim como das demais atividades idealizadas. As datas e os locais de cada uma das ações estavam explícitos na arte. Havia, também, o pedido de doação de potes de vidro com tampa de plástico, assim como os contatos pelos quais as pessoas poderiam falar com coordenadores da ação para que os mesmos fossem buscar os potes. A arrecadação, também, ocorreu na escola em que o projeto foi realizado, por meio da doação dos alunos como parte da gincana. O perfil do projeto AME recebeu 650 seguidores em duas semanas e teve um alcance tão grande que os coordenadores foram convidados a divulgar a ação em um programa de televisão local.

Participaram da capacitação quatorze alunos de medicina da UFPA e seis de nutrição, sendo os últimos vindos de três instituições de ensino superior presentes em Belém do Pará. Ela aconteceu dia trinta de julho de 2015 na FAMED UFPA e foi ministrada por uma nutricionista.

Ela instruiu os alunos sobre a importância da amamentação materna exclusiva durante os seis primeiros meses de vida da criança, informou acerca dos tipos de aleitamento materno, acerca da duração da amamentação, sobre a produção de leite, suas características e funções e, também, acerca da técnica adequada de amamentação. Além disso, falou-se sobre os aconselhamentos que devem ser dados para as mães desde o pré-natal até o retorno dela para o trabalho, como métodos de ordenha e de conservação do leite. Indicações e contra indicações do aleitamento foram faladas. Também foi frisado o manejo de situações especiais e eventuais problemas relacionados à amamentação, como mastite, por exemplo.

Nos dias três, quatro, cinco e seis de agosto de 2015 foram realizadas as ações de sensibilização na Unidade Básica de Saúde (UBS) do Guamá e na Unidade de Referência Materno Infantil e do Adolescente (UREMIA). Previamente aos dias das ações, ocorreu uma reunião com cada diretor de cada unidade a fim de explicar o intuito da atividade e obter aval para sua realização. Nesses dias, os acadêmicos abordaram grávidas e mães que estavam presentes nas unidades, de maneira individual, onde um acadêmico falava com uma mãe. Os temas abordados foram os mesmos da capacitação, mas com linguagem mais clara e objetiva, focando na importância do AME e ressaltando a importância da doação de leite materno para os centros de arrecadação de leite. Houve um momento de esclarecimento das dúvidas das mulheres. Ao final da conversa, foi feito o cadastro das mulheres que se dispuseram a serem doadoras de leite para o banco de leite da FSCMP. Tal atividade sensibilizou gestantes e lactantes.

A próxima etapa do projeto foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental Rui Barbosa (EEFRB), tendo ocorrido o aval prévio da diretora para realização da ação. No dia sete de agosto de 2015, os coordenadores foram à escola e informaram, de turma em turma, que no dia vinte e um de agosto, dia da ação, haveria uma competição entre as salas. Participariam da competição os alunos dos segundo ao quinto anos do ensino fundamental. Nela, seriam contabilizados pontos tanto da gincana a ser realizada quanto da pontuação referente à quantidade de potes de armazenamento de leite arrecadados por cada turma.

No dia marcado, os alunos de ensino fundamental foram divididos por turma, contabilizando quatro equipes no total. A gincana aconteceu na quadra da escola, a qual foi dividida em quatro estações nas quais havia rodízio entre as equipes, sendo que cada uma correspondia a uma cor, sendo elas azul, rosa, vermelho e verde. A primeira parte da gincana começou com explicação para todas as equipes acerca de verminoses, tanto sobre agentes

etiológicos, como métodos de transmissão, sintomas, tratamento e prevenção, explicados por um dos universitários, de maneira direcionada para as crianças, usando linguagem adequada. Em seguida, os alunos foram divididos nas suas determinadas equipes e cada uma recebeu um cartaz ilustrado com imagens representativas das doenças e cada criança falava sobre o que se lembrava da explicação e completava abaixo. A equipe que mais se lembrou da explicação, ganhou um ponto.

A segunda dinâmica foi a do tabuleiro de giz desenhado no chão. Cada equipe escolheu um representante e este jogava um dado para saber quantas casas iria avançar. Chegando à casa respectiva ao número do dado, o monitor lia uma frase do cartão a qual continha incentivo para que as crianças realizassem prevenção adequada das doenças, como “Parabéns, você sempre lava as mãos antes das refeições”. “Avance uma casa” e “Eita! Um verme na sua barriguinha está lhe causando enjoos e perda de peso. Volte duas casas”. Pontuava na atividade o representante da equipe que conseguisse chegar, por primeiro, no décimo quadrado do tabuleiro.

Outra dinâmica foi a das frases escondidas no balão. Todos os alunos foram divididos em suas respectivas equipes e os alunos de cada equipe foram colocados em fila indiana em um lado da quadra enquanto, do lado oposto, havia balões no chão. Em cada um havia uma frase diferente, relacionadas a bons e a maus hábitos de higiene. Quando o monitor dava o comando, o primeiro da fila corria para buscar um balão e corria de volta para entregar o balão para ser estourado na frente do monitor, o qual lia a frase e pontuava as que fossem relacionadas a bons hábitos. A equipe que pontuava era a que conseguisse chegar a cinco frases de bons hábitos primeiro que as outras.

A quarta atividade realizada foi o jogo da memória, no qual um representante de cada equipe deveria relacionar cada figura representativa de algum sintoma à carta em que estava a forma de prevenção da doença. Por exemplo, a carta de “náusea” se relacionava com a carta de “lavar bem os alimentos”, pois era representativa de verminoses. Pontuava a equipe que conseguisse acertar mais pares. Ao final das estações, foram contabilizados os pontos de cada equipe na gincana, juntamente com os pontos referentes à quantidade de potes de viro arrecadados, sendo que cada pote correspondia a um ponto. A equipe vencedora foi a que obteve mais pontos. No que tange à participação do projeto na escola de ensino fundamental, o projeto teve grande valia à medida que promoveu educação em saúde, de forma lúdica e interativa, a respeito das doenças comuns da infância, contribuindo para o crescimento saudável destas.

A última etapa do projeto foi no dia 31 de agosto de 2015 com a entrega dos potes de leite, arrecadados tanto na gincana na escola como pelos coordenadores e participantes da ação na faculdade, para o BLH da FSCMP, ajudando, assim, a maternidade e várias famílias.

Quanto às doações de leite e de potes de vidro, o êxito é notado nos mais de 30 novos cadastros no banco de doações e nos mais de 120 potes recolhidos, dentre gincana na escola e arrecadação pela divulgação em geral. Neste sentido, a campanha online foi muito abrangente e teve grande participação, revelando que a utilização das redes sociais neste tipo de projeto traz grande benefício, pois é capaz de abranger um público diverso e amplo, que talvez não fosse alcançado sem tal recurso. Sua participação expressiva pôde ser notada na quantidade de seguidores em seu perfil no Instagram®.

Quanto aos acadêmicos dos cursos de medicina e de nutrição participantes, o Projeto AME atuou como amplo cenário de prática clínica, sobretudo no que diz respeito à construção da relação médico-paciente, tendo em vista que propiciou a necessidade de comunicação com públicos muito diversos, desde gestantes e puérperas, até à faixa etária pediátrica, revelando-se como boa oportunidade de promoção da educação profissional em saúde. Além disso, também fomentou as habilidades de comunicação com a comunidade, tanto de forma direta para arrecadação dos potes de leite, quanto pela gestão de marketing em redes sociais para divulgação do projeto bem como a articulação com gestores de sistemas de saúde nos diversos níveis hierárquicos.

DISCUSSÃO

A capacitação e a atuação dos universitários nas unidades de saúde, locais de prática clínica das universidades, e o contato maior com a comunidade que atendem, por meio da abordagem individual às mulheres, proporcionou-lhes importante aprendizado. É o que Costa e Silva et al (2011) corroboram, ao afirmarem que atividades de extensão possibilitam a articulação dos conteúdos, criando oportunidades para desenvolvimento de habilidades de trabalho em equipe, além de desenvolver e fortalecer o compromisso social e ético. Além disso, a extensão universitária, também, visa à socialização de conhecimentos obtidos em sala de aula com a comunidade, assim como o aprofundamento de conhecimentos teóricos sobre uma determinada área profissional (COSTA E SILVA, 2011; SANTOS, 2012).

Também é importante lembrar que uns dos Dez Passos para o sucesso no Aleitamento Materno é informar todas as gestantes sobre os benefícios e o manejo do aleitamento materno

e mostrar às mães como amamentar e como manter a lactação, mesmo se vierem a ser separadas dos filhos (SILVA et al, 2017; BRASIL, 2017). Pereira et al (2010) mostraram, em seu estudo sobre fatores associados ao AME na atenção básica, que as ações de promoção, de proteção e de apoio à amamentação que se mostraram associadas ao aleitamento materno exclusivo foram: ter sido falado sobre amamentação em grupo na unidade de saúde que a mãe frequenta e ter recebido alguma orientação sobre amamentação, como mostrar a técnica correta de amamentação. Tais ações foram abordadas no projeto, principalmente com as lactantes que estavam com seus filhos na hora da abordagem e, com as grávidas fez-se a orientação cabível.

Vale ressaltar que, segundo Galvão et al (2006), em sua pesquisa sobre os motivos de doação de leite das mulheres cadastradas no BLH de uma maternidade pública em Fortaleza-CE, a maioria das nutrízes só tomaram conhecimento da existência de BLH no período pré-natal ou no pós parto, sendo que a maioria começou a doar não necessariamente pelos objetivos inerentes dos bancos de leite, pois elas não tinham essa informação, mas sim por conta de ingurgitamento mamário. No trabalho de Neves et al (2011) com puérperas internadas no alojamento conjunto, gestantes do pré-natal e doadoras cadastradas no BLH, mesmo 52% das mulheres entrevistadas conhecendo o BLH, 61% não conheciam, de fato, o trabalho prestado e 21% não doariam leite por falta de informação. As participantes deram como sugestões para aumentar o alcance das informações do BLH a maior divulgação dos serviços prestados e também falar mais sobre o assunto nas UBS. Dessa forma, pode-se perceber que as ações realizadas pelo projeto AME estão em consonância com as expectativas das mulheres e se mostram necessárias para o aumento da divulgação dos objetivos do BLH.

Em relação aos alunos de ensino fundamental, o trabalho de Fujimori et al (2008) mostrou que, mesmo que 96% dos alunos que pretendem ter filhos querem que eles sejam amamentados, apenas 29,3% sabiam que o leite humano contém todos os nutrientes que os bebês precisam. Tal disparidade corrobora com a ideia de tentar ensinar desde cedo as crianças sobre os benefícios do leite materno. Além disso, informar sobre verminoses e seus métodos de contágio e de prevenção também é bastante importante, como relatado por Boeira et al (2010) em seu estudo com crianças de ensino fundamental, no qual a taxa de infecção antes das atividades lúdicas era de 36,8% e, após as atividades, tiveram nível de reinfecção de 13,04%, mostrando a importância do esclarecimento de informações para crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto AME mostrou-se exitoso no que se propôs a fazer, visto que capacitou os universitários a disseminarem informações sobre o tema com gestantes e lactantes. Tal abordagem se mostrou eficaz, pois, elucidou a importância desse ato não apenas como altruísmo, mas como algo benéfico à saúde da mãe e das crianças, resultando em novas doadoras de leite cadastradas ao BLH, como também, o alcance da divulgação do projeto ao proporcionar a doação de potes de leite para a maternidade. Ademais, a abordagem lúdica da gincana caracterizou-se como um método de promoção da saúde ao informar sobre verminoses comuns da infância, contribuindo para o crescimento saudável das crianças, além de sensibilizar sobre o aleitamento materno exclusivo e a doação de leite, por meio da competição.

Além disso, vale ressaltar que houve limitações no método, como a não documentação da quantidade exata de mulheres abordadas pelos participantes nos dias de realização da ação, assim como a falta de documentação da quantidade exata de crianças que participaram da gincana. Também é importante frisar a falta de um método formal de avaliação de impacto da atividade, tanto em relação aos universitários que participaram, quanto em relação às mulheres abordadas. Vale lembrar que não foi realizada uma capacitação prévia dos universitários sobre os temas tratados na gincana, visto que se considerou que eles possuíam tal conhecimento prévio. Dessa forma, os autores consideram o projeto AME importante e sugerem sua replicação em demais realidades, com as adaptações pertinentes realizadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Bases para a discussão da Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno**. Brasília, Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/bases_discussao_politica_aleitamento_materno.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: aleitamento materno**. Brasília: MS, 2018. Disponível em:

<<http://portalms.saude.gov.br/saude-para-voce/saude-da-crianca/aleitamento-materno>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

BOEIRA, V. L.; GONÇALVES, P. A. R. R.; MORAIS, F. G.; SCHAEGLER, V. M. Educação em saúde como instrumento de controle de parasitoses intestinais em crianças. **Revista Varia Scientia**, v.09 , n.15, p. 35-43, 2010. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/variascientia/article/view/3917/3032>>. Acesso em: 30 dez.2019.

COSTA, A.; SILVA, P. B. **Extensão universitária brasileira**: possibilidades, limitações e desafios. São Paulo: Nelpa, 2011

FONSECA, A. L. M.; ALBERNAZ, E. P.; KAUFMANN, C. C.; NEVES, I. H.; FIGUEIREDO, V. L. M. Impacto do aleitamento materno no coeficiente de inteligência de crianças de oito anos de idade. **J. Pediatr. (Rio J.)**, Porto Alegre, v. 89, n. 4, p. 346-353, aug. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572013000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 dez. 2019.

FUJIMORI, M.; MORAIS, T. C.; FRANÇA, E. L.; DE TOLEDO, O. R.; HONÓRIO-FRANÇA, A. C. Percepção de estudantes do ensino fundamental quanto ao aleitamento materno e a influência da realização de palestras de educação em saúde. **J. Pediatr. (Rio J.)**, Porto Alegre, v. 84, n. 3, p. 224-231, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572008000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 dez. 2019.

GALVÃO, M. T. G; VASCONCELOS, S. G.; PAIVA, S. S. Mulheres Doadoras de Leite Humano. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 157-161, jun. 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002006000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 dez. 2019.

NEVES, L. S.; SÁ, M. V. S.; MATTAR, M. J. G.; GALISA, M. S. Doação de leite humano: dificuldades e fatores limitantes. **O Mundo da Saúde**, São Paulo; v. 35, n. 2, p. 156-161, 2011. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/doacao_leite_humano_dificuldades%20e%20fatores%20limitantes.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2019.

PEREIRA, R. S. V.; OLIVEIRA, M. I. C.; ANDRADE, C. L. T.; BRITO, A. S. Fatores associados ao aleitamento materno exclusivo: o papel do cuidado na atenção básica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 12, p. 2343-2354, dez 2010. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/csp/2010.v26n12/2343-2354/pt>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

SANTOS, M. P. Extensão universitária: espaço de aprendizagem profissional e suas relações com o ensino e a pesquisa na educação superior. **Revista Conexão UEPG**, v. 8, n. 2, p. 154-163, jul/dec. 2012. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, Brasil. Disponível em: Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514151728002>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

SILVA, C. M.; PELLEGRINELLI, A. L. R.; PEREIRA, S. C. L.; PASSOS, I. R.; SANTOS, L. C. Práticas educativas segundo os “Dez passos para o sucesso do aleitamento materno” em

um Banco de Leite Humano. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 22, núm. 5, p. 1661-1671, 2017. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v22n5/1413-8123-csc-22-05-1661.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2019.

VICTORA, C.; BAHL, R.; BARROS, A.; FRANCA, G.V.A; HORTON, S.; KRASEVEC, J.; MURCH, S.; SANKAR, M. J.; WALKER, N.; ROLLINS, N. C. Breastfeeding in the 21st Century: Epidemiology, Mechanisms and Lifelong Effect. **The Lancet**, v. 387, n. 10017, p. 475-490, 2016. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(15\)01024-7/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(15)01024-7/fulltext)>. Acesso em: 30 dez. 2019.

CUIDADO EDUCATIVO COM DIABÉTICOS INSULINODEPENDENTES: POSSIBILIDADES TERAPÊUTICAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

CARDOSO, E. L. S.¹; TAVARES, B. L. O.²; BARROS, I. N. M.³; SANTOS, E. F. A.⁴ & PONTES, A. R. B.⁵

¹Bolsista e graduando em Enfermagem pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: ebersonluan@gmail.com; ²Bolsista e graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: brunalotavares@hotmail.com; ³Voluntária e graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: ingridnicollebarros@gmail.com; ⁴Enfermeira Assistencial, Especialista em Regulação em Saúde, Unidade Municipal de Saúde do Guamá, Secretaria Municipal de Saúde de Belém – PA. E-mail: edenilzasantos66@yahoo.com.br; ⁵Enfermeira, Doutora em Patologia de Doenças Tropicais, Docente Adjunta da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal do Pará, Coordenadora do Projeto de Extensão. E-mail: anapontes@ufpa.br.

DOI: <https://doi.org/10.32356/exta.v2.n18.33928> - Artigo submetido em 15/10/2018

RESUMO

Este estudo visa descrever as experiências extensionistas de acadêmicos de Enfermagem na promoção do autocuidado e prevenção de agravos em usuários diabéticos insulino-dependentes, através da utilização de estratégias educativas em saúde em grupo e individuais, visando a realização da técnica correta de auto-aplicação da insulina e o controle glicêmico adequado. Dessa maneira, as estratégias metodológicas utilizadas foram: ações de cuidado educativo em grupo, através da abordagem de temáticas voltadas para o autocuidado em diabetes, em especial autoadministração de insulina, realizadas com o auxílio de tecnologias leve-duras em saúde; e consultas de enfermagem individuais para educação em saúde dos usuários, com o enfoque em enfrentamento das principais dificuldades na aderência à terapia insulínica e capacitação para

autoadministração da insulina subcutânea. O desenvolvimento das atividades proporcionou maiores conhecimentos sobre a realidade dos usuários insulino-dependentes, a percepção das dificuldades frente à terapêutica, bem como reafirmou a importância da assistência de enfermagem, com ênfase no autocuidado, como uma alternativa encontrada para viabilizar a adesão ao tratamento, melhorar a qualidade de vida e reduzir os elevados encargos à família, à sociedade e ao sistema público de saúde. A vivência destacou ainda a educação terapêutica como sendo essencial na atenção primária para informar, motivar e fortalecer a pessoa e a família, cabendo aos profissionais de saúde, especialmente os enfermeiros, a adoção de atividades educativas como reforço aos programas de atenção integral em saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Saúde. Diabetes Mellitus. Assistência de Enfermagem.

EDUCATIONAL CARE WITH INSULINODEPENDENT DIABETICS: THERAPEUTIC POSSIBILITIES IN PRIMARY HEALTH CARE

ABSTRACT

This study aims to describe extensionist experiences of nursing students in the promotion of self-care and prevention of diseases in insulin-dependent diabetic patients, through the use of group and individual health education strategies, aiming at the correct technique of self-application of insulin and adequate glycemic control. In this way, the methodological strategies used were: group educational care actions, through the approach of the themes focused on self-care in diabetes, in particular self-administration of insulin, performed with the help of mild-to-health technologies; and individual nursing consultations for health education of the users, with a focus on coping with the main difficulties in adherence to insulin therapy and training in self-administration of

subcutaneous insulin. The development of activities provided greater insight into the reality of insulin-dependent users, the perception of difficulties with therapy, and reaffirmed the importance of nursing care, with emphasis on self-care, as an alternative found to enable adherence to treatment, quality of life and reduce the high burden on the family, society and the public health system. The experience also highlighted therapeutic education as essential in primary care to inform, motivate and strengthen the person and the family, and it is up to health professionals, especially nurses, to adopt educational activities to reinforce comprehensive health care programs.

KEYWORDS: Health Education. Diabetes Mellitus. Nursing Care

INTRODUÇÃO

O diabetes mellitus (DM) é uma doença de características progressivas e crônicas que requer contínua atenção e acompanhamento da equipe multiprofissional de saúde, bem como o investimento em programas eficazes e viáveis com enfoque em estratégias educativas em saúde, visando diminuir as complicações crônicas, estimular a aderência ao tratamento e aumentar a qualidade de vida dos usuários que convivem com a doença (GUIDONI et al., 2009).

Devido a possibilidade de levar a complicações agudas e crônicas, o diabetes mellitus requer uma terapia onde sejam empregados antidiabéticos orais, bem como insulina, rotina em casos de DM tipo 1 e recentemente utilizada no DM tipo 2 (SBEM; ABRAN, 2011). Para tanto, a diminuição das chances de complicações e controle da glicemia é alcançada com diárias doses de insulina (STACCIARINI; PACE; HAAS, 2009).

A lei federal nº 11.347 assegura a distribuição gratuita de materiais utilizados tanto na auto aplicação de insulina, quanto no controle de glicemia, por entidades do governo desde 2006, mas só isso não basta para o sucesso do tratamento e prevenção de agravos. Usuários abandonam o tratamento por muitas vezes não saberem lidar com procedimentos invasivos, não saberem empregar técnicas corretas de administração do medicamento e desconhecerem os múltiplos locais alvos de aplicação. São nestas lacunas que atividades educativas agem, pois estimulam o sujeito a trabalhar como autônomo e responsável de seu estado de saúde através do conhecimento (BARROS; SOUZA, 2011).

Com o intuito de intervir na realidade de usuários diabéticos que realizam o tratamento em domicílio, o projeto de extensão “Promoção de saberes sobre a insulino terapia subcutânea aos pacientes diabéticos da UBS do Guamá”, da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Pará (PROEX-UFPA), do qual este trabalho é fruto, desenvolve na comunidade atividades de educação em saúde e proporciona espaços de discussão, especialmente aos que são atendidos na atenção primária em saúde. O planejamento das atividades se deu a partir de conhecimento prévio da realidade a qual os usuários viviam, com destaque para suas dúvidas e angústias com posterior elaboração de medidas interventivas.

Partindo disso, o objetivo do presente estudo é descrever a experiência de discentes do curso de Enfermagem na promoção do autocuidado e prevenção de agravos de usuários diabéticos insulino dependentes, através da utilização de estratégias educativas em saúde em grupo e individual.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM DIABETES

A educação em saúde voltada para o diabetes, por esta ser uma doença de complexo tratamento, requer adoção de abordagens inovadoras, fugindo do padrão tradicional centrado na doença, onde os usuários acabam se tornando meros depósitos dos conhecimentos dos profissionais de saúde. Para que este cenário mude devem ser evidenciados o estímulo ao desenvolvimento de habilidades e protagonismo da sua própria saúde, bem como o pensamento crítico e tomada consciente de decisões (CYRINO; SCHRAIBER; TEIXEIRA, 2009).

Dessa maneira, para que as intervenções junto aos usuários com diabetes sejam verdadeiramente educativas, estas devem olhar o indivíduo como ser social, problematizando o cotidiano do mesmo e valorizando as experiências que estes trazem, assim como as diferentes realidades onde estão inseridos. Além do exposto, é essencial considerar o nível de habilidade do usuário para se ajudar, bem como o contexto familiar e comunitário, fatores esses que influenciam diretamente nas práticas de autocuidado requeridas (COSTA, 2014).

No que se refere às práticas assistenciais na atenção primária em saúde, o enfermeiro se destaca como um profissional fundamental da equipe, lançando mão das estratégias de educação em saúde, individuais e coletivas, como atividades inerentes à sua atuação. Dentre as ferramentas utilizadas privativamente pelos enfermeiros para cuidado educativo individual em saúde, além de cuidados específicos, destacamos a consulta de enfermagem, por meio da qual é possível a identificação das respostas do indivíduo, família e comunidade, garantindo a implementação de cuidados individualizados e uma assistência de qualidade, visando a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde do indivíduo com diabetes (COFEN, 2009).

A possibilidade de trabalho com grupos de usuários na atenção primária também é uma alternativa para as práticas assistenciais da equipe de saúde, permitindo a valorização e troca dos diversos saberes e a possibilidade de intervir criativamente no processo saúde-doença de cada pessoa, bem como auxiliar na promoção da compreensão de situações enfrentadas pelo indivíduo (DIAS; SILVEIRA; WITT, 2009). Se faz imprescindível, portanto, que os profissionais da saúde discutam e aprendam como proceder o trabalho com grupos, uma vez que esta modalidade de atenção coletiva está sendo adotada com frequência como prática educativa e preventiva (MENEZES; AVELINO, 2016).

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, exploratório, de abordagem qualitativa, do tipo relato de experiências, desenvolvido no decorrer das atividades extensionistas do projeto anteriormente citado, durante os meses de agosto de 2017 a julho de 2018. O projeto, em sua primeira versão, conta com uma equipe formada por duas enfermeiras docentes e uma assistencial, além de bolsistas e voluntários do curso de graduação em enfermagem.

As atividades foram direcionadas e realizadas junto aos usuários diabéticos do tipo 2 que utilizavam a insulinoterapia como terapia complementar para controle do diabetes, inseridos no Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Diabéticos e Hipertensos (HIPERDIA) de uma unidade básica de saúde do município de Belém – PA, sendo contemplados, até o mês de julho/2018, um quantitativo de 42 usuários. Os encontros aconteciam em salas reservadas no Laboratório de Habilidades Humanas (LHH/UFPA), anexo da Unidade de Saúde do Guamá, Belém, Pará, em caráter quinzenal, após os convites para os encontros terem sido efetuados antecipadamente via ligação telefônica.

As estratégias metodológicas utilizadas foram:

- a) *Ações de cuidado educativo em grupo*, através da abordagem de temáticas voltadas para o autocuidado em diabetes, em especial autoadministração de insulina, realizadas com o auxílio de tecnologias leve-duras em saúde; e
- b) *Consultas de enfermagem individuais* para educação em saúde individual dos usuários, com o enfoque no enfrentamento das principais dificuldades na adesão à terapia insulínica e na capacitação para autoadministração da insulina subcutânea em domicílio.

As experiências foram registradas por meio de observação e anotações feitas pelos acadêmicos, responsáveis pela condução dos encontros, dinâmicas, tecnologias educativas e da avaliação do entendimento dos usuários.

Os materiais utilizados para a realização das ações foram inteiramente de autoria e confecção dos acadêmicos (com exceção dos insumos), sendo estes moldados para contemplar temáticas indispensáveis do DM e da terapêutica insulínica, dentre as quais podemos citar: O que é diabetes?; Sinais e sintomas do diabetes; Como prevenir agravos relacionados ao diabetes; Adesão ao tratamento; Insulinoterapia (técnica de administração subcutânea, principais áreas de aplicação, importância do rodízio terapêutico e descarte adequado dos insumos) e verificação glicêmica. Dentre os materiais produzidos podemos citar:

- a) **Flipcharts**, enfatizando os principais conceitos a partir de palavras e imagens chaves direcionadas para o tratamento, utilizado para deter a atenção dos usuários, facilitar a exposição da temática e auxiliar no processo avaliativo ao final das ações (Figura 1);

FIGURA 1 – *Flipcharts* utilizados para auxílio da exposição das temáticas



FONTE: Os autores (2018)

- b) **Jogo de Mitos & Verdades** sobre a insulinoterapia, com a utilização de placas-respostas, por meio do qual era oportunizado aos usuários a desmistificação de crenças sobre a doença e a terapêutica, bem como manifestação de suas dúvidas. Representava também um momento de avaliação do método empregado (Figura 2);

FIGURA 2 – Placas-respostas utilizadas no jogo Mitos & Verdades sobre a insulinoterapia



FONTE: Os autores (2018)

- c) **Boneco de pano**, tecnologia em saúde desenvolvida para evidenciar as principais áreas do corpo onde é possível proceder a técnica da autoadministração de insulina

subcutânea, sendo este de grande relevância no momento prático ofertado aos usuários (Figura 3).

FIGURA 3 - Boneco de pano para demonstração de áreas de auto-aplicação da insulina



FONTE: Os autores (2018)

- d) **Cartilha instrucional** desenvolvida com orientações básicas sobre diabetes e insulinoterapia, evidenciando aspectos indispensáveis sobre a técnica de administração subcutânea, rodízio de aplicações e monitorização glicêmica, com espaços para anotações importantes, como valores glicêmicos; e
- e) **Insumos** utilizados na auto-aplicação para um momento prático, tais como agulhas e seringas próprias para administração subcutânea, aparelho de monitorização dos níveis glicêmicos (glicosímetro).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Estratégias de educação em saúde individual e em grupo: relato das experiências

Ações de cuidado educativo em grupo

Os grupos eram formados por 5 usuários, em média, que participavam das atividades propostas pela equipe do projeto durante uma hora e meia. Em todos os encontros, os acadêmicos de Enfermagem conduziam os processos, supervisionados por uma enfermeira-docente responsável pelo projeto. Para iniciar as atividades durante os encontros, optou-se pela utilização de dinâmicas de acolhimento e apresentação, seguidos de uma conversa informal para o estímulo ao envolvimento e participação dos usuários.

O método de abordagem escolhido para atuar junto aos usuários participantes foi baseado na utilização de tecnologias leve-duras em saúde, voltadas para a promoção do autocuidado e protagonismo dos usuários no que diz respeito à sua própria saúde, oportunizando um espaço dialógico de compartilhamento de dúvidas e questionamentos sobre a autoadministração de insulina subcutânea, a troca de experiências sobre esta modalidade de tratamento e a exposição dos principais obstáculos encontrados para o tratamento insulínico.

As atividades tiveram como moldes os preceitos da metodologia ativa, a qual considera como viáveis novas formas de ensino-aprendizagem e de organização curricular na perspectiva de integrar teoria-prática, ensino-serviço, as disciplinas e as diferentes profissões da área da saúde (MITRE et al., 2008), além de buscar desenvolver a capacidade de reflexão sobre problemas reais e a formulação de ações originais e criativas capazes de transformar a realidade social.

A questão preponderante para a escolha do método de abordagem aos usuários foi a possibilidade de fuga do padrão tradicional com o qual a educação em saúde é trabalhada na atenção primária. Durante o contato com os usuários, procurou-se utilizar de uma linguagem de fácil compreensão, clara e objetiva, com palavras que faziam parte do cotidiano dos mesmos. Os acadêmicos, nesse momento, assumiram um papel de direcionadores e facilitadores das temáticas abordadas nas ações, intervindo com esclarecimentos e orientações, caso fossem necessários.

Os principais direcionamentos voltaram-se para o entendimento facilitado sobre a doença, considerações a respeito da autoadministração da insulina e monitorização dos níveis glicêmicos.

Consultas de enfermagem individuais

As consultas individuais foram realizadas com usuários que iniciaram o tratamento com insulina durante a vigência do projeto e com indivíduos triados a partir das orientações feitas em grupo, aqueles em que se percebeu a necessidade de uma atenção individualizada. Cada

consulta tinha duração média de uma hora, durante as quais foram aferidos sinais vitais, medidas antropométricas e glicemia capilar.

A consulta direcionou-se em enfatizar pontos principais relacionados à doença, contemplando dieta e prática de exercícios físicos; conceito, importância de conhecer todas as áreas de aplicação, melhor forma de desprezar o que foi utilizado, modos de administração e possíveis efeitos adversos do uso da insulina; bem como a verificação diária de níveis de glicemia.

De início foi realizada uma conversa de caráter informal entre os participantes do projeto e usuários, para fins de conhecimento e posterior adequação de orientações, partindo do que estes já conheciam e abordando o que precisava ser apresentado e/ou reiterado. Para este fim os extensionistas atentaram previamente para os determinantes socioeconômicos, culturais e clínicos dos usuários, o que impulsionou a utilização de linguagem acessível buscando integral entendimento do que estava sendo explicitado.

O familiar, que é quem convive com o usuário e pode supervisioná-lo no tratamento, também foi estimulado a participar de consultas médicas e de enfermagem, recebendo orientações sobre os cuidados a serem tomados, pois a maioria dos usuários configuravam-se em pessoas idosas, que apresentam muitas vezes dificuldades em seguir corretamente as instruções e dar seguimento adequado ao tratamento e prevenção de agravos.

O momento da prática foi posterior a esse primeiro momento, permitindo aos participantes terem contato com os materiais utilizados, assim como capacitação quanto à técnica de preparo, administração e verificação glicêmica. Houve ênfase no cálculo de dose correta em unidades internacionais em seringa própria de insulina, pois este foi um grande motivo de dúvida, o que poderia levar ao cálculo e administração de quantidade errada de insulina, comprometendo o tratamento, e finalmente as múltiplas regiões anatômicas utilizadas na administração de insulina foram identificadas através do boneco de tecido feito para esta finalidade. A prática destes procedimentos foi oportunizada para os usuários e, se houvesse dúvidas, os extensionistas estavam presentes para respondê-las.

CONCLUSÃO

A realidade a qual os usuários estavam inseridos pôde ser conhecida pelos discentes, em especial no que se refere às dificuldades frente à terapêutica. A ação proposta foi recebida de forma satisfatória pelos usuários, sendo essa receptividade percebida pela forma em que o

método foi acolhido, com total interesse do público-alvo pela temática em questão, tão próxima da realidade diária dos mesmos.

A participação efetiva dos usuários foi notória, compartilhando saberes, sanando dúvidas e curiosidades no decorrer da conversa, expondo suas experiências subjetivas. A possibilidade de intervir na realidade com o uso da educação em saúde representou um grande aprendizado não contemplado pelo currículo da graduação.

A enfermagem em seu caráter assistencial também foi evidenciada, dando destaque ao autocuidado, trabalhando para reduzir abandonos ao tratamento, beneficiando a qualidade de vida do usuário, bem como a família, sociedade e sistema público.

Percebeu-se com a vivência a essencialidade da educação terapêutica na atenção primária para informar, motivar e fortalecer a pessoa e a família, cabendo aos profissionais de saúde, especialmente os enfermeiros, a adoção de atividades educativas em grupo para enfatizarem programas de atenção integral, sendo possível por meio destas construir alternativas, transformar comportamentos desfavoráveis à saúde e apoiar o fortalecimento de atitudes saudáveis, no intuito de possibilitar um engajamento verdadeiro quanto ao tratamento com insulina, controle de índices glicêmicos e diminuição das complicações advindas do diabetes mellitus.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. E.; SOUZA, E. N. Autoaplicação de insulina: atitudes de um grupo de diabéticos. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, v. 5, n. 3, p. 593-603, maio 2011.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/6764/6011>. Acesso em: 31 de março de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Resolução nº 358, de 15 de outubro de 2009**. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. COFEN, 2009. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-3582009_4384.html. Acesso em: 30 de março de 2018.

COSTA, D. V. P. **Empoderamento na educação em grupo de diabetes na atenção primária à saúde**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem), 108 p. Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (EEUFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais.

CYRINO, A. P.; SCHRAIBER, L. B.; TEIXEIRA, R. R. *Education for type 2 diabetes mellitus self-care: from compliance to empowerment*. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 13, n. 30, Sept. 2009. Disponível em: www.scielo.br/pdf/icse/v13n30/v13n30a09.pdf. Acesso em: 1 de abril de 2018.

DIAS, V. P.; SILVEIRA, D. T.; WITT, R. R. Educação em saúde: o trabalho de grupos em atenção primária. **Revista APS**, v. 12, n. 2, p. 221-227, abr./jun. 2009.

GUIDONI, C. M. *et al.* Assistência ao diabetes no Sistema Único de Saúde: análise do modelo atual. **Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences**, v. 45, n. 1., jan./mar., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bjps/v45n1/05.pdf>. Acesso em: 31 de março de 2018.

LEI Nº 11.347 DE 27 DE SETEMBRO DE 2006. Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitorização de glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos. Diário Oficial da União (Brasília), 2006.

MENEZES, K. F. P.; AVELINO, P. R. Grupos operativos na Atenção Primária à Saúde como prática de discussão e educação: uma revisão. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 124-130, 2016.

MITRE, S. M. *et al.* Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 2133-2144, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v13s2/v13s2a18.pdf>. Acesso em: 31 de março de 2018.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA (SBEM); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTROLOGIA (ABRAN). **Diabetes Mellitus Tipo 2: Insulinização**. Projeto Diretrizes. Rio de Janeiro: Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina, 2011.

STACCIARINI, T. S. G.; PACE, A. E.; HAAS, V. J. Técnica de autoaplicação de insulina com seringas descartáveis entre os usuários com diabetes mellitus, acompanhados pela Estratégia Saúde da Família. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 17, n. 4, jul./ago., 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/4027/0>. Acesso em: 31 de março de 2018.

MORTALIDADE INFANTIL NO NORDESTE BRASILEIRO: 2000 A 2014

LIMA, A.S.R.¹; COELHO, M.M.F.²; SILVA, C.F.³ & MENEZES, L.C.G.⁴

¹Enfermeira. Especialista em enfermagem pediátrica e neonatal pela Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza (FAMETRO). E-mail: ahellensaarah@hotmail.com; ²Enfermeira. Doutora em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde pela UECE. Professora Adjunta do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: manumfc2003@yahoo.com.br; ³Enfermeira. Doutora em Saúde Coletiva e Mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente Titular do Centro Universitário Fametro (UNIFAMETRO). E-mail: silva_ferreira_cristiana@yahoo.com.br; ⁴Enfermeira. Mestre e Doutora em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde pela UECE. Docente Titular do Centro Universitário Fametro (UNIFAMETRO). E-mail: lucianacatundagomes@yahoo.com.br.

DOI: <https://doi.org/10.32356/exta.v2.n18.31109> - Artigo submetido em 10/01/2018

RESUMO

O estudo analisou a mortalidade infantil na região Nordeste do Brasil no período de 2000 a 2014. Trata-se de um estudo documental, descritivo e de abordagem quantitativa das taxas de mortalidade infantil. Foram utilizados dados do Sistema de Informação de Mortalidade e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos. Através das informações foram calculadas as taxas anuais de mortalidade infantil, de seus componentes (precoce, tardio e pós-neonatal) e a proporção das mortes por grupos de causas evitáveis. No período de 2000 a 2014 foram notificados 255.823 óbitos em menores de um ano no Nordeste, dos quais 168.653 (65,9%) neonatais, 86.745 (33,9%) pós-neonatais e 425 (0,2%) óbitos com faixa etária ignorada. Houve uma redução da mortalidade no período estudado em todos os componentes, entretanto o componente neonatal precoce deteve o maior número de mortes,

correspondendo a 79,9% dos óbitos neonatais. A taxa de mortalidade no Nordeste apresenta queda de 45,3% passando de 26,5 por mil nascidos vivos, em 2000, para 14,5 mortes por mil nascidos vivos em 2014. O coeficiente de mortalidade proporcional por grupo de evitabilidade apresentou valores elevados entre as causas evitáveis registrando 70,1% dos óbitos, especialmente por adequada atenção à mulher na gestação, parto e ao recém-nascido (RN). As causas mal-definidas e demais causas (não claramente evitáveis) representaram 10,3% e 19,7%, respectivamente, no período estudado. O Nordeste registrou grandes avanços na redução da mortalidade infantil nos últimos anos, tais mudanças podem estar associadas à intensificação de políticas públicas, programas e ações voltadas à atenção materno-infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Mortalidade Infantil. Serviço de Saúde Materno-Infantil. Epidemiologia.

ATELIÊ DO IPREDE: EXPERIENCE AND ESTHETIC EDUCATION IN THE THIRD SECTOR

ABSTRACT

The study examined infant mortality in the Northeast of Brazil from 2000 to 2014. This is a documental, descriptive, and quantitative approach to infant mortality rates. Data from the Mortality Information System and Information System on Live Births were used. Through the information, the annual rates of infant mortality, its components (precocious, late and post-neonatal) and the proportion of deaths by avoidable causes groups were calculated. Between 2000 and 2014, 255,823 deaths were reported in children under one year of age in the Northeast, of which 168,653 (65.9%) were neonates, 86,745 (33.9%) were post-neonatal, and 425 (0.2%) ignored age. There was a reduction in mortality in the studied period in all components, however the early neonatal component had the highest number of deaths,

corresponding to 79.9% of neonatal deaths. The mortality rate in the Northeast shows a 45.3% drop from 26.5 per thousand live births in 2000 to 14.5 deaths per thousand live births in 2014. The proportional mortality coefficient per avoidability group presented high values among avoidable causes, accounting for 70.1% of deaths, especially due to adequate attention to women in gestation, parturition and newborn. Poorly defined causes and other causes (not clearly avoidable) represented 10.3% and 19.7%, respectively, in the studied period. The Northeast has made great progress in reducing child mortality in recent years. Such changes may be associated with the intensification of public policies, programs and actions directed at maternal and child care.

KEYWORDS: Infant Mortality. Maternal and Child Health Service. Epidemiology.

INTRODUÇÃO

As estatísticas de mortalidade infantil representam um dos indicadores mais comumente utilizados para análise da situação de saúde de um país (WHO, 2014; BRASIL, 2013). Globalmente, a taxa de mortalidade em menores de cinco anos caiu de 91 mortes por mil nascidos vivos em 1990 para 43 mortes por mil nascidos vivos em 2015 (redução de 53%). O Brasil reduziu de 60,8 óbitos por mil nascidos vivos para 16,4 no mesmo período (declínio de 73%). Em 2011, o Brasil já havia alcançado a Meta do quarto Objetivo do Desenvolvimento do Milênio (ODM), quatro anos antes do prazo assumido perante a Organização das Nações Unidas (BRASIL, 2015a; DUTRA et al., 2015).

As taxas de mortalidade infantil (TMI) foram significativamente reduzidas. Desde 2000, o Brasil vem desenvolvendo políticas públicas sociais e econômicas voltadas para alcançar a redução da mortalidade em menores de cinco anos. E as ações resultaram em avanços nas condições de saúde, as quais são decorrentes da ampliação da cobertura da atenção básica, do acesso à vacinação, da elevação da taxa de aleitamento materno e do nível de escolaridade da mãe, além da diminuição da pobreza obtida pelo Programa Bolsa Família (PBF) (BRASIL, 2015a, 2015b).

O PBF é um programa de transferência condicionada de renda lançado em 2003, o qual tem desempenhado um papel significativo na redução da mortalidade infantil, geral e por causas relacionadas com a pobreza, como desnutrição e diarreia, nos municípios brasileiros nos últimos anos. Além disso, o programa reduziu substancialmente as taxas de hospitalização em menores de cinco anos, aumentou a cobertura vacinal e as consultas pré-natais, aumentando o primeiro contato com o sistema de saúde (RASELLA, 2013).

Apesar do notório decréscimo observado, parte considerável da mortalidade infantil é potencialmente evitável e sua distribuição desigual entre as regiões ainda indica a necessidade de intensificar ações voltadas para modificar este cenário, especialmente entre grupos sociais menos favorecidos (GONÇALVES et al., 2015).

O Nordeste por muito tempo apresentou altas TMI, mas com os avanços nas condições de saúde, em 2013, foi à região que apresentou o maior percentual de queda no Brasil com risco de mortalidade neonatal de 16,9 por mil nascidos (BRASIL, 2015c).

Diante do exposto, sobressai-se a necessidade de investigar a mortalidade infantil na região Nordeste do Brasil no período de 2000 a 2014, analisando a evolução ocorrida nas taxas de mortalidade ao longo de 15 anos depois de firmado o compromisso com as Nações Unidas

para o ODM.

Assim, espera-se que o estudo possa se representar como uma importante ferramenta para identificação dos períodos de auge e declínio das TMI no Nordeste, especialmente após a instituição de ações e estratégias para melhoria da atenção à saúde da gestante, parturiente e ao recém-nascido. O presente estudo objetiva descrever a mortalidade infantil e suas principais causas na região Nordeste em 2000 a 2014.

MORTALIDADE INFANTIL NA REGIÃO NORDESTE

A mortalidade infantil é dividida em dois componentes: o neonatal, o qual estima os óbitos ocorridos nos primeiros 27 dias de vida, que se subdivide em neonatal precoce (em menores de sete dias) e tardio (entre sete e 27 dias), e o pós-neonatal, incluindo os óbitos ocorridos entre 28 dias até um dia antes de completar um ano (FERNANDES; VIEIRA; SCOCHI, 2013; LISBOA et al., 2015).

Os óbitos ocorridos em nosso país vêm se concentrando nos primeiros 27 dias de vida. Em 2015, o Brasil apresenta taxas da mortalidade do componente neonatal de 9,38 óbitos e o pós-neonatal de 5,72 por mil nascidos vivos (GBD, 2016).

Ao longo dos anos os óbitos em menores de um ano apresentaram mudanças no seu perfil segundo seus componentes em todas as regiões. No início dos anos 1990 as mortes se concentravam no componente pós-neonatal (51% da mortalidade infantil) e a partir dos anos 2000 o componente neonatal precoce ganhou cada vez mais importância, representando mais de 50% dos óbitos infantis nas regiões do Brasil (BRASIL, 2015c).

No entanto, essa evolução não ocorreu igualmente em algumas regiões do país. Em 1990, o Sul, Sudeste e Centro-Oeste já apresentavam proporções de óbitos pós-neonatal inferiores a 50%, enquanto o Norte e no Nordeste se encontravam em torno de 60%. A expressiva queda das taxas a partir de 1990 deveu-se à redução do componente pós-neonatal em todas as regiões, mas principalmente, nas regiões Norte e Nordeste (81% e 90%, respectivamente) (BRASIL, 2015c).

A forte queda da mortalidade infantil no Nordeste desde 1990 implicou redução das diferenças desse indicador entre as regiões do país e deixa de apresentar as mais elevadas taxas desde meados de 2000. Nesse período o risco de morte era aproximadamente o dobro do encontrado no restante do país (BRASIL, 2011, 2015c). Em decorrência dos contrastes das taxas e desigualdade em saúde entre as regiões geográficas, o Governo Brasileiro implementou o Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil na região Nordeste e Amazônia Legal, em 2009,

visando diminuir as desigualdades regionais (GUERRERO, 2010; BRASIL, 2010).

A redução dessas taxas depende das mudanças nas condições vida e das ações definidas pelas políticas públicas de saúde, priorizando a gestação e nascimento na atenção a saúde da população (ROCHA, 2013).

MÉTODO

Trata-se de um estudo documental, descritivo e de abordagem quantitativa sobre a mortalidade infantil entre os nascidos vivos por local de ocorrência na região Nordeste. Os dados foram obtidos a partir de fonte secundária através do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC). Foram inclusos os óbitos ocorridos entre 01 de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2014.

A seleção do período, 2000 a 2014, ocorreu pela disponibilidade dos dados no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde no momento da coleta e pelo ano completo disponível. Não foi necessária a submissão do presente estudo ao Comitê de Ética de Pesquisas em Seres Humanos por se tratar de dados públicos e de livre acesso disponíveis nos sistemas de informações do Ministério da Saúde.

O levantamento de dados foi realizado no período de janeiro de 2017. Para coleta de dados dos Sistemas de Informações do Ministério da Saúde, foram gerados arquivos do próprio sistema em formato de tabelas. As informações foram compiladas no programa *Microsoft Excel* 2007. Neste programa foram calculadas as taxas anuais de mortalidade infantil e de seus componentes (precoce, tardio e pós-neonatal) por 1000 mil nascidos vivos e a proporção das mortes por grupos de causas evitáveis a cada triênio, e distribuição percentual dos óbitos infantis pela causa básica de morte através da Classificação Internacional de Doenças 10 (CID10). Os dados foram submetidos à análise descritiva e analítica, agrupados em tabelas e analisados à luz da literatura.

No Brasil, o critério de morte por evitabilidade é dependente de tecnologia disponível em nosso país, de tecnologia acessível pela maior parte da população brasileira ou de tecnologia ofertada pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2007, a partir de diretrizes estabelecidas, da comparação das listas de referência de Ortiz e de Tobias & Jackson em função da revisão realizada por Malta e Duarte foi proposta a lista de morte evitáveis segundo grupo etário: para menores de cinco anos de idade e para faixa etária de cinco a 75 anos. (MALTA et al., 2007).

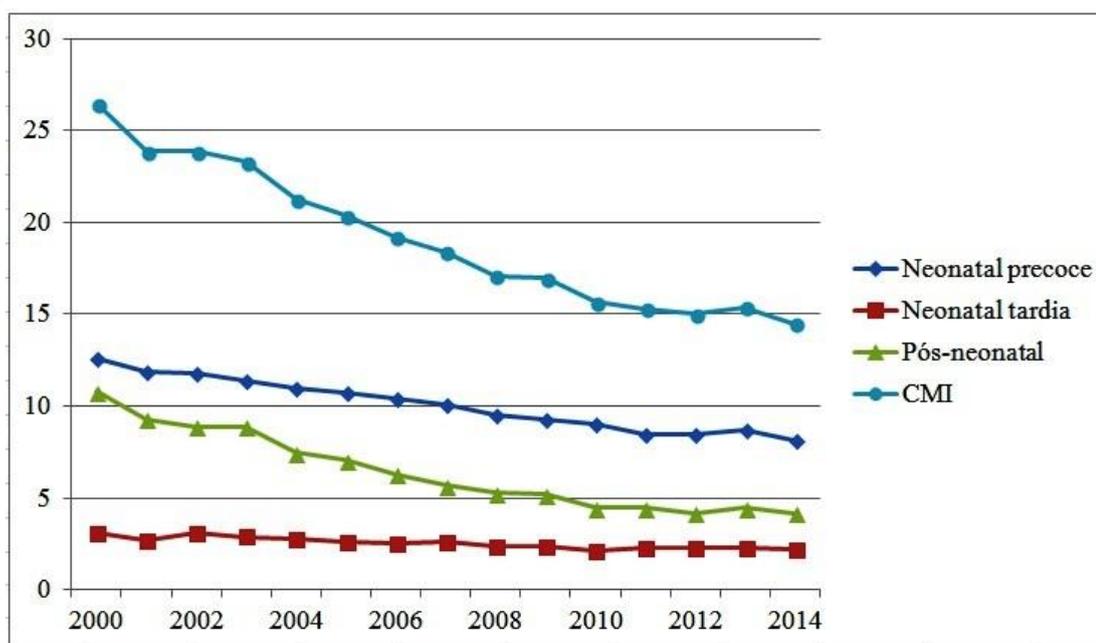
A lista de causa de mortes evitáveis para menores de cinco anos de idade segundo Malta e Duarte abrange as reduzíveis por: ações de imunoprevenção; adequada atenção à mulher na

gestação e parto e ao recém-nascido; ações adequadas de diagnóstico e tratamento; ações adequadas de promoção à saúde, ações adequadas de atenção à saúde. (MALTA et al., 2007).

RESULTADOS

No período de 01 de janeiro de 2000 a 31 de dezembro 2014 foram notificados 255.823 óbitos em menores de um ano no Nordeste, dos quais 168.653 (65,9%) neonatais, 86.745 (33,9%) pós-neonatais e 425 (0,2%) óbitos com faixa etária ignorada. No SINASC nesse mesmo período foram notificados 13.266.492 nascidos vivos. A figura 1 apresenta o coeficiente de mortalidade infantil por componente na região Nordeste. Observa-se a redução da mortalidade no período estudado em todos os componentes. O componente neonatal precoce deteve o maior número de mortes durante todo o período estudado.

FIGURA 1 – ÓBITOS INFANTIS POR COMPONENTE NA REGIÃO NORDESTE, BRASIL, 2000 A 2014.



Fonte: SINASC e SIM

A tabela 1 apresenta o coeficiente de mortalidade infantil entre as Unidades Federativas (UF) da região Nordeste. Observa-se uma tendência de queda nos óbitos em menores de um ano nessa região, especialmente em Paraíba, Alagoas e Pernambuco os quais apresentaram maior variação entre os demais estados.

TABELA 1 - MORTALIDADE INFANTIL POR MIL NASCIDOS VIVOS DISTRIBUÍDOS POR UF NO NORDESTE. BRASIL, 2000 A 2014.

UF	Coeficiente de mortalidade infantil anual														
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
MA	18,1	19,3	19,6	18,4	16,8	18,2	16,9	16,4	15,8	15,9	15,1	15,7	14,4	16,1	15,3
PI	23,4	22,6	23,9	23,8	21,1	21,5	21,0	21,4	20,2	19,6	17,9	17,8	17,5	17,3	16,0
CE	26,8	21,4	24,4	25,3	22,7	18,5	18,2	16,1	15,7	15,5	13,1	13,8	12,7	13,9	12,3
RN	21,2	19,2	20,9	17,3	18,3	16,3	14,5	15,5	14,4	13,7	13,1	13,1	13,8	14,2	12,6
PR	32,3	21,0	23,2	21,9	20,9	18,9	18,1	18,5	16,6	14,8	14,5	14,1	14,3	14,3	13,3
PE	30,2	27,0	26,1	26,6	22,9	21,7	19,1	19,4	17,6	18,0	16,0	15,0	15,2	15,0	14,4
AL	31,4	31,8	29,7	26,9	24,2	23,8	21,2	21,0	18,0	18,6	16,7	15,6	15,2	16,1	15,2
SE	30,3	33,3	29,5	27,6	24,2	25,8	22,7	19,8	19,0	17,8	16,0	16,6	16,8	15,7	15,8
BA	25,9	23,7	22,7	22,6	21,7	21,2	21,1	19,1	17,9	18,0	17,4	16,0	16,1	16,3	15,5
NE	26,5	23,9	23,9	23,3	21,3	20,4	19,2	18,4	17,1	17,0	15,7	15,3	15,0	15,4	14,5

Fonte: SINASC e SIM

Na tabela 2 são apresentadas as taxas de mortalidade infantil (TMI) e mortalidade proporcional durante os cinco triênios segundo a classificação de evitabilidade de Malta et al. Entre 2000 a 2014, verifica-se que 70,1% dos óbitos foram classificados como evitáveis, principalmente por adequada atenção à mulher na gestação, parto e ao recém-nascido (RN). As causas mal-definidas e demais causas (não claramente evitáveis) representaram 10,3% e 19,6%, respectivamente, no período estudado.

TABELA 2 – TMI E MORTALIDADE PROPORCIONAL (%) POR PRINCIPAIS GRUPOS DE CAUSAS SEGUNDO CRITÉRIO DE EVITABILIDADE NA REGIÃO NORDESTE, BRASIL, 2000 A 2014.

Categorias	2000-2002		2003-2005		2006-2008		2009-2011		2012-2014	
	TMI	%								
1 Causas evitáveis	16,5	66,6	15,2	70,1	13,3	72,7	11,5	71,8	10,7	71,3
1.1 Ações de imunoprevenção	0,02	0,1	0,02	0,1	0,01	0,1	0,01	0,1	0,03	0,2
1.2 Adequada atenção na gestação, parto e ao RN	11,7	47,1	11,0	50,6	10,2	56	9,3	58	8,8	58,5
1.2.1 Adequada atenção à mulher na gestação	4	16,3	4,4	20,3	4,6	25,2	4,2	26	3,9	26
1.2.2 Adequada atenção à mulher no parto	2,3	9,5	2,3	10,6	2,3	12,3	2,0	12,4	1,8	12,1
1.2.3 Adequada atenção ao RN	5,3	21,4	4,3	19,7	3,4	18,4	3,1	19,5	3,1	20,4
1.3 Ações adequadas de diagnóstico e tratamento	2,0	8,0	1,8	8,5	1,4	7,8	1,2	7,4	1,1	7,1
1.4 Ações de promoção à saúde	2,8	11,3	2,4	10,9	1,6	8,8	1,0	6,4	0,8	5,5
2. Causas mal-definidas	4,8	19,3	2,7	12,4	0,9	4,8	0,7	4,1	0,6	3,8
3. Demais causas (não claramente evitáveis)	3,5	14,1	3,8	17,6	4,1	22,4	3,8	24,1	3,7	24,9
Total das categorias	24,7	100	21,7	100	18,2	100	16,0	100	15,0	100

Fonte: SINASC e SIM

A tabela 3 apresenta a taxa dos óbitos infantis segundo a causa de morte por pelo capítulo do CID10. Observa-se que a maior da taxa dos óbitos evitáveis se concentra na atenção à mulher na gestação, parto e ao RN representando 75,6 dos casos e as principais causas estão relacionadas a algumas afecções originadas no período perinatal.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ÓBITOS INFANTIS SEGUNDO CRITÉRIO DE EVITABILIDADE E CAPÍTULO DO CID 10 NA REGIÃO NORDESTE, BRASIL, 2000 A 2014.

Causa de morte pelo capítulo do CID10	Mortalidade proporcional	
	n	%
1. Causas evitáveis	179285	70,1
1.1 Ações de imunização	275	0,1
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	233	0,1
Doenças do sistema nervoso	11	0,0
Algumas afecções originadas no período perinatal	31	0,0
1.2. Atenção à gestação, parto, feto e recém-nascido	135612	53,0
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	663	0,3
Algumas afecções originadas no período perinatal	134949	52,8
1.3 Ações de diagnóstico e tratamento adequado	20097	7,9
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	6409	2,5
Doenças do sistema nervoso	1061	0,4
Doenças do aparelho respiratório	11471	4,5
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	93	0,0
Malformações congênitas, deformidades e anomalias	855	0,3
Doenças do aparelho geniturinário	197	0,1
Doenças do aparelho circulatório	11	0,0
1.4 Ações promoção à saúde	23301	9,1
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	13534	5,3
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos	316	0,1
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	5537	2,2
Causas externas de morbidade	2857	1,1
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos	1057	0,4
2. Causas mal-definidas	26257	10,3
3. Demais causas	50281	19,6
Total	255823	100,0

Fonte: SINASC e SIM

Nas ações de imunização as principais causas se relacionam a algumas doenças infecciosas e parasitárias, destacamos a coqueluche e tétano neonatal. No subgrupo de ações por diagnóstico e tratamento adequado verifica-se que as doenças do aparelho respiratório somadas às doenças infecciosas e parasitárias foram responsáveis pela maioria dos óbitos registrados, sobressaindo-se à pneumonia e a outras doenças bacterianas. Nas ações de promoção à saúde as principais causas relacionadas foram algumas doenças infecciosas e parasitárias e as doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, com maior destaque a desnutrição e outras deficiências nutricionais.

DISCUSSÃO

Os resultados desse estudo demonstram que a TMI na região Nordeste apresentou

declínio no período de 2000 a 2014, especialmente no componente pós-neonatal (queda de 39,8%). Desde 1990 a 2013, evidencia-se uma redução significativa em todas as regiões brasileiras em relação à mortalidade pós-neonatal, todavia a redução mais importante deste componente ocorreu no Nordeste, região historicamente conhecida por suas altas taxas. Isso pode ter sido resultado das ações como o Plano de Redução das Desigualdades na Mortalidade Infantil no Nordeste e Amazônia Legal, além de programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (BRASIL, 2015c).

O Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil no Nordeste e Amazônia Legal foi constituído através da Portaria nº 364/2009, a qual firmava o compromisso do governo federal para acelerar a redução das desigualdades nessas regiões. O objetivo da proposta era reduzir em 5% ao ano a TMI nos anos de 2009 e 2010, com prioridade para o componente neonatal. As principais metas do Pacto incluíam a ampliação: das equipes de saúde da família e qualificação dos profissionais, dos leitos de unidade de tratamento intensivo e unidade de cuidados intermediários, dos bancos de leite humano, dos Hospitais Amigo da Criança e maternidades com equipes capacitadas para método canguru (GUERRERO, 2010; BRASIL, 2010).

Os programas de transferência de renda também representam uma estratégia bem concebida de redução da pobreza demonstrando serem eficazes no aumento da utilização dos serviços de saúde e terem um impacto positivo geral sobre vários desfechos de saúde, dentre eles a redução da mortalidade infantil (RASELLA, 2013).

O PBF é um programa de transferência de renda condicionado, o qual transfere para as famílias pobres um piso de consumo mínimo para amenizar os efeitos da pobreza e as suas condicionalidades são centradas na saúde e educação. As condicionalidades relacionadas à saúde são geralmente aplicadas às crianças de zero a seis anos e as mulheres grávidas, preconizando que as crianças visitem regularmente os centros de saúde, cumpram o calendário vacinal, monitorizem o crescimento e desenvolvimento, do mesmo modo preconiza as consultas adequadas durante o pré-natal. Ademais, favorece na nutrição ofertada à criança e gestante através do aumento do consumo de alimentos (RASELLA, 2013).

Dentre os nove estados da região Nordeste, quatro conseguiram uma redução de mais da metade dos óbitos ocorridos durante os 15 anos. O estado de Maranhão apresentou o menor percentual de redução, entretanto desde 2000 já atingia as menores taxas. Ressalta-se que é necessário considerar que o SIM apresenta subnotificação de óbito infantil, particularmente nas regiões Norte e Nordeste. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o

SIM desde sua concepção apresenta subnotificações, todavia vem mostrando melhoras na cobertura em relação aos óbitos (RIPSA, 2008; SILVA, 2009).

Em 2008, o Ministério da Saúde deu início a uma série de medidas para acelerar a vigilância de óbitos no âmbito do SUS, identificando os determinantes dos óbitos em tempo oportuno. Nesse período a Secretaria de Vigilância à Saúde publicou portarias voltadas a vigilância dos óbitos infantis e maternos definindo o Norte e Nordeste como regiões estratégicas. A Portaria nº 1.119/2008 estabelece a vigilância do óbito materno obrigatória nos serviços do SUS. Outras portarias fundamentais para a estruturação de óbitos incluem: Portaria nº 116/2009, a qual trata sobre os fluxos e prazos para as notificações das mortes infantis, fetais e maternas; Portaria nº 72/2010, que regulamenta a vigilância de óbitos infantil e fetal; Portaria nº 1.020/2013, que trata das atribuições dos hospitais à gestante de alto risco e a realização da investigação de óbito infantil, fetal e materno (BRASIL, 2015c).

O Nordeste brasileiro apesar de apresentar desigualdades subnacionais é citado como uma região de potencial progresso em meio às disparidades ao longo do tempo, conseguindo registrar diminuição nas taxas de mortalidade em menores de cinco anos desde 2000 (GBD, 2016).

Na pesquisa também se observa que o componente neonatal precoce no Nordeste apresentou redução ao longo dos anos, entretanto demonstrando taxas elevadas, representando-se como um problema de saúde pública. Pesquisas conduzidas em Minas Gerais identificaram tendência semelhante, as quais obtiveram redução nos componentes neonatal tardio e pós-neonatais, porém elevação nos coeficientes de mortalidade neonatal precoce (MENEZES et al., 2014; LISBOA et al., 2015).

Globalmente as taxas de mortalidade neonatal também se apresentam com decréscimo mais lento, sobretudo no componente neonatal precoce (RASELLA, 2013). Em um estudo realizado em 194 países, evidenciou-se que no conjunto de dados de 65 países os óbitos neonatais precoces corresponderam a 75,8% dos ocorridos (OZA et al., 2016).

A redução da TMI e suas causas ao longo dos triênios no presente estudo permite observar avanços nos últimos 15 anos. Entretanto, as proporções de mortes infantis por causas evitáveis ainda são muito elevadas, principalmente no subgrupo de adequada atenção à mulher na gestação, parto e ao RN, revelando desafios a serem superados na assistência materno-infantil. Se as mortes evitáveis por atenção à gestante no pré-natal e no parto e ao recém-nascido fossem de fato evitadas, a taxa de mortalidade neonatal se aproximaria da taxa de países desenvolvidos

(NASCIMENTO; ALMEIDA; GOMES, 2014). Sabe-se que a morte evitável pode derivar de indicadores sensíveis à qualidade da atenção à saúde prestada pelo sistema de saúde, que, por sua vez, podem acarretar a tomada de medidas de resultado ou de impacto dessa atenção (MALTA et al., 2007).

No Brasil, são intensificados políticas públicas, programas e ações voltadas à atenção materno-infantil visando à qualidade na atenção da saúde da mulher durante o pré-natal, parto e atenção ao recém-nascido e a redução das taxas de mortalidade. Dentre eles podemos destacar o Programa de Humanização do Pré-Natal e do Nascimento, o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal e o Programa Rede Cegonha (BRASIL, 2000, 2004, 2011; CASSIANO et al., 2014).

No grupo de causas evitáveis reduzíveis por adequada atenção à mulher na gestação, seguidas de adequada atenção à mulher no parto e adequada atenção ao RN apresentaram como principais responsáveis dos óbitos nessa pesquisa, respectivamente, a síndrome da angústia respiratória do RN, a hipóxia intrauterina e asfixia ao nascer, as infecções específicas do período neonatal. Estudos semelhantes observaram o mesmo padrão de causas de óbitos (LOURENÇO; BRUNKEN; LUPPI, 2013; MENEZES et al., 2014; LISBOA et al., 2015).

Com relação à categoria de ações por diagnóstico e tratamento adequado, verificou-se na pesquisa que o principal responsável pelos óbitos foi à pneumonia. E no grupo de causas redutíveis por ações adequadas de promoção à saúde se destacam as doenças infecciosas intestinais. Em uma pesquisa conduzida em 194 países membros da Organização Mundial da Saúde as causas registradas se assemelham as da região Nordeste. As principais causas de mortalidade neonatal estão associadas à prematuridade e complicações relacionadas ao nascimento, enquanto as principais causas de morte pós-neonatal foram pneumonia, diarreia, lesões e malária (BRASIL, 2015c; OZA et al., 2015; WHO, 2016).

As menores proporções de óbitos dessa pesquisa foram atribuídas ao grupo de causas por ações de imunoprevenção. O resultado registrado está associado ao avanço no acesso à vacinação através do Programa Nacional de Imunizações, ofertando vacinação desde o primeiro ano de vida contribuindo para a prevenção de doenças transmissíveis. Ressalta-se ainda, avanços na ampliação da cobertura da atenção primária através da Estratégia saúde da Família (AQUINO; OLIVEIRA; BARRETO, 2009; FRANÇA et al., 2009; BRASIL, 2015a). Também se destaca a implantação de programas direcionados ao incentivo do aleitamento materno, bem como a relativa expansão do sistema de saneamento básico (IBGE, 2010; BRASIL, 2015a).

Reduzir a mortalidade neonatal exige uma melhor prevenção e gestão de partos prematuros, cuidados e suporte de recém-nascidos doentes, gestão de infecções graves e a promoção do cuidado através do método canguru. Para o período pós-neonatal, são necessários maiores esforços para ampliar a cobertura de novas vacinas e para melhorar a cobertura do tratamento para pneumonia e diarreia (WHO, 2016).

Países que atingiram a quarta meta do ODM destacam a importância de abordagens multissetoriais para melhorar a saúde infantil, como a implementação de políticas para alcançar o acesso universal a cuidados primários para mulheres e crianças, o aumento dos gastos gerais do governo em saúde materno-infantil e a implementação de programas que promover a educação e capacitação entre as mulheres (GBD, 2016).

O Brasil desempenhou papel fundamental na implementação dos ODM e tem mostrado empenho diante dos novos objetivos firmados com as Nações Unidas através de uma agenda mundial com os Objetivos de Desenvolvimento do Sustentável (ODS). Essa agenda global foi adotada em 2015 e assinada por 193 países, entre os quais o Brasil, contemplando 17 Objetivos e 169 metas envolvendo temáticas diversificadas, as quais deverão ser adotadas até 2030 (OPAS, 2016; BRASIL, 2017).

CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo evidenciam que, na região Nordeste, a mortalidade infantil apresentou redução no período da pesquisa apresentando grande avanço entre as regiões do Brasil. A maioria dos óbitos é evitável, especialmente no subgrupo de adequada atenção à mulher na gestação, parto e ao RN. Esses achados são considerados aspectos importantes e devem ser realizados esforços com o objetivo de diminuir os óbitos evitáveis através da melhoria na assistência pré-natal, parto e nascimento, visando à qualidade da assistência ofertada ao binômio mãe-filho desde a atenção básica até atenção hospitalar.

A utilização da lista de causas de mortes evitáveis em menores de cinco anos é um instrumento que permite identificar os principais grupos com maiores taxas de óbitos e através dos dados obtidos planejar estratégias para redução da mortalidade infantil conforme a realidade de cada região.

Sugere-se que novos estudos sejam desenvolvidos em campo para obtenção de uma visão mais fidedigna referente às causas de óbito, haja vista o número de óbitos com faixa etária ignorada, além da possibilidade de subnotificação dos óbitos no SIM e SINASC.

Espera-se que os resultados apresentados neste estudo auxiliem no planejamento de ações

direcionadas a redução da mortalidade infantil, possibilitando aperfeiçoar os cuidados oferecidos as gestantes, recém-nascido e lactente.

REFERÊNCIAS

AQUINO R; OLIVEIRA, N.F; BARRETO, M.L. Impact of the Family Health Program on infant mortality in Brazilian municipalities. **Journal of Public Health American**, v.99, n.1, p.87-93, 2009. Disponível em < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2636620/>>. Acesso em: set. 2017.

BRASIL. Portaria nº 569, de 1º de junho de 2000. Institui o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Ministério da Saúde**, Brasília, 1 de junho de 2000. Disponível em < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569_01_06_2000_rep.html>. Acesso em: jan. 2017.

_____. Ministério da saúde. Secretaria de atenção a saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. **Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal**, Brasília, 2004. Disponível em < http://www.saude.ba.gov.br/dab/Pacto_Aprovado_na_tripartite.pdf> Acesso em: jan. 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Pacto pela redução da mortalidade infantil no Nordeste e Amazônia Legal: 2009–2010**. Brasília, 2010. Disponível em < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pacto_reducao_mortalidade_infantil_nordeste.pdf> . Acesso em: mar. 2017.

_____. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS a Rede Cegonha. **Ministério da Saúde**, Brasília, 24 de junho de 2011. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html>. Acesso em: dez. 2016.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. **Brasil 2012: uma análise da situação de saúde e dos 40 anos do Programa Nacional de Imunizações**, Brasília, 2013. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2012_analise_situacao_saude.pdf> . Acesso em: jan. 2017.

_____. Ministério da Saúde. Brasil reduz mortalidade na infância em 20% acima da média mundial. **Portal de Saúde**, 02 out. 2015a. Disponível em <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/19982-brasil-reduz-mortalidade-na-infancia-em-20-acima-da-media-mundial>>. Acesso em: jan. 2017.

_____. Ministério da Saúde. ONU: Brasil cumpre meta de redução da mortalidade infantil. **Portal de Saúde**, 09 set. 2015b. Disponível em < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/09/onu-brasil-cumprer-meta-de-reducao-da-mortalidade-infantil>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Saúde Brasil 2014: uma análise da situação de saúde e das causas externas**, Brasília, 2015c. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2014_analise_situacao.pdf>. Acesso em: jan. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Itamaraty**, 02 set. 2017. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>>. Acesso em: set. 2017.

CASSIANO, A. C. M. et al. Saúde materno infantil no Brasil: evolução e programas desenvolvidos pelo Ministério da Saúde. **Revista do Serviço Público Brasília**, v.65,n.2, p. 227-244, 2014. Disponível em < <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/581/499>>. Acesso em: mar. 2017.

DUTRA, I. R. et al. Investigação dos óbitos infantil e fetal no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil. **Revista Mineira Enfermagem**, v.19, n.3, p.597-604, 2015.

FERNANDES, C.A; VIEIRA, V.C.L; SCOCHI, M.J. Mortalidade infantil e classificação de evitabilidade: pesquisando municípios da 15 regional de saúde Paraná. **Revista Ciência Cuidado e Saúde**, v.12, n.4, p.752-759, 2013. Disponível em < <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/16537>>. Acesso em: mar. 2017.

FRANÇA, I.S.X. et al. Cobertura vacinal e mortalidade infantil em Campina Grande, PB, Brasil. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.62, n.2, p.258-64, 2009. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672009000200014&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: mar. 2017.

GBD 2015 Child Mortality Collaborators. Global, regional, national, and selected subnational levels of stillbirths, neonatal, infant, and under 5 mortality, 1980–2015: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2015. **Lancet**, v.388, p.1725-1774, 2016. Disponível em< [http://thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(16\)31575-6/fulltext](http://thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(16)31575-6/fulltext)>. Acesso em: dez. 2016.

GONÇALVES, A. C. et al. Tendência da mortalidade neonatal na cidade de Salvador (Bahia-Brasil), 1996–2012. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v.15, n.3, p.337-347, 2015. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-38292015000300337&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: mar. 2017.

GUERRERO, A.V. P. **Avaliabilidade do pacto pela redução da mortalidade infantil nas regiões Amazônia legal e nordeste do Brasil**: descrição do programa e construção do modelo lógico. 2010. 74fl. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães da Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Observações sobre a evolução da mortalidade no Brasil: o passado, o presente e perspectivas**, 2010. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/2009/notastecnicas.pdf>> Acesso fev. 2017.

LISBOA, L. et al. Mortalidade infantil: principais causas evitáveis na região Centro de Minas Gerais, 1999-2011. **Revista Epidemiologia Serviços de Saúde**, v.24, n.4,p.711-720, 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ress/v24n4/2237-9622-ress-24-04-00711.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

LOURENÇO, E.C; BRUNKEN, G.S;LUPPI, C.G. Mortalidade infantil neonatal: estudo das causas evitáveis em Cuiabá, Mato Grosso, 2007. **Revista Epidemiologia Serviços de Saúde**, v.22, n.4, p.697-706, 2013. Disponível em <<http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v22n4/v22n4a16.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

MALTA, D. C. et al. Lista de causas de mortes evitáveis por intervenções do Sistema Único de Saúde do Brasil. **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v.16, n.4, p.233-244, 2007. Disponível em <http://svs.aids.gov.br/dashboard/download/lista_causas_mortes_evitaveis.pdf>. Acesso em: mar. 2017.

MENEZES, S.T. et al. Classificação das mortes infantis em Belo Horizonte: utilização da lista atualizada de causas de mortes evitáveis por intervenções do Sistema Único de Saúde do Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v.14, n.2, p.137-145, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-38292014000200137&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: mar. 2017.

NASCIMENTO, L. F; ALMEIDA, M.C; GOMES, C.M. Causas evitáveis e mortalidade neonatal nas microrregiões do estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Ginecologia Obstetrícia**, v.36, n.7, p.303-9, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-72032014000700303&script=sci_abstract>. Acesso em: mar. 2017.

OPAS. Organização Pan- Americana da Saúde. Conselho Diretor 55. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio e as meta de saúde**: relatório final. 2016. Disponível em <http://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=12276%3A2016-55th-directing-council-documents&catid=8811%3Adc-documents&Itemid=42078&lang=en> . Acesso em: set. 2017.

OZA, S. et al. Neonatal cause of death estimates for the early and late neonatal periods for 194 countries: 2000-2013. **Bulletin of the World Health Organization**, v.93, n.1. p.19-28, 2015. Disponível em <<http://researchonline.lshtm.ac.uk/2338154/>>. Acesso em: dez 2016.

RASELLA, D. **Impacto do programa bolsa família e seu efeito conjunto com a estratégia saúde da família sobre a mortalidade no Brasil**. 2013. 92fl. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12835>>. Acesso em set. 2017.

RIPSA. **Rede Interagencial de Informação para a Saúde Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008, n. 2, p.349. Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/indicadores.pdf>>. Acesso em: dez. 2017.

SILVA, Z. M. **Estudo da notificação do óbito infantil em quatro municípios do estado do Piauí nos anos de 2005 e 2006**. 2009. 63fl. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CRUZ_3ab3797403b805fb6f9255c2a4f06d1a>. Acesso em: dez. 2017.

WHO. WORLD HEALTH STATISTICS 2016: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals. **World Health Organization**. WHO Library Cataloguing in Publication data, 2016. Disponível em <http://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/2016/en/>. Acesso em: set. 2017.

WHO. WORLD HEALTH STATISTICS 2014. **World Health Organization**. WHO Library Cataloguing in Publication data, 2014. Disponível em <http://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/2014/en/>. Acesso em: set. 2017.

FEIRANTE EMPREENDEDOR: EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS À IGUALDADE DE GÊNERO ENTRE HOMENS E MULHERES

CAVALCANTE, L.C.¹; FERREIRA, K.S.² & MOTA, S.H.M.³

¹Professora da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, Universidade Federal do Ceará, vinculada ao Departamento de Ciências Contábeis. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2012). Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela Universidade de Fortaleza (2007). Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza (2000). E-mail: laracapelo@hotmail.com; ²Professora Adjunta da Universidade Federal do Ceará no Departamento de Administração. Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (2013). Mestre em Direito Público (Ordem Jurídica Constitucional) pela Universidade Federal do Ceará (2004). Graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará (2000) E-mail: kilviasf@yahoo.com.br; ³Graduando de Direito da Universidade Federal do Ceará. Graduado em Tecnologia de Gestão Financeira pela Faculdade Ateneu (2015). E-mail: saviohenrique.mm@gmail.com.

DOI: <https://doi.org/10.32356/exta.v2.n18.33544> - Artigo submetido em 02/09/2018

RESUMO

O trabalho objetiva compreender a visão nativa dos feirantes que atuam no comércio de Rua em Fortaleza, nos bairros da cidade 2000 e na Praia do Futuro, quanto à efetivação do direito fundamental à igualdade nas relações de trabalho. A metodologia utilizada pode ser caracterizada como descritiva e exploratória, com método dedutivo e abordagem quantitativa e qualitativa acerca dos direitos fundamentais relacionados ao princípio da igualdade de gênero, objetivando-se compreender o ponto de vista do feirante conforme sua realidade. Por conseguinte, os resultados evidenciaram uma desigualdade de tratamento nas relações de trabalho

entre homens e mulheres, além de uma carência na efetivação dos direitos fundamentais dos feirantes, tais como um meio ambiente digno de trabalho. Além disso, verificou-se que a predominância do machismo é um obstáculo que dificultam o acesso de mulheres feirantes atuarem no setor mais rentável das feiras. Os entrevistados ainda possuem uma visão conservadora quanto ao princípio da igualdade de gênero, tendo em vista que eles se limitam apenas ao labor realizado por ambos, e não aos benefícios proporcionados por suas atividades, bem como a capacidade das mulheres de também gerir negócios.

PALAVRAS-CHAVE: Feira móvel. Direitos Fundamentais. Igualdade de Gênero. Relações de Trabalho.

ENTERPRISING MARKETER: EFFECTIVENESS OF FUNDAMENTAL RIGHTS TO GENDER EQUALITY BETWEEN MEN AND WOMEN

ABSTRACT

The objective of this work is to understand the native view of street traders who work in the street trade in Fortaleza, in the neighborhoods of the city 2000 and in Praia do Futuro, regarding the realization of the fundamental right to equality in labor relations. The methodology used can be characterized as descriptive and exploratory, with deductive method and quantitative and qualitative approach to fundamental rights related to the principle of gender equality, aiming to understand the marketer's point of view according to his reality. Consequently, the results showed an unequal treatment in the labor relations

between men and women, as well as a lack in the realization of the fair rights of the fair owners, such as a decent work environment. In addition, it was found that the predominance of machismo is an obstacle that hinder the access of fairground women to operate in the most profitable sector of fairs. Respondents still have a conservative view of the principle of gender equality, as they are limited only to the work done by both, and not to the benefits provided by their activities, as well as the capacity of women of manage business.

KEYWORDS: Mobile Fair. Fundamental rights. Gender equality. Work relationships.

1 INTRODUÇÃO

A feira tem como característica muito notória uma aglomeração de pessoas em um lugar específico para executar trocas e vendas de mercadorias. As feiras livres começaram a ganhar mais destaque nas Cruzadas (XI – XIII), porquanto nesse século as atividades tinham que atender as necessidades dos viajantes, as quais, com o decorrer do tempo, foram se diversificando, dispondo de grande relevância no que tange ao reconhecimento da atividade do comércio nas vilas e aldeias, bem como a promoção da comunicação e da interação de diversos povos.

Este trabalho tem como campo empírico de incidência de pesquisa as feiras que ocorrem nos bairros Cidade 2000 às sextas-feiras, de 6hs às 15hs, e na Praia do Futuro aos sábados em Fortaleza, de 6hs às 15hs — com a venda de produtos que vêm diretamente das Centrais de Abastecimento do Ceará S.A (Ceasa/CE) — atraem centenas de consumidores semanalmente. Há uma pluralidade de produtos ofertados nas barracas instaladas nas feiras dos bairros citados, como frutas, verduras e legumes, além de roupas, eletrônicos, ou com vendedores ambulantes que se instalam à margem da feira dispondo do movimento para estender suas mercadorias usadas, seja para venda ou troca, como roupas usadas, eletrodomésticos e ferramentas de construção.

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de estudos e ações realizadas pelo projeto de extensão “FEIRANTE EMPREENDE: Tecnologia da Informação, Desenvolvimento Humano e Crescimento Econômico no Comércio de Rua”. O referido projeto extensionista tem por objetivo proporcionar desenvolvimento humano e crescimento econômico aos feirantes buscando transmitir conhecimentos múltiplos e informações necessárias às suas atividades empresariais e laborais, informando-lhes sobre seus direitos fundamentais enquanto cidadãos, práticas contábil de organização e formalização da sua atividade empresarial (controle dos seus custos; elaboração de um plano de negócios; formalização; cumprimento de obrigações tributárias e previdenciárias; entre outras).

Nessa perspectiva, a pesquisa tem como objetivo geral compreender a visão nativa dos feirantes que atuam no comércio de rua que ocorre nos bairros da cidade 2000 e na Praia do Futuro, cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, quanto à efetivação do direito fundamental à igualdade nas relações de trabalho entre homens e mulheres. Procura-se, assim, responder à seguinte questão: Como se dá a efetivação do direito fundamental à igualdade entre homens e mulheres nas relações de trabalho nas feiras dos bairros Cidade 2000 e Praia do Futuro?

A pesquisa traz como objetivos específicos: (1) descrever a realidade social de trabalho dos feirantes que atuam nos citados bairros; (2) discorrer acerca dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 que são aplicáveis a realidade das feiras, dando ênfase no princípio da igualdade de gênero entre homens e mulheres; (3) Compreender e apresentar a visão nativa dos feirantes acerca da efetivação dos direitos fundamentais à igualdade de gênero nas relações de trabalho entre homens e mulheres; (4) Disseminar o conhecimento jurídico acerca dos direitos fundamentais dos feirantes por meio de diálogos em visitas semanais às feiras.

A metodologia utilizada pode ser caracterizada como descritiva e exploratória, com método dedutivo e abordagem quantitativa e qualitativa acerca dos direitos fundamentais relacionados ao princípio da igualdade de gênero, objetivando-se, por meio de uma observação participante, compreender e apresentar a visão nativa dos feirantes quanto à efetivação dos direitos fundamentais à igualdade nas relações de trabalho entre homens e mulheres, isto é, o ponto vista do feirante consoante a sua realidade de trabalho.

Entende-se sobre visão nativa o mesmo sentido atribuído por Malinowski (1978, p. 33):

“[...] esse objetivo é de apreender o ponto de vista dos nativos, seu relacionamento com a vida, sua visão de seu mundo. É nossa tarefa estudar o homem e devemos, portanto, estudar tudo aquilo que mais intimamente lhe diz respeito, ou seja, o domínio que a vida exerce sobre ele”.

O trabalho é de grande relevância para o âmbito jurídico, social e político, uma vez que busca disseminar conhecimento aos feirantes, especialmente aos feirantes do sexo feminino, acerca dos seus direitos fundamentais à igualdade de gênero nas relações de trabalho. Sem falar que os aspectos abordados podem trazer uma reflexão acerca dos caminhos a serem traçados para se alcançar políticas públicas que possam atenuar o contexto de desigualdade e de informalidade dos feirantes.

2 CONCEPÇÕES JURÍDICAS: DO DIREITO FUNDAMENTAL À IGUALDADE DE GÊNERO ENTRE HOMENS E MULHERES

Historicamente, fala-se em direitos que pretendem garantir a liberdade e a dignidade do homem, isto é, direitos inalienáveis, os quais não podem ser suprimidos. Na época clássica, como ocorreu na tragédia grega de Sófocles em 427 a.C (a terceira peça de uma sequência de três tratando do ciclo tebano), Antígona já contestava o poder de Creonte, alegando haver um poder superior (leis naturais) de origem divina de ordem universal acima das leis do rei

(SEGUNDO, 2009). No entanto, a lei escrita, só vem ser positivada em tempos mais recentes, com influência da corrente do positivismo.

2.1 Direito Fundamental x Direitos Humanos

Antes de versar sobre os Direitos Fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro, cabe explicitar as distinções entre Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, visto que esses termos são comumente utilizados como sinônimos. Para Paulo Bonavides (2010) os direitos fundamentais são os que o ordenamento jurídico vigente estabelece como tal, enquanto os Direitos Humanos, conhecidos também como direitos do homem e da liberdade, são caracterizados como um direito sagrado, natural, intransmissível e imprescritível.

Entende-se que direito humano trata-se de um direito preexistente, nato do homem, que não encontra limites no tempo e no espaço posto que não está vinculado à positivação particular de um determinado ordenamento jurídico, pois ocupa uma posição natural, antes do Estado. Já a expressão direitos fundamentais traduz a ideia de positivação dos direitos humanos no âmbito de cada Estado, é a criação dos direitos do ser humano e de outros direitos básicos da sociedade em ordenamentos jurídicos específicos (CAVALCANTE, 2007, p.16).

A universalização dos Direitos fundamentais começa a ganhar notoriedade com a Declaração Universal dos Direitos do homem e do Cidadão de 1948, quando passou a obter contorno jurídico, a dignidade da pessoa humana — que é uma característica intrínseca ao homem para prática da sua liberdade e de direitos relevantes para uma vida saudável e plena — a qual pertencia a todo humano, não apenas aos franceses (BAHIA, 2017).

As dimensões dos direitos fundamentais fazem referências aos lemas da Revolução Francesa, Liberdade (primeira dimensão), Igualdade (segunda dimensão) e Fraternidade (terceira dimensão). Os direitos fundamentais de primeira geração são chamados de direitos da liberdade, pois se relacionam aos direitos civis e políticos que se opõem ao Estado. Esses direitos têm fundamento naturalista, isso porque, há uma consideração singular do homem, ou seja, tais direitos referem-se às liberdades públicas e aos direitos políticos, como direitos civis e políticos a traduzir o valor liberdade (LENZA, 2017).

No entendimento de Flávia Bahia (2017) os direitos de segunda geração, dizem respeito a uma proteção aos direitos sociais, econômicos e culturais, em que do Estado não mais se exige uma abstenção, mas, ao contrário, impõe-se a sua atuação positiva, a fim de fazer valer os direitos a igualdade. Ao contrário da dimensão anterior, os direitos de segunda geração são

especialmente prestacionais, abrangendo maior intervenção estatal, em razão da evolução do Estado Liberal para o Estado Social.

Existe uma equivalência com os direitos sociais, culturais e econômicos, assim como os direitos coletivos e os da coletividade, os quais são mais benéficos a uma parcela da sociedade que ocupa posição menos privilegiada da estratificação social. (OLIVEIRA, 2006). Os direitos fundamentais de terceira geração foram marcados pela dinâmica da sociedade e por transformações na comunidade internacional. Isso porque, ao final da Segunda Guerra Mundial (1939–1945), as discussões acerca da própria compreensão do ser humano se modificaram, a sociedade passou a compreender a necessidade de se assegurar a proteção da dignidade da pessoa humana. Os direitos de terceira dimensão (solidariedade ou fraternidade) englobam, por exemplo, os direitos relacionados ao meio ambiente e à proteção jurídica do consumidor.

Para os defensores do direito de quarta dimensão, principalmente Bonavides, consiste em afirmar que é composta pelo direito à democracia direta, o direito a informação e o direito ao pluralismo (BONAVIDES, 2010). No que diz respeito a uma quinta geração do direito, Bonavides acredita que o direito à paz deveria ser tratado de forma independente, e que a paz é um postulado da democracia participativa, ou supremo direito da humanidade, o que constantemente vem sendo ameaçado, inclusive em decorrência de atentados terroristas como “11 de Setembro de 2001” e de grupo terroristas como Talibã, organização que atua no Afeganistão, e Estado Islâmico, ativo na Síria e no Iraque.

2.2 O desenrolar da igualdade no ordenamento jurídico brasileiro.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 ressaltou, no artigo 1º, que em princípio os homens nascem e permanecem iguais em direitos, concernindo à igualdade um dos lemas da Revolução Francesa de 1789. Além disso, a Constituição Federal de 1988 compõe-se de uma gama de valores fundamentais, dentre os quais o Princípio da Igualdade. Constatase no preâmbulo desta Carta, o qual é redigido pelo espírito da época, alusão ao princípio supracitado:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, **A IGUALDADE** e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e **SEM PRECONCEITOS**, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil [grifo nosso].

Ainda, identifica-se referência ao princípio no *caput* do Art. 5º e no Inciso I do mesmo artigo da referida Carta, entretanto, não somente como princípio, e sim como direito e garantia fundamental, os quais devem ser obedecidos por todos:

Art. 5º **Todos são iguais** perante a lei, **sem distinção de qualquer natureza**, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à **igualdade**, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – **homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações**, nos termos dessa Constituição [grifo nosso].

Por conseguinte, entende-se que a Constituição carrega em seu conteúdo um cuidado em obstruir as diversas espécies de discriminação, no entanto, fazendo-se uma leitura aos dispositivos, acredita-se que todos devem ser tratados de igual forma (LOFY, 2005).

A regra da igualdade não consiste senão em tratar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualem. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. Os mais são desvarios da inveja, do orgulho, ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real (BARBOSA, 2003, p.19).

Nessa perspectiva, o princípio da igualdade é uma forma de possibilitar que os valores de uma vida digna sejam enunciados em grau máximo, a fim de propiciar uma garantia individual e a eficácia de uma vida mais justa e humana.

2.3 Direitos fundamentais à igualdade de gênero na sociedade brasileira

Malgrado haja todo esse reconhecimento formal e material de direitos igualmente para todos, sem distinção de qualquer natureza, as mulheres ainda precisam reivindicar bastante para que esses dispositivos não venham apenas preencher material e formalmente o ordenamento jurídico, todavia, que venha preencher essencialmente com uma eficácia plena na sociedade, ou seja, igualdade de fato, de modo que sejam aplicados mecanismos e instrumentos alternativos a fim de garantir sua efetivação.

A Revolução Francesa de 1789 foi um marco de lutas para as mulheres, posto que essa época fez surgir uma reflexão acerca dos direitos representados pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, do mesmo ano, os quais deveriam ser aplicados também às mulheres (OLIVEIRA, 2006).

No Brasil, antes da promulgação da Constituição de 1988, o papel da mulher era muito tímido. Cita-se como exemplo, o Código Civil de 1916, o qual trazia uma ideia patriarcal e

machista, tendo em vista que esse código não concedia os mesmos direitos entre homens e mulheres. Em seu artigo 6º, enxerga-se que há essa desigualdade: “São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, n. 1), ou à maneira de os exercer: II. As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal”.

Posteriormente, fatores como a urbanização e o crescimento da industrialização, foram cruciais para que as mulheres conseguissem ingressar no mercado de trabalho. No entanto, esse início foi marcado pelo preconceito e uma série de procedimentos que desvalorizavam cada vez mais o sexo feminino, *verbi gratia*, salários menores e nenhuma chance da mulher capacitar-se profissionalmente.

Hoje, analisando as mudanças que ocorreram durante esses séculos, avista-se que a luta do movimento feminista trouxe muitas conquistas para que as mulheres pudessem ocupar com mais autonomia e independência um lugar na sociedade.

O movimento de mulheres exerceu papel fundamental nas conquistas históricas como no âmbito nacional em que, ocorreu o reconhecimento de igualdade entre homens e mulheres que, se torna obrigatório a partir da constituição de 1988 e mais atualmente a Lei Maria da Penha, e no internacional, a implantação do dia internacional da mulher que rememora a importância do movimento feminista, além de colocar na agenda pública a necessária atenção às políticas de gênero. (PEDRO e GUEDES, 2010, p. 8)

Sem embargo, apesar desse avanço, ainda tem-se o trabalho da mulher como um meio de força complementar de renda familiar, e por isso, a remuneração deve ser de “complemento” aos salários dos maridos.

É necessário que a própria mulher entenda a necessidade de separar casa e o trabalho ou até mesmo vida pública e privada, valorizando então sua participação constante no complemento da renda salarial familiar, inclusive, em muitos casos deixam de ser complementar para se tornarem a única renda que sua família tem mensalmente partindo do princípio de se analisar os grandes índices de abandono do lar por parte dos maridos e da falta de ensino e participação dos filhos em um mercado de trabalho, cada vez mais complexo para jovens que não tem experiência profissional. (BAYLÃO E SCHTTIONE, 2014, p. 5)

Além disso, muitas mulheres tiveram que reivindicar seus direitos, inclusive para ingressar em instituições de ensino, pois, anteriormente, era ideal que as mulheres tivessem uma educação doméstica a fim de melhor desenvolver seu papel na sociedade (OLIVEIRA, 2006).

Nessa perspectiva, o caminho que as mulheres conseguiram percorrer nos últimos séculos foi bem relevante: de uma educação doméstica, no período colonial, para uma participação mais tímida nas escolas públicas no século 19; em seguida um aparecimento na docência do ensino primário, e atualmente, uma frequência significativa em todos níveis de escolaridade. Conforme percebe-se no gráfico produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE:

TABELA I – Nível de instrução da população de 25 anos ou mais, por sexo, período 2016.

Nível de instrução	Distribuição de percentual da população de 25 anos a 44					
	Total		Sexo			
			Homens		Mulheres	
	Proporção	CV(%)	Proporção	CV(%)	Proporção	CV(%)
Total	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0
Sem instrução e ensino fundamental incompleto	26,3	0,8	29,7	0,9	23,0	1,0
Ensino fundamental incompleto e ensino médio incompleto	14,9	1,0	15,6	1,3	14,2	1,2
Ensino médio completo e superior incompleto	40,3	0,6	39,2	0,8	41,3	0,7
Ensino superior completo	18,6	1,7	15,6	2,2	21,5	1,6

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016, segundo trimestre. [elaboração pelos autores]

Observando-se, vê-se que o fato das mulheres apresentarem um maior nível de instrução não impacta de forma positiva a posição no mercado de trabalho. Isso porque, as mulheres ainda percebem menos que os homens em inúmeros níveis de escolaridade. Quando se fala em vida social, o trabalho é uma dimensão muito importante para o indivíduo e a coletividade, tanto no que se refere à produção de bens e serviços, quanto à realização individual de um humano, o qual possibilita que o indivíduo obtenha recursos financeiros para conquistar uma maior qualidade de vida.

Consoante a Pinheiro *et al* (2016), no Brasil, avistando-se em sua cultura toda essa segregação de grupos sociais mais abastados em detrimento de grupos de indivíduos mais necessitados, os diversos contextos de trabalhos continuam engessados em uma desigualdade de gênero e de raça. Dessa forma, infere-se que a Educação não é apenas o único foco do governo para atenuar a desigualdade de gênero nas diversas esferas que envolvem esse tema, sendo imprescindíveis políticas públicas para se evitar esse nível de contraste entre homens e mulheres.

3 AS FEIRAS MÓVEIS

A feira móvel tem como característica uma aglomeração de pessoas em um lugar específico para executar trocas e vendas de mercadorias. Acredita-se que desde a Antiguidade, nos primeiros conglomerados humano, as feiras livres dispuseram de grande relevância no que tange ao reconhecimento da atividade do comércio nas cidades, vilas e aldeias.

Foi a partir do excedente da agricultura, na Idade Média, que houve a possibilidade das primeiras formas de troca e de comercialização de mercadorias que ocorriam nas frentes dos castelos. No Brasil, as feiras começam a ganhar destaque com a chegada da família real em 1808, e a partir da abertura dos portos para as nações amigas que as feiras livres se beneficiaram ganhando maior notoriedade (GOMES *et al*, 2013).

O Comércio de feira, para Sá (2010), é atualmente uma atividade econômica de grande relevância para a população brasileira, particularmente para o povo Nordestino, o qual há uma parcela considerável que possui o hábito semanal de realizar compras nesses lugares. Nessa perspectiva, as feiras livres propiciam relações econômicas, sociais e culturais, firmando assim, um espaço democrático e característico da região, mesmo que estejam sendo obrigadas a se adaptar aos processos técnico-científicos e informacional, observado tanto nas grandes empresas como nas pequenas organizações informais.

3.1 As feiras móveis dos bairros da Cidade 2000 e da Praia do Futuro

As feiras escolhidas para campo de pesquisa apresentam características não diferentes das demais feiras livres do Brasil. Devido ao crescimento acelerado de Fortaleza e ao excedente elevado de trabalhadores, o setor informal da economia tornou-se a opção de muitos indivíduos em busca da sobrevivência. Sua organização pode-se comparar com o surgimento do direito comercial o qual tinha características corporativistas onde os comerciantes criavam regras para serem cumpridas entre eles (RAMOS, 2017). Assim, os próprios feirantes são responsáveis pela definição de horários de montagem e desmontagem das bancas até definição da faixa de preços praticados. Segundo Sato (2007), eles constroem entre si regras de convivência específica, em geral válidas apenas para os feirantes que as definem, sendo impraticável qualquer tentativa de generalização.

Observa-se que a instalação provisória das bancas ou barracas das feiras, gera uma série de problemas que afetam diretamente aos feirantes e aos consumidores, como a falta de

banheiros e de segurança pública.

FOTOGRAFIAS I – Feira da Cidade 2000 e Praia do Futuro.



Fonte: Própria, autorizado pelos feirantes, 2018

Apesar desse ambiente com traços tumultuados, as feiras, que estão em locais estratégicos de cada bairro ou cidade, começam suas atividades em um horário relativamente cedo em comparação ao comércio composto por lojas físicas, devido ao grande número de consumidores, que em sua maioria, escolhem a compra dos produtos na feira pelo preço abaixo em relação aos supermercados e lojas, bem como a possibilidade de negociação.

No que se refere à perspectiva cultural, “a feira livre é uma importante instituição que resguarda tradições, indiferente, inclusive, ao processo de modernização” (LEAL *et al*, 2015. p. 4) . Dessa forma, cria um elo entre a vida urbana e a rural, as quais são caracterizadas com seus diferentes valores e hábitos.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

Foi utilizada a pesquisa bibliográfica baseada em livros, artigos científicos, doutrina e legislação vigente acerca do princípio da igualdade de gênero. Como afirma Gil (2008), a vantagem desse tipo de estudo fundamenta-se “no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

O trabalho baseia-se também em fontes de dados primários, as quais são extraídas por meio de uma conversa informal, incluindo comerciantes e funcionários. Logo após, utilizou-se do estudo etnográfico – o qual apresenta como objeto a análise da hierarquia estratificada de estruturas significantes (GEERTZ, 1989). Esse tipo de estudo possibilita que as diversas ações dos feirantes sejam identificadas e interpretadas, como ilustra Geertz (1989), uma descrição densa viabiliza diferenciar um tique nervoso e uma piscadela comum utilizada para se comunicar.

As feiras móveis foram o campo empírico da pesquisa, que ocorrem semanalmente na

Praia do futuro e na Cidade 2000, em Fortaleza, objetivando, por meio de uma observação participante, compreender e apresentar a visão nativa dos feirantes consoante a sua realidade de trabalho.

(...) a observação participante consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo (GIL, 2009, p. 103)

Utiliza-se o mesmo sentido de Malinowski quanto ao entendimento sobre o objetivo da visão nativa, que consoante a ele:

“[...] esse objetivo é de apreender o ponto de vista dos nativos, seu relacionamento com a vida, sua visão de seu mundo. É nossa tarefa estudar o homem e devemos, portanto, estudar tudo aquilo que mais intimamente lhe diz respeito, ou seja, o domínio que a vida exerce sobre ele. Cada cultura possui seus próprios valores; as pessoas têm suas próprias ambições, seguem a seus próprios impulsos, desejam formas de felicidade. Em cada cultura encontramos instituições diferentes, nas quais o homem busca seu próprio interesse vital; costumes diferentes, nas quais ele satisfaz às suas aspirações; diferentes códigos de lei e moralidade que premiam suas virtudes ou punem seus defeitos.” (MALINOWSKI, 1978, p. 33)

Vale salientar que a metodologia utilizada possibilita fazer apenas a apresentação do conteúdo extraído da vivência do pesquisador com a realidade em campo. Para isso, foram realizadas visitas à feira móvel semanalmente durante 4 (quatro) meses no ano de 2019. Além de conversas com 40 (quarenta) feirantes para compreender sua realidade na feira móvel e a sua visão no que diz respeito à efetivação dos direitos fundamentais à igualdade de gênero nas relações de trabalho no que tange às atividades exercidas entre homens e mulheres.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em diálogos informais realizados com 40 feirantes, sendo 24 homens e 16 mulheres, analisou-se as suas narrativas acerca dos direitos fundamentais à igualdade de gênero, traçando-se um paralelo sobre sua visão e a aplicabilidade das concepções jurídicas na realidade do campo de pesquisa. Para tal, foram analisados os seguintes aspectos: a) nível de conhecimento sobre os direitos fundamentais; b) o princípio da igualdade de gênero na realidade das feiras; c) diferença salarial entre homens e mulheres; d) a capacidade das mulheres em gerir negócios.

Todos os setores apresentam trabalhadores do sexo masculino e feminino. No entanto, no setor alimentício (frutas, verduras, carnes etc.), o número de homens é consideravelmente maior. Segundo relatos, esse setor exige uma maior capacidade física, pois há um volume intenso de caixas com mercadorias que precisam ser descarregadas dos caminhões, sendo um

dos principais motivos da ausência das mulheres nesse ramo, como pode ser avistado no relato de um feirante do sexo masculino: “*o trabalho no setor de frutas é pesado, a mulher não tem força para descarregar o caminhão, é pesado, não tem condições. ‘Tem que ter mais rapidez’, chega tarde, tem que acordar 2 horas da manhã para ir a Ceasa, aí não tem condições de contratar uma mulher*”.

Além disso, alega-se o fato de que nesse setor é necessária maior disposição, tendo em vista que é preciso ir à Ceasa retirar a mercadoria. Entretanto, o depoimento de uma feirante que atua em ramo semelhante, demonstrou possuir capacidade física para exercer suas atividades, alegando não ser um entrave o seu gênero feminino. Muitos dos depoimentos ficam em contraste com o princípio da igualdade de gênero, mostrando-se haver um pensamento conservador acerca da impossibilidade do trabalho da mulher ser realizado em atividades que requerem esforço físico.

Ainda, conforme depoimentos de feirantes, verificou-se que nas feiras móveis predomina o machismo, tornando-se mais difícil a oportunidade de mulheres atuarem no setor mais rentável, que é o de frutas. Tais afirmações podem verificadas no depoimento de um feirante do setor de frutas, graduado em Pedagogia: “*O ambiente de feira é muito machista, é um local que você está exposto a tudo, não tem estrutura, por exemplo, pra mulher, não tem um banheiro, não tem banheiro público em feira nenhuma aqui em Fortaleza, não tem! Não está muito relacionado ao trabalho, e sim pelo fato de não ter estrutura*” afirma.

No que tange à realidade das feiras, há depoimentos bem divergentes acerca da satisfação na realização de suas atividades, pois há tanto feirantes que dizem gostar de trabalhar com o público, quanto feirantes que não se sentem satisfeitos, pois estão naquela realidade por falta de outras oportunidades de trabalho. Notam-se esses fatos no relato de M., sexo feminino, 55 anos, “*O movimento da feira está fraco. Só está dando para se manter. Só fico aqui porque não há outra opção. As vendas estão fracas por conta do local que tem muita poeira e muitos clientes tem asma. A gente mesmo está ficando doente por causa dessa poeira fina*”. Além desses problemas, vários outros são citados constantemente nas conversas, como a falta de segurança pública, uma estrutura adequada com banheiros etc., os quais dificultam muito, segundo eles, para as mulheres e crianças.

Nesse sentido, avista-se a ineficácia no que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais, pois conforme demonstram os depoimentos, há um desrespeito com os feirantes quanto à aplicabilidade do capítulo II “dos direitos sociais” da CF/88, notadamente quanto à

valorização do trabalho. Diante disso, a eficácia de uma realidade de trabalho propícia à saúde e segurança do trabalhador compete ao Estado e ao Município, mediante a uma legislação eficaz e por meio de medidas alternativas, como de higiene e segurança, as quais sejam plenamente efetivas no contexto de trabalho dos feirantes.

Ainda, acerca dos direitos fundamentais, dando ênfase à igualdade de gênero, 14 (quatorze) feirantes disseram que já ouviram falar, mas não souberam exemplificar e discorrer sobre algum direito fundamental. Os que disseram saber dos seus direitos, 6 (seis) souberam falar de algum tipo de direito, tais como a liberdade, a vida, o trabalho, dentre outros. Um dos depoentes, 45 anos, sexo feminino, proprietária de uma barraca de carregadores de celular citou os direitos de ir e vir, à saúde, à educação e de votar. Outros cinco feirantes citaram seus direitos como trabalhadores, art. 7 da CF/88, e afirmaram pagar o INSS para terem direito à aposentadoria e auxílio doença, caso precisassem. Porém, os demais feirantes alegaram não saber do que se tratava a pergunta.

No que diz respeito à igualdade de gênero constatou-se diversas contradições. Muitos feirantes, inclusive mulheres tiveram dificuldade em compreender e argumentar sobre a questão. A maioria dos feirantes entrevistados afirmou não haver diferença entre homens e mulheres, existindo uma igualdade, no entanto, ao ser indagado em relação a muitas mulheres trabalharem em iguais atividades com diferença salarial, como foi demonstrado pelo estudo de BRASILEIRO (2017), justificou que esse preconceito é algo enraizado e que existe em outros âmbitos da sociedade, apesar de não concordarem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a visão nativa dos feirantes permite descobrir o grau de eficácia dos direitos fundamentais à igualdade de gênero na feira móvel e suas principais necessidades no que diz respeito aos direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal de 1988. Os depoimentos analisados mostram que os feirantes possuem uma visão conservadora quanto ao princípio da igualdade de gênero, tendo em vista que eles se limitam apenas a descrever o tipo de trabalho exercido por homens e mulheres, acreditando haver a igualdade de gênero nas relações de trabalho, não se referindo à capacidade das mulheres em gerir negócios e atuarem em atividades que necessitem de maior esforço físico.

É perceptível pelos depoimentos descritos, relativos à situação das mulheres feirantes em Fortaleza, que o princípio da igualdade de gênero entre homens e mulheres carece de

efetividade, isto é, as diferenças existentes em termos de acesso, constatadas nesta pesquisa pela reduzida taxa de participação de mulheres nas feiras e, ainda, a diferença salarial para trabalhos iguais conforme estudos anteriores (BRASILEIRO, 2018), em contraste com a taxa de escolaridade das mulheres superior a dos homens, consoante a Tabela 1 presente no desenvolvimento, não deixam margem de dúvidas quanto às desigualdades existentes em função de gênero.

Nessa lógica, posto que haja essa dificuldade no acesso ao trabalho nas feiras é que se entende a necessidade do Estado e do Município buscarem alternativas a fim de coibir as práticas de discriminação por motivo de gênero na feira móvel em Fortaleza. Isso porque, esses entes federativos têm o direito de zelar pela guarda da Constituição e das instituições democráticas, bem como a efetivação do princípio da igualdade de gênero, por meio da igualdade de oportunidade de trabalho e de um ambiente digno de trabalho, ou seja, uma realidade adequada ao trabalho humano, principalmente ao trabalho da mulher feirante, pois como consta nos relatos supramencionados, o ambiente insalubre da feira é um dos quesitos que distância e alimenta a discriminação no que diz respeito ao homem e à mulher.

No mais, esse estudo não tem a intenção de esgotar a temática, mas visa contribuir para que outras pesquisas sejam realizadas a fim de permitir a efetivação dos direitos fundamentais à igualdade de gênero, bem como a aplicação da pesquisa em feiras localizadas em outros estados a fim de propiciar análises e comparações e, assim, disseminar a problemática do tema, projetando-se para erradicação da discriminação em função de gênero.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Flavia. **Coleção Descomplicando: Direito Constitucional**. 3 ed. Recife: Armador, 2017.

BARBOSA, Rui *apud* LOFY, William. A ação afirmativa e o respeito aos princípios da Igualdade e Dignidade da Pessoa Humana. **DireitoNet**, São Paulo, 03 mai. 2005. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/24/2024/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BAYLÃO, A. L. S.; SCHETTINO, E. M. O. A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 11., 2014, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/20320175.pdf>> . Acesso em: 20 ago. 2018

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 26 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 24. ed. atual. e amp. São Paulo: Saraiva, 2002

BRASILEIRO, C. T. T.; CAVALCANTE, L. C. Eficácia dos direitos fundamentais e trabalho digno nas feiras móveis. **Extensão em Ação**, Fortaleza, v. 1 , n. 15, janeiro-junho 2018.

CAVALCANTE, L. C. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana como fundamento da produção da existência em todas as suas formas**. Dissertação Mestrado em Direito Constitucional. Unifor - 2007.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GOMES, A. F.; SILVA, J. S. F.; SANTOS, A. A.; SANTANA, W. G. P.; SANTOS, J. A. G. Perfil socioeconômico de mulheres feirantes : um estudo no interior baiano. In: IV Encontro de Administração Política. 4. **Anais**. Salvador: EAP, 2013.

LEAL, L. E. B. B.; SILVA, N. A. N.; BERTOLAZO, I. N. Da banana ao pão: um estudo sobre mulheres feirantes e empreendedorismo. In: Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade. São Paulo, 2015. **Anais do IV SINGEP**. São Paulo:UNINOVE, 2015.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LOFY, Willian. A Ação Afirmativa e o respeito aos princípios de Igualdade e Dignidade da Pessoa Humana. **DireitoNet**, São Paula, 03 mai. 2005. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2024/A-Acao-Afirmativa-e-o-respeito-aos-principios-de-Igualdade-e-Dignidade-da-Pessoa-Humana> > Acesso em 08 ago. 2018.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Argonautas **do Pacífico Ocidental: Um Relato do Empreendimento e da Aventura dos Nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

OLIVEIRA, Daniely Rodrigues de. **O Direito fundamental à igualdade de gênero na Constituição brasileira de 1988**. Monografia Bacharel em Direito. UFC – 2006.

PEDRO, C. B.; GUEDES, O. de S. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. In: Simpósio sobre Estudos de Gêneros e Políticas Públicas, 1., 2010, Paraná. **Anais**. Paraná: UEL, 2010. p. 1-10.

PINHEIRO, L. S.; JUNIOR, A. T. L.; FONTOURA, N. O.; DA SILVA, R. Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014. **Nota Técnica**. Brasília: IPEA, 2016.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito empresarial**. 7. ed. São Paulo: Método, 2017. 933 p.

SÁ, M. G.. Feirantes: Quem são? como administram seus negócios?. In: Encontro ANPAD. 34. **Anais**. Rio de Janeiro: Enanpad, 2010.

SATO, Leny. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre , v. 19, n. spe, p. 95-102, 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822007000400013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 ago. 2018.

SEGUNDO, Hugo Machado. **FUNDAMENTOS DO ORDENAMENTO JURÍDICO**
Liberdade, igualdade e democracia como premissas necessárias à aproximação de uma justiça possível. Tese de Doutorado, 2009.